

ipea

serie
monográfica

**urbanização e
migração urbana
no brasil**

21

manoel augusto costa

O trabalho que o leitor tem em mãos preenche uma lacuna há muito tempo sentida nos estudos demográficos nacionais. Pela primeira vez, na literatura especializada brasileira, são apresentados e discutidos dados inéditos sobre fecundidade e mortalidade de subgrupos da população urbana, em cotejo com traços sócio-econômicos básicos, tais como educação, atividade econômica e rendimentos. Utilizando uma série de tabulações especiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o autor analisa uma série de diferenciais entre migrantes e não-migrantes urbanos em nível regional, e chega a valiosas conclusões sobre alguns dos principais efeitos sócio-demográficos das migrações nas áreas de destino.

Assuntos até então objeto de meras conjecturas, tais como as diferenças entre as estruturas etária e por sexo entre migrantes e naturais das cidades de destino, bem como as diferenças entre fecundidade e nível educacional, são abordados no trabalho, acompanhados de análises sobre as diferenças na distribuição setorial, posição na ocupação, atividades segundo as idades, nível de desemprego, e rendimentos dos grupos de migrantes e não-migrantes urbanos.

Além da análise regional e nacional, o trabalho é enriquecido

com um estudo de caso, cotejando-se os traços sócio-econômicos de migrantes e nativos na cidade do Rio de Janeiro. Esse capítulo, a exemplo dos capítulos anteriores, constata as diferenças entre a estrutura etária, composição por sexo, nível de reprodução e de mortalidade dos dois grupos, além de abordar diferenciais de educação, atividade econômica e rendimentos. É de particular interesse a análise da população inativa, com avaliação das diferenças na participação de migrantes e não-migrantes nos sistemas educacionais e de aposentadoria.

O estudo, apoiado em 45 tabelas inéditas e em numerosa bibliografia especializada, constituirá, decerto, um valioso subsídio para a eventual formulação de uma política migratória nacional, que se sabe constituir uma das atuais preocupações do Governo, tendo em vista o crescimento das principais cidades do país, cujas infra-estruturas, sobrecarregadas, mal conseguem atender aos seus atuais residentes.

Trata-se, portanto, de trabalho de importância para a compreensão do problema e que interessará sobremaneira a geógrafos, economistas, sociólogos, autoridades públicas em geral e todos aqueles que simplesmente querem manter-se bem informados sobre um aspecto fundamental da realidade brasileira.



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
INSTITUTO DE PESQUISAS — INPES
MONOGRAFIA N.º 21

urbanização e migração urbana no brasil

Manoel Augusto Costa

RIO DE JANEIRO
IPEA/INPES
1975

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO
E SOCIAL (IPEA)**

Presidente do Conselho de Administração

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento

Presidente do IPEA

ÉLCIO COSTA COUTO
Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento

Instituto de Pesquisas (INPES)

HAMILTON CARVALHO TOLOSA
Superintendente

Instituto de Planejamento (IPLAN)

ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Superintendente

Instituto de Programação e Orçamento (INOR)

ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA NETO
Diretor-Geral

Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC)

JAYME COSTA SANTIAGO
Diretor

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)
SERVIÇO EDITORIAL
Rua Melvin Jones, 5 — 28.º andar — Rio de Janeiro — RJ

SÉRIE MONOGRÁFICA

- M. 1 — POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA GUA-NABARA (ESTUDO DEMOGRÁFICO) — Manoel Augusto Costa
- M. 2 — CRITÉRIOS QUANTITATIVOS PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS — Clóvis de Faro
- M. 3 — EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS NÃO-TRADICIONAIS — Carlos Von Doellinger e Hugo Barros de Castro Faria
- M. 4 — EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS — Carlos Von Doellinger e Gilberto Dupas
- M. 5 — MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL — Manoel Augusto Costa (ed.), Douglas H. Graham, João Lyra Madeira, José Pastore, Nelson L. Araújo Moraes e Pedro Pinchas Geiger
- M. 6 — RESTRIÇÕES NÃO-TARIFÁRIAS E SEUS EFEITOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS — Carlos Von Doellinger

- M. 7 — A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL — Nuno Fidelino de Figueiredo
- M. 8 — PLANEJAMENTO REGIONAL: MÉTODOS E APLICAÇÃO AO CASO BRASILEIRO — Paulo R. Haddad (ed.), Carlos Maurício de Carvalho Pereira, Celsius Antônio Lodder, Hamilton Carvalho Tolosa e Samuel Schickler
- M. 9 — ESTUDOS SOBRE UMA REGIÃO AGRÍCOLA: ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS — Stahis S. Panagides, Léo da Rocha Ferreira, Lon C. Cesal, Antonio Lima Bandeira, T. Kelley White Jr. e Dilson Seabra Rocha
- M. 10 — POLÍTICA DO GOVERNO E CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA: 1889-1945 — Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan
- M. 11 — ESTUDOS SOBRE UMA REGIÃO AGRÍCOLA: ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS (II) — Euter Paniago, Miguel Ribon, Sebastião Moreira Ferreira da Silva e Antônio Raphael Teixeira Filho
- M. 12 — INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DE DUAS COMUNIDADES INDUSTRIAIS — Cláudio de Moura Castro
- M. 13 — O SISTEMA TRIBUTÁRIO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS: UMA ANÁLISE DA RECENTE CONTROVÉRSIA SOBRE O ICM — Fernando Antonio Rezende da Silva e Maria da Conceição Silva
- M. 14 — O IMPOSTO SOBRE A RENDA E A JUSTIÇA FISCAL — Fernando Antonio Rezende da Silva
- M. 15 — ASPECTOS FISCAIS DAS ÁREAS METROPOLITANAS — Aloísio Barbosa de Araújo
- M. 16 — DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL — Paulo R. Haddad (ed.), José Alberto Magno de Carvalho, Jacques Schwartzman, Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha, Celsius A. Lodder e Martin O. Smolka
- M. 17 — TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA — Claudio Roberto Contador (ed.), G. Edward Schuh, William H. Nicholls, George F. Patrick, José Pastore,

Eliseu Alves, T. W. Schultz, Ruy Miller Paiva, Rodolfo Hoffmann, José F. G. da Silva, D. Galc Johnson e Alberto Veiga

- M. 18 — ESTUDOS DE DEMOGRAFIA URBANA — Manoel Augusto Costa (ed.), João Lyra Madeira, Equipe SERPHAU, George Martine, José Carlos Peliano, Alzira Nunes Coelho, Thomas W. Merrick e Equipe do CEED
- M. 19 — O IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS EMPRESAS — Fernando Antonio Rezende da Silva (ed.), Celso L. Martone e Claudio R. Contador
- M. 20 — ESTRUTURA METROPOLITANA E SISTEMA DE TRANSPORTES — Josef Barat

Costa, Manoel Augusto.

Urbanização e migração urbana no Brasil, por Manoel Augusto Costa. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

224 p. (Brasil. IPEA/INPES. Monografia n. 21)

1. Migração urbana — Brasil. 2. Urbanização — Brasil.
I. Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Pesquisas. II. Série.III. Título.

CDD 301.361

CDU 325.331(81)

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade do autor. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento.

1975

Este livro foi composto e impresso pela Gráfica Vitória S. A.
— Rua da Relação, 31, Rio de Janeiro (RJ), para o
SERVIÇO EDITORIAL do IPEA.

Editores: A. F. Vilar de Queiroz e Ruy Jungmann
Coordenação editorial: Celene M. Chagas de Souza e Djalma
Gomes
Coordenação de vendas: J. Caetano Monteiro de Araujo

VIII

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	1
I — INTRODUÇÃO	3
1.1 — Objetivos e Organização do Trabalho	3
1.2 — Aspectos Regionais	7
II — DIFERENÇAS DEMOGRÁFICAS ENTRE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS	15
2.1 — Diferenças de Idade e Sexo — Introdução	15

2.1.1 — Diferencial na Estrutura de Idades — Brasil como um Todo	17
2.1.2 — Diferenças entre Estruturas Etárias — Análise Regional	19
2.1.3 — Composição por Sexo dos Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	22
2.1.4 — Diferença por Sexo e Idade — Sumário	27
2.2 — Diferença entre a Fecundidade de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	28
2.2.1 — A Técnica de Brass de Estimar a Fecundidade	30
2.2.2 — Disponibilidade de Dados — Nascidos Vivos no Censo	32
2.2.3 — As Relações P/F	34
2.2.4 — Distribuição Etária da Fecundidade	42
2.2.5 — Estimativa das Taxas de Fecundidade	43
2.2.6 — Estimativas de Fecundidade Análises de Concordância	47
2.2.7 — A Fecundidade dos Novos Migrantes e Migrantes Antigos — Comentários Adicionais	53

2.2.8 — Estimativas da Fecundidade Teste Global	55
2.2.9 — Conclusões Gerais	57
2.3 — Diferença entre a Mortalidade de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	64
2.3.1 — Disponibilidade de Dados	65
2.3.2 — A Técnica de Brass de Estimativa da Mortalidade Infantil	65
2.3.3 — O Emprego das Estimativas de Mortalidade de Crianças — Hipó- teses e Limitações	67
2.3.4 — Resultados ..	68
2.3.5 — Diferencial de Mortalidade entre Subgrupos da População — Uma Síntese	74
 III — DIFERENÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS ENTRE MI- GRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS	 79
3.1 — Diferenças Educacionais entre Migrantes Urbanos e Não-Migrantes	79
3.1.1 — Nível Educacional de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	81

3.1.2 — Nível Educacional de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos Economicamente Ativos	84
3.1.3 — Distribuição Setorial dos Migrantes e Não-Migrantes Urbanos Economicamente Ativos, de acordo com os Anos de Educação	86
3.1.4 — Posição na Ocupação e Educação .	89
3.1.5 — Observações Finais	91
3.2 — Diferenças entre as Atividades Econômicas de Migrantes e Não-Migrantes	92
3.2.1 — Taxas de Atividade Econômica ...	93
3.2.2 — Taxas Brutas e Padronizadas de Participação	94
3.2.3 — Taxas de Atividade, segundo as Idades	97
3.2.4 — Comparação Intra-Regional — Taxas Específicas por Idades	100
3.2.5 — Relação entre as Taxas Específicas por Idade dos Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	103
3.3 — Estrutura Setorial da Força de Trabalho ..	105
3.3.1 — Força de Trabalho Brasileira em 1970	106

3.3.2 — Migrantes e Não-Migrantes Urbanos, segundo os Ramos de Atividade	107
3.3.3 — Comparação Intra-Regional da Distribuição de Migrantes e Não-Migrantes, segundo os Ramos de Atividade	109
3.4 — Posição na Ocupação da População Economicamente Ativa	113
3.5 — Desemprego entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	118
3.6 — Populações Economicamente Inativas	123
3.7 — Diferenciais de Renda entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	130
3.7.1 — População sem Rendimentos	131
3.7.2 — Diferenciais de Rendimentos entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	132
3.7.3 — Diferenças entre os Rendimentos dos Migrantes Inter e Intra-Regionais	135
3.7.4 — Diferenças entre os Rendimentos dos Migrantes Urbanos de Acordo com o Tempo de Residência	137
3.7.5 — Distribuições de Renda entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos	139

3.7.6 — Diferencial de Renda entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos — Resumo	142
3.7.7 — Diferenças entre Rendimentos de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos — Comentários Adicionais ..	144
IV — RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO	149
4.1 — Migração para o Rio — Alguns Aspectos ..	150
4.1.1 — Taxas de Migração Líquida entre 1960/70	151
4.2 — Diferencial Demográfica entre Migrantes e Não-Migrantes no Rio de Janeiro	153
4.2.1 — Composição por Sexo e Idades	153
4.2.2 — A Fecundidade de Migrantes e de Naturais	155
4.2.3 — Mortalidade de Filhos de Migrantes e Naturais	157
4.3 — Diferenças Econômicas e Sociais entre Migrantes e Naturais no Rio	159
4.3.1 — Educação	159
4.3.2 — Atividade Econômica	161

4.3.3 — População Economicamente Inativa	166
4.3.4 — Rendimentos	168
4.4 — Conclusões do Capítulo	171
V — URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO INTERNA: RESU- MO E DISCUSSÃO DAS CONCLUSÕES	173
5.1 — Resumo das Conclusões ..	174
5.2 — Discussão das Conclusões ..	183
APÊNDICE	185
BIBLIOGRAFIA	193

LISTA DE TABELAS

I. 1 — Dados Básicos Regionais em 1970	9
I. 2 — Taxas de Crescimento Médio Anual Total, Urbano e Rural e Ritmo de Urbanização entre 1960/70	11
I. 3 — Dados Gerais sobre a Migração Líquida até 1970, segundo as Regiões	13
II. 1 — Distribuição de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos, segundo os Grupos de Idade no Brasil em 1970	18
II. 2 — Distribuição por Idades dos Migrantes e Não-Migrantes Urbanos, Ambos os Sexos, segundo as Regiões	20
II. 3 — Coeficiente de Masculinidade entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos, segundo os Grupos de Idade e Regiões — 1970	24

II. 4 — Relações P/F para cada Grupo de População — Brasil e Regiões — Censo de 1970	36
II. 5 — Distribuição Etária da Fecundidade, Grupos de População, Brasil e Regiões — 1960/70	44
II. 6 — Taxas de Fecundidade, segundo os Grupos de Idade e Índice de Fecundidade Total, Grupos de População, Brasil e Regiões — 1960/70	48
II. 7 — Comparação entre Estimativas do IFT para Migrantes e Não-Migrantes	51
II. 8 — Comparação entre Estimativas do IFT da População Urbana	52
II. 9 — Comparação entre Estimativas do IFT de Migrantes	54
II.10 — Nascimentos de Acordo com as Taxas de Fecundidade por Idades — Análise de Consistência — 1970	56
II.11 — Correlação Ordinal de Spearman entre o IFT Regional e a Contribuição Proporcional de cada Grupo ao IFT	59
II.12 — Função l_x Estimada e Correspondente Vida Média ao Nascer, segundo o Modelo Oeste — Grupos de População e Regiões — 1960/70	70
III. 1 — Percentagem da População Urbana com Idade de 10 Anos e Mais, com pelo menos 1, 5 e 10 Anos de Educação, por Região, Ambos os Sexos — 1970	82
III. 2 — Percentagem da População Urbana Economicamente Ativa, com pelo menos 1, 5 e 10 Anos de Educação, por Região, Ambos os Sexos — 1970 .	85
III. 3 — Distribuição de Migrantes Urbanos e Não-Migrantes, segundo os Ramos de Atividade e Anos de Educação, Ambos os Sexos, Brasil — 1970 ...	87

III. 4 — Posição na Ocupação dos Grupos Urbanos, segundo os Anos de Educação, Ambos os Sexos, Brasil — 1970	90
III. 5 — Taxas de Participação da População Urbana de pelo menos 10 Anos de Idade, por Sexo, Região e Subgrupos — 1970	95
III. 6 — Taxas de Atividade por Idade e Sexo, População Urbana, Brasil — 1970	98
III. 7 — Período de Vida Bruta Ativa entre 10 e 60 Anos, População Urbana por Sexo, Brasil e Regiões — 1970	102
III. 8 — Correlação Ordinal de Spearman entre as Taxas de Atividade de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos, por Sexo — 1970	104
III. 9 — Distribuição da Força de Trabalho Urbana, segundo os Ramos de Atividade e Subgrupos no Brasil — 1970	108
III.10 — Destinação Diferencial entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos nos Ramos de Atividade por Regiões	111
III.11 — Coeficiente de Desigualdade entre a Distribuição de Subgrupos Urbanos, segundo os Ramos de Atividade	112
III.12 — Destinação Diferencial na Posição na Ocupação, Força de Trabalho Urbana, Regiões e Brasil, 1970, Ambos os Sexos	117
III.13 — Taxas de Desemprego, segundo os Grupos de População e Regiões	120
III.14 — População Urbana Inativa, segundo a Categoria e Região em 1970	126

III.15 — Taxas de Participação nos Sistemas Educacional e de Aposentadoria — População Urbana, por Sexo e Regiões — 1970	128
III.16 — Comparação entre os Rendimentos de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos, por Regiões — 1970	133
III.17 — Comparação entre os Rendimentos dos Migrantes Urbanos Inter e Intra-Regionais — 1970 ...	136
III.18 — Comparação entre os Rendimentos dos Migrantes Urbanos, segundo o Período de Residência — 1970	138
III.19 — Distribuição de Renda entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos — 1970	140
III.20 — Diferenças entre a Renda Média Atual e Esperada de Grupos da População, por Regiões — 1970	146
IV. 1 — Taxas de Migração Líquida no Rio entre 1960/70, por Grupos de Idade — 1970	152
IV. 2 — Estrutura por Idades e Coeficientes de Masculinidade dos Migrantes e Nativos no Rio em 1970	154
IV. 3 — Fecundidade dos Imigrantes, Nativos e População Total no Rio entre 1960/70	156
IV. 4 — Mortalidade dos Filhos dos Migrantes, Nativos e População Total no Rio entre 1960/70	158
IV. 5 — Nível Educacional de Migrantes e Nativos no Rio — 1970	160
IV. 6 — Taxas de Atividade Econômica Bruta, Padronizada e por Grupos de Idade, e Duração Bruta de Vida Economicamente Ativa dos Migrantes e Nativos no Rio, por Sexo — 1970	162

IV. 7 — Distribuição da Força de Trabalho, segundo os Ramos de Atividade, por Grupos de População e Sexo — Rio de Janeiro — 1970	164
IV. 8 — População Economicamente Inativa, segundo a Posição no Emprego e Participação nos Sistemas Educacional e de Aposentadoria, por Grupo e Sexo, no Rio de Janeiro — 1970	167
IV. 9 — Rendimentos de Migrantes e Naturais no Rio — 1970	169
IV.10 — Comparação entre Rendas Médias Atuais e Previstas de Grupos da População	170

**Em memória de meu pai — Joaquim Augusto
da Costa —, que sempre me ajudou e incentivou.**

AGRADECIMENTOS

Não é temerário dizer que terminei este trabalho graças ao estímulo, sugestões e críticas de inúmeras pessoas.

Dentre outras, devo destacar as sugestões do Prof. David Glass e Mr. John Hobcraft, ambos da *London School of Economics*, e os comentários críticos de Willian Brass, da *London School of Hygiene and Tropical Medicine*, em particular no que concerne à utilização e interpretação de técnicas por ele desenvolvidas, as quais foram aplicadas neste estudo.

A Annibal V. Villela cumpre-me agradecer não somente o apoio como Superintendente do INPES, mas ainda seu contínuo encorajamento e valiosas sugestões. Do mesmo modo, sou grato a Hamilton C. Tolosa pelos comentários quando na fase final de elaboração deste estudo.

A Hamilton Nonato Marques agradeço o estímulo pessoal e constante apoio administrativo. Ao Serviço Editorial, particularmente a Celene Maria Chagas de Souza e João Carlos

Caserta Cavalcanti, e ao pessoal da Mecanografia do IPEA, o meu agradecimento pela paciente e carinhosa atenção para que este trabalho se tornasse legível e apresentável. A Diva R. de Mattos, o meu obrigado pelos trabalhos básicos de datilografia e secretaria.

Manoel Augusto Costa

INTRODUÇÃO

1.1

Objetivos e Organização do Trabalho

Este trabalho originou-se, em boa parte, da dissertação de doutorado apresentada pelo autor na *London School of Economics* em 1975. Consiste em uma análise comparativa entre alguns traços demo-econômicos de migrantes e não-migrantes urbanos no Brasil, em níveis nacional e regional, e foi elaborado com o propósito de lançar luzes sobre o papel das migrações na urbanização e abordar questões relacionadas com a adaptação dos migrantes nas áreas de destino migratório.

A idéia de executar este estudo emergiu do interesse e intenção governamental de definir uma política migratória e,

assim, pretende-se que a pesquisa, ao esclarecer efeitos sociais e demográficos da imigração nas áreas urbanas, contribua para a formulação dessa política.

Este trabalho deve preencher importante lacuna nas análises demográficas nacionais ao apresentar estimativas inéditas de fecundidade e mortalidade de subgrupos urbanos, bem como alguns de seus traços sócio-econômicos básicos: educação, atividade econômica e rendimentos.

Considerando os objetivos do trabalho, foi necessário obter uma série de tabulações especiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as quais foram derivadas de uma amostra de 1,27% da população.

Tendo em vista que pela primeira vez foi obtido esse tipo de dados, não pôde ser efetuada análise de tendências dos diversos fenômenos. Por outro lado, dada a natureza dos mesmos, não se procurou explicar as causas das migrações urbanas, mas, apenas, avaliar empiricamente alguns efeitos sócio-demográficos nas áreas destino.¹ Finalmente, um estudo de caso foi incluí-

¹ A partir dos estudos de Raverstein, varios modelos e abordagens para a migração têm sido desenvolvidos. Orlandino e Stein dividem em dois grupos estas abordagens: a da modernização e a histórico-estrutural. Consultar, entre outros, E.G. Raverstein, "The Laws of Migration", in *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 48, n.º 2 (junho de 1885), e vol. 52 (junho de 1889), pp. 241-301; G.K. Zipf, *Human Behaviour and the Principle of the Least Effort* (Cambridge, Mass.: Addison-Wesley Press, 1949), pp. 386-409; Simon Kusnetz *et al.*, "Population Redistribution and Economic Growth in the United States 1870-1950", in *American Philosophical Society* (Philadelphia, 1957, 1960, 1964); E.S. Lee, "A Theory of Migration", in *Demography*, vol. 3, n.º 1 (1966), pp. 47-57; T.W. Shultz, "Reflections on Investment on Men", in *Journal of Political Economy*, LXX, n.º 5, segunda parte (outubro de 1962); L.A. Sgaastad, "The Costs and Returns of Human Migration", in *Journal of Political Economy*, LXX, n.º 5, segunda parte (outu-

do na pesquisa, ou seja, a comparação entre migrantes e não-migrantes na segunda maior cidade do Brasil. Esse estudo comparativo proporciona uma indicação aproximada do efeito da dimensão e importância da cidade sobre as diferenciais entre migrantes e não-migrantes.

O trabalho divide-se em uma Introdução, três capítulos analíticos, todos apoiados em tabulações especiais do Censo, e um capítulo conclusivo: I) Introdução; II) Diferenças Demográficas entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos; III) Diferenças Sócio-Econômicas entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos; IV) Rio de Janeiro: Um Estudo de Caso; V) Urbanização e Migração Interna: Resumo e Discussão das Conclusões.

A Introdução é dividida em duas partes. A primeira contém os objetivos e organização do trabalho. A segunda apresenta uma rápida descrição das dez regiões do Brasil, salientando-se, sobretudo, aspectos relacionados com as migrações internas e urbanização.

O Capítulo II trata das seguintes diferenciais demográficas entre migrantes e não-migrantes urbanos: i) estrutura por idades e composição por sexo; ii) fecundidade; iii) mortalidade, sendo apresentada na introdução uma breve apreciação do volume dos saldos líquidos migratórios urbanos até 1970.

As seções sobre fecundidade e mortalidade apresentam estimativas de taxas de fecundidade para os vários grupos da população e estimativas de vida média ao nascer de filhos de migrantes e não-migrantes, bem como a estimativa de vida média ao nascer das populações regionais, urbanas e rurais.

As taxas de fecundidade foram estimadas pela aplicação da técnica de Brass, de comparação entre fecundidade corrente

bro de 1962); S.A. Stouffer, "Intervening Opportunities. A Theory Relating Mobility and Distance", in *American Sociological Review*, vol. 5 (1940), pp. 845-867.

e parturição. Dados os pressupostos implícitos nesta técnica, e o possível efeito disruptivo da migração sobre a fecundidade dos migrantes, não é recomendável depositar excessiva confiança nas estimativas sobre estes últimos. Não obstante, são realizados alguns testes de consistência entre as estimativas e eles comprovam que pelo menos o sentido das diferenciais pode ser considerado como fidedigno.

As estimativas de vida média ao nascer para os vários grupos da população foram feitas através da técnica de Brass de medir a mortalidade infantil, utilizando-se a família de tábuas modelo Oeste como padrão. Essa seção alinha amplos comentários sobre as limitações resultantes do uso desta técnica com grupos de migrantes. As estimativas não devem ser consideradas como mortalidade real dos migrantes, mas como indicadores do seu nível, implícito no censo. Em consequência, pode ser depositada maior confiança no sentido das diferenças entre mortalidade dos filhos de migrantes e não-migrantes do que na proporção dessas diferenças.

O Capítulo III trata das diferenças sócio-econômicas entre migrantes e não-migrantes: i) nível educacional; ii) atividade econômica; e iii) rendimentos.

As diferenciais educacionais entre migrantes e não-migrantes urbanos são analisadas mediante comparação da proporção de pessoas com pelo menos dez anos de idade em cada grupo, com um mínimo de um, cinco e dez anos de educação. Esse capítulo trata também das diferenças entre o nível educacional da população economicamente ativa e inativa e pesquisa o efeito da educação sobre a distribuição setorial e posição na ocupação da população ativa. A comparação da atividade econômica dos migrantes e não-migrantes é feita por cotejo entre suas taxas de atividade econômica, distribuição segundo os ramos de atividade, distribuição segundo a posição na ocupação e taxas de desemprego. Na análise da população inativa é empreendida uma tentativa para avaliar as diferenças na participação de migrantes

e não-migrantes nos sistemas educacional e de aposentadoria. A seção sobre diferenciais de renda de migrantes e não-migrantes trata da comparação de suas rendas médias e da distribuição de rendimentos em cada grupo.

A comparação entre características dos migrantes e não-migrantes em uma grande cidade é feita no Capítulo IV. A cidade é o Rio de Janeiro e este capítulo foi incluído com o propósito de fornecer uma indicação geral do efeito do tamanho e da importância do núcleo urbano sobre as diferenças entre migrantes e não-migrantes.

O último capítulo resume as conclusões e fornece uma breve discussão sobre o possível caráter de uma política de migrações internas no Brasil.

A população urbana migrante é definida como todas as pessoas residentes, em 1970, em áreas urbanas distintas das áreas de nascimento. Os migrantes com menos de 11 anos de residência são denominados novos migrantes e aqueles com pelo menos 11 anos são classificados como migrantes antigos,² referindo-se todos os dados à população *de jure*.

1.2

Aspectos Regionais

Este trabalho compara algumas características dos migrantes e não-migrantes urbanos em bases regionais e nacional e, assim, torna-se necessário apresentar tanto a divisão regional

² Não se adotou intervalo menor porque a amostra não permitia maior desdobramento de informações. O limite de 11 anos decorre da forma, como foi formulada a questão censitária, que não permite tomar o limite de 10 anos, por exemplo.

adotada como também algumas características e diferenças básicas entre essas regiões, para facilitar a compreensão dos resultados obtidos nos capítulos analíticos.

Para os propósitos da análise, adotou-se a divisão do País em dez regiões homogêneas, tal como elaborada pelo IBGE e apresentada nas Tabulações Avançadas do Censo de 1970.

A fim de facilitar explicações e comentários no texto, decidiu-se adicionar uma denominação e uma numeração romana a cada uma dessas regiões, aproveitando-se, para tal, denominações já conferidas em recente estudo.³

É amplamente reconhecido que fatores econômicos, políticos e históricos contribuíram para o desigual povoamento e distribuição regional da população total, urbana e rural. Além desses fatores, também contribuíram para esse processo de povoamento diferenças regionais de crescimentos vegetativos e migratório, os quais, de certo modo, também estão ligados interativamente e refletem os mesmos acontecimentos econômicos.

Assim, como resultado desses acontecimentos, verificam-se amplas divergências regionais tanto entre suas características demográficas básicas em 1970 como entre suas taxas de crescimento no decênio 1960/70. A Tabela I.1 apresenta alguns dados básicos introdutórios para delineação dessas diferenças.

Além das acentuadas diferenças quanto ao tamanho das populações, também se anotam diferenças substanciais quanto a outras características: concentração populacional, grau de povoamento expresso pela densidade territorial, nível do produto interno *per capita* — expresso pela relação entre a percentagem do produto interno e a percentagem da população, ambos em relação ao total nacional — nível de analfabetismo e, finalmente, entre os seus níveis de urbanização.

³ P. Geiger, *Migrações Inter-Regionais e Intra-Regionais no Brasil*. Documento apresentado no Simpósio sobre Migrações Internas no Brasil (Belo Horizonte, CEDEPLAR, abril de 1972).

TABELA 1.1
DADOS BÁSICOS REGIONAIS EM 1970

Regiões	População		Densidade (hab/km ²)	Razão PI/P*	Analfabetos (%)	Taxa de Urbanização (%)	Unidades Federativas
	1.000	%					
I — Amazônia	3.650,7	3,9	1,0	0,54	35,6	45,2	RD, AC, AM, RO, PA, AP
II — Norte	4.772,0	5,0	8,3	0,32	60,2	27,9	MR, PI
III — Nordeste	15.408,7	16,3	40,0	0,50	53,6	46,0	CE, RN, PB, PE, AL, FN
IV — Bahia	8.494,4	9,0	14,6	0,52	50,5	41,9	SE, BA
V — Minas Gerais	13.262,9	14,0	21,1	0,81	32,4	52,8	MG, ES
VI — Rio	9.110,5	9,6	210,4	1,70	15,1	88,0	RJ, GB
VII — São Paulo	17.958,7	19,0	72,6	1,85	16,8	80,4	SP
VIII — Paraná	6.997,7	7,4	35,1	0,82	29,4	36,4	PR
IX — Sul	9.685,9	10,2	26,7	1,10	16,9	50,5	SC, RS
X — Oeste	5.167,2	5,5	2,7	0,60	33,6	48,2	MT, GO, DF'
Brasil	94.508,5	100,0	11,2	1,00	32,0	56,1	Brasil

FONTES: FIBGE, *Tabulações Avançadas*, 1970. "Contas Nacionais do Brasil, Atualização", *Conjuntura Econômica* (setembro de 1971).

* Razão entre a percentagem do produto interno regional em relação ao total nacional e a percentagem de população, também em relação ao total nacional.

Tendo em vista a divisão regional adotada, pode-se delinear a existência de dois blocos de regiões significativamente distintos. O primeiro constituído das regiões do Rio e de São Paulo, que, além de contarem com elevada proporção da população nacional, contam com maiores níveis de densidade territorial, educação, renda *per capita* e urbanização. O segundo bloco, incluindo todas as demais regiões, com níveis dos fenômenos bem distintos do Rio e de São Paulo, embora apresentando gradações inter-regionais em todas as características.

Nesse segundo bloco, a região Sul ocupa um lugar de destaque quanto ao nível econômico e conta com a menor proporção de analfabetos. Entretanto, essa região aglutina uma parcela populacional do País inferior à parcela localizada nas regiões do Nordeste e Minas, por exemplo, e conta com taxa de urbanização muito próxima das taxas dessas duas regiões.

No extremo inferior, quanto ao nível de alfabetização, desenvolvimento econômico e urbanização, encontra-se o Norte, região que, por outro lado, conta com a menor parcela da população nacional e baixa densidade territorial.

A Tabela I.2 permite observar as diferenças regionais quanto ao crescimento demográfico e ritmo de urbanização na última década.

Excetuando-se a região de Minas Gerais, anota-se que todas as regiões contaram com ritmo de evolução populacional elevado, mercê dos efeitos do crescimento vegetativo e migrações internas.

Refletindo diretamente o impacto das migrações internas, em particular as migrações rurais-urbanas, constata-se que todas as regiões contaram com crescimento demográfico urbano significativamente superior ao crescimento demográfico no meio rural.

Dois aspectos adicionais devem ser destacados da tabela. O primeiro aspecto se refere às taxas de decréscimo de população rural nas regiões de Minas, São Paulo e Rio, fenômeno niti-

TABELA I.2

TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL TOTAL, URBANO E RURAL
E RITMO DE URBANIZAÇÃO ENTRE 1960/70

Regiões	Taxas de Crescimento Anual (%)			Ritmo de Urbanização (%)
	Total	Urbano	Rural	
I — Amazônia	3,4	5,4	2,2	19,5
II — Norte	2,4	5,2	1,3	29,5
III — Nordeste	2,6	4,8	1,2	20,4
IV — Bahia	2,3	4,9	1,2	18,9
V — Minas Gerais	1,5	5,5	— 0,9	34,3
VI — Rio	3,1	4,5	— 2,4	11,3
VII — São Paulo	3,3	5,4	— 3,1	27,9
VIII — Paraná	5,0	9,4	4,1	17,3
IX — Sul	2,5	5,7	0,8	22,0
X — Oeste	5,6	9,4	3,2	37,8
Brasil	2,9	5,4	0,6	24,4

damente relacionado com as migrações rurais-urbanas e expansão dos sistemas urbanos dessas regiões.

O segundo aspecto se refere à observação de que particularmente o Paraná e a região Oeste apresentaram taxas de crescimento rural extremamente elevadas no período, resultado que indica que essas regiões continuaram a ampliar suas fronteiras agrícolas na década e certamente foram o centro de convergência de fluxos migratórios relativamente intensos no período.

O resultado da combinação diferenciada entre os crescimentos demográficos urbano e rural gerou evolução nas taxas de urbanização durante o período, que também se diferenciam significativamente. Desde essa perspectiva e sem perder de vista as limitações desse indicador, pode-se observar que as mudanças mais drásticas nas taxas de urbanização ocorreram no Oeste e Minas Gerais, enquanto a mais modesta foi na região Rio, o que decorre do fato de esta região já se encontrar em nível consideravelmente elevado de urbanização.

A última tabela deste capítulo (I.3) fornece dados referentes às migrações internas, refletindo o resultado líquido das trocas espaciais de população até 1970.

Tanto as proporções como os volumes de migrantes total e migrantes urbanos variam largamente entre as regiões. Assim é que, embora São Paulo conte com o maior número de migrantes total e urbano, as maiores proporções se observam no Paraná e região Oeste, indicando que a mobilidade interna da população teve até 1970 um impacto relativamente maior no povoamento destas duas últimas regiões que em São Paulo e demais regiões.

A sexta coluna da tabela indica a proporção de migrantes urbanos inter-regionais em relação à população urbana da região de residência. Extrai-se que as regiões do Rio, Paraná e Oeste contaram relativamente, até 1970, com as maiores contribuições das migrações inter-regionais para os respectivos crescimentos urbanos. Em posição oposta encontram-se as regiões Sul, Nordeste, Minas e Bahia, onde as migrações inter-regionais têm

TABELA I.3

DADOS GERAIS SOBRE A MIGRAÇÃO LIQUIDA ATÉ 1970
SEGUNDO AS REGIÕES

Regiões	Migrantes				Migrantes Urbanos Inter-Regionais (%)**	Novos Migrantes Urbanos (%)***
	(1.000)		(*)*			
	Total	Urbano	Total	Urbano		
I — Amazônia	658,6	363,5	18,3	22,4	30,1	59,3
II — Norte	1.040,9	314,7	22,2	24,3	26,3	62,7
III — Nordeste	3.025,4	2.108,8	20,1	30,3	5,6	57,4
IV — Bahia	1.529,6	969,7	18,2	27,7	17,2	58,4
V — Minas Gerais	3.219,2	2.327,4	24,6	34,3	11,5	60,7
VI — Rio	3.280,8	3.101,3	36,5	39,2	60,8	47,8
VII — São Paulo	7.686,3	6.292,0	43,2	44,1	43,2	56,2
VIII — Paraná	3.912,8	1.361,6	56,4	54,4	67,6	65,5
IX — Sul	2.488,6	1.642,6	26,0	34,2	4,2	54,7
X — Oeste	2.347,0	1.256,1	46,2	51,5	65,0	73,6
Brasil	29.189,2	19.737,7	31,3	37,9	—	57,5

FONTES: FIBGE, *op. cit.*; M. A. Costa, "Urbanização e Migração Urbana no Brasil", in M. A. Costa (ed.), *Estudos de Demografia Urbana*, Série Monográfica (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975), n.º 18.

* Percentagem em relação à população da região.

** Percentagem dos migrantes urbanos nascidos em outra região.

*** Percentagem de migrantes urbanos residindo a menos de 11 anos no município de residência em 1970.

assumido um papel apenas complementar no crescimento urbano, quando comparado com o efeito das migrações intra-regionais.

Finalmente, observa-se na última coluna da Tabela I.3 que mais da metade dos migrantes urbanos do País residem há menos de 11 anos no local de residência de recenseamento, sugerindo que a migração para áreas urbanas provavelmente aumentou em valores absolutos na última década.

A única exceção à regra acima se registrou aparentemente no Rio, onde a proporção de migrantes urbanos com mais de 11 anos de residência nas áreas de destino é superior a 50% do total de migrantes.

II

DIFERENÇAS DEMOGRÁFICAS ENTRE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS

2.1

Diferenças de Idade e Sexo — Introdução

“Uma das características demográficas mais marcantes da migração voluntária consiste em que a sua composição etária geralmente difere, de forma acentuada e sistemática, da estrutura etária dos não-migrantes (ou da população total) tanto do lugar de origem como do lugar de destino.”¹ Essas diferenças podem variar segundo a definição de migrantes e de acordo

¹ K.C. Zachariah, *Migration to Greater Bombay* (London: Asia Publishing House, 1968), p. 79.

com a divisão territorial adotada na análise. Os dados disponíveis do Censo brasileiro de 1970 confirmam o ponto de vista geral de que os adolescentes e os adultos jovens constituem a maioria dos migrantes urbanos,² bem como a opinião corrente de que as mulheres são mais numerosas do que os homens entre os migrantes urbanos, mesmo nas populações regionalmente agregadas pesquisadas neste trabalho.

Esta seção trata das diferenças entre a composição por idade e sexo dos migrantes e não-migrantes urbanos no Brasil como um todo, e nas 10 regiões. Como será observado mais adiante, este trabalho utiliza comparações entre os dois subgrupos da população: os migrantes *versus* não-migrantes e novos migrantes *versus* migrantes antigos. As conclusões gerais são apresentadas na subseção final.

Como os dados básicos foram fornecidos por uma amostra de somente 1,27% da população total, a análise diferencial nas regiões é efetuada em amplos grupos de idade a fim de minimizar a influência de erros da amostragem por sexo e idade. Por esse mesmo motivo, a comparação entre a estrutura etária dos migrantes e não-migrantes nas regiões é efetuada para ambos os sexos conjuntamente.

² J.C. Elizaga, "Internal Migration in Latin America: Components of Population Change in Latin America", in *Milbank Memorial Fund Quarterly*, vol. 43, n.º 4, Parte 2 (outubro de 1965), pp. 144-157. "Female differential migration and migration of young adults are particularly marked in most of the nuclei and areas studied".

2.1.1

Diferencial na Estrutura de Idades — Brasil como um Todo

A grande proporção de adolescentes e adultos jovens entre os migrantes urbanos de ambos os sexos é evidente na Tabela II.1, que apresenta a estrutura etária de cada grupo de população no Brasil como um todo. Cerca de 42% dos migrantes urbanos estão concentrados no grupo etário de 15-34 e 73% são de idade economicamente produtiva, ou seja, situam-se na faixa etária de 15-60.

O subgrupo de não-migrantes apresenta uma elevada proporção de crianças e adolescentes jovens, em parte porque os filhos de migrantes nascidos nos locais de destino migratório estão incluídos neste grupo de população. Como foi observado, 52% de não-migrantes têm menos de 15 anos e somente 3,4% contam com mais de 60 anos de idade.

Não há diferenças importantes entre as estruturas etárias feminina e masculina dos mesmos subgrupos de população, sendo semelhantes suas idades média e mediana. Contudo, as diferenças entre a estrutura etária dos subgrupos — migrantes, novos e antigos — tornam-se evidentes quando se comparam às diferenças entre as respectivas idades média e mediana. Quase 1/3 dos novos migrantes tem menos de 15 anos de idade, provavelmente em decorrência da elevada proporção de crianças e jovens que migraram com seus pais. Por outro lado, 37,2% dos novos migrantes têm entre 15 e 29 anos de idade, uma proporção que parece refletir, sobretudo, a migração individual em vez da migração familiar. Considerando que os novos migrantes tinham 24,7 anos de idade média em 1970, e que residiam em média há 5 anos nas áreas de destino migratório,

TABELA II.1

DISTRIBUIÇÃO DE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE NO BRASIL EM 1970

Grupos de Idade	Homens				Mulheres				Total			
	Não-Migrantes	Migrantes		Não-Migrantes	Migrantes		Não-Migrantes	Migrantes				
		Total	Novos		Antigos	Total		Novos	Antigos	Total	Novos	Antigos
0 — 4	20,4	3,9	6,8	—	18,9	3,5	6,1	—	10,6	3,7	6,4	—
5 — 9	18,5	7,4	12,7	—	17,1	6,7	11,8	—	17,7	7,0	12,2	—
10 — 14	14,9	9,2	13,0	3,8	14,4	8,7	12,7	3,5	14,7	9,0	12,9	3,8
15 — 19	11,4	9,9	11,2	7,9	11,8	11,4	14,0	7,9	11,6	10,6	12,7	7,9
20 — 24	7,9	11,1	12,8	9,0	8,3	11,9	14,2	8,8	8,1	11,8	13,4	8,9
25 — 29	5,3	10,1	11,0	8,8	5,8	10,3	11,1	9,2	5,6	10,2	11,1	9,0
30 — 34	4,5	9,8	9,2	10,6	4,8	9,5	8,5	10,8	4,7	9,6	8,9	10,7
35 — 39	3,9	8,7	6,8	11,4	4,3	8,6	6,2	11,7	4,1	8,7	6,5	11,6
40 — 44	3,5	8,0	5,2	11,7	3,7	7,5	4,5	11,5	3,6	7,7	4,9	11,6
45 — 49	2,7	6,1	3,6	9,7	2,9	5,7	3,2	9,0	2,8	5,9	3,4	9,3
50 — 54	2,2	5,0	2,7	8,2	2,3	4,9	2,6	8,1	2,3	5,0	2,6	8,1
55 — 59	1,7	3,9	1,9	6,6	1,9	3,8	1,9	6,3	1,8	3,8	1,9	6,4
60 e +	3,1	6,9	3,1	12,3	3,8	7,5	3,2	13,2	3,4	7,2	3,1	12,9
T o t a l	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade Média	19,0	30,7	24,7	40,3	20,2	31,4	24,5	40,5	19,6	31,3	24,6	40,4
Idade Mediana	11,2	26,7	20,0	36,8	12,4	26,4	19,4	36,7	11,8	26,5	19,7	36,8

FONTE: FIBGE, *Tabulações Especiais — Censo de 1970.*NOTAS: Média de idade — admitindo 70,0 como o ponto central do último grupo de idade.
Idade mediana — calculada por interpolação linear.

podemos estimar, aproximadamente, que os migrantes do período de 1960/70 chegaram aos lugares de destino com a idade média de 20 anos.

2.1.2

Diferenças entre Estruturas Etárias — Análise Regional

As estruturas etárias de migrantes urbanos e não-migrantes, por região, apresentadas na Tabela II.2, demonstram que as diferenças encontradas no Brasil como um todo se reproduzem nas regiões isoladamente.

Enquanto que a maioria dos não-migrantes urbanos tem menos de 20 anos de idade em todas as regiões, a maioria dos migrantes urbanos situa-se entre os 15 e os 44 anos de idade. Observa-se, sistematicamente, uma proporção mais elevada de pessoas idosas entre os migrantes do que entre os não-migrantes. Assim, a migração urbana no Brasil produz um considerável impacto não somente no mercado de trabalho urbano, mas também nos serviços de aposentadoria.

Finalmente, é interessante observar que a estrutura etária mais idosa de migrantes é encontrada na região Rio. Isso parece refletir não somente a redução da imigração para a região na década de 60-70, como também o fato de que muitos trabalhadores passam a residir na cidade do Rio de Janeiro após se aposentarem.

Como seria de esperar, os migrantes residentes há mais de 11 anos são mais idosos que os residentes há menos tempo.

0 — 14	19,7	21,7	24,9	21,2	20,8	22,0	15,3	18,6	23,7	18,0	24,5
15 — 29	32,4	33,3	33,5	31,8	32,9	32,2	30,1	32,6	34,0	32,4	34,8
30 — 44	26,0	23,8	22,6	23,2	24,1	24,2	29,1	27,1	25,2	26,7	24,3
45 — 59	14,7	13,6	12,6	15,2	14,5	14,2	17,1	14,8	11,9	15,1	11,6
60 e +	7,2	7,6	6,4	8,6	7,7	7,4	8,4	6,9	5,2	7,8	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Novos Migrantes

0 — 14	31,5	34,6	36,9	34,4	33,3	33,7	28,4	30,3	33,7	29,9	31,5
15 — 29	37,2	37,9	36,0	35,9	37,9	35,9	37,8	38,2	35,0	38,3	36,7
30 — 44	20,3	17,7	18,3	18,0	18,0	19,1	22,2	20,7	20,5	21,0	21,0
45 — 59	7,9	6,9	6,4	8,0	7,8	8,0	8,2	7,8	7,8	7,7	8,1
60 e +	3,1	2,9	2,4	3,7	3,0	3,3	3,4	3,0	3,0	3,1	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Migrantes Antigos

0 — 14	3,6	2,9	4,6	3,5	3,3	4,1	3,3	3,5	4,5	3,6	4,9
15 — 29	25,8	26,5	29,1	26,1	25,9	26,4	23,1	25,7	32,2	25,2	29,6
30 — 44	33,9	32,7	30,0	30,2	32,7	32,0	35,3	35,2	34,3	33,5	33,3
45 — 59	23,8	23,3	23,1	25,0	23,9	23,7	25,3	23,7	19,7	24,0	21,3
60 e +	12,9	14,6	13,2	15,2	14,2	13,8	13,0	11,9	9,3	13,7	10,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Enquanto há 12,9% de pessoas com pelo menos 60 anos de idade entre os migrantes antigos (no Brasil como um todo), observa-se uma percentagem inferior a 4,0% entre os novos migrantes em todas as regiões.

Uma elevada proporção de novos migrantes com menos de 15 anos de idade é observada em todas as regiões, o que indica que a migração de famílias inteiras é uma característica comum no Brasil. Isso, em parte, pode refletir a atração exercida pelas facilidades educacionais nas áreas urbanas, pois é possível que muitos jovens procurem os centros urbanos por iniciativa própria ou por desejo dos pais, em busca de melhores oportunidades educacionais.

É interessante observar a proporção em 1970 de pessoas com 0-14 anos de idade entre os migrantes antigos. Isto parece refletir uma grande imigração de crianças no passado, já que esse grupo consiste em migrantes sobreviventes que imigraram no período infantil. Por outro lado, a elevada proporção de novos migrantes com idades entre 0-14 anos reforça a observação e leva-nos a admitir que, pelo menos, 10% de todos os migrantes urbanos chegam às áreas de destino com menos de 5 anos de idade.

2.1.3

Composição por Sexo dos Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

A composição quanto ao sexo é uma das características demográficas mais significativas de uma comunidade.³ É um

³ K.C. Zachariah, *op. cit.*

aspecto particularmente importante na migração interna, devido aos seus efeitos, especialmente os econômicos, tanto na área de origem quanto na área de destino migratório. Argumenta-se, freqüentemente, por exemplo, que a elevada migração urbana feminina está relacionada com maiores oportunidades econômicas para este sexo nas áreas urbanas do que nas regiões rurais. Esta suposição parece encontrar fundamento no contexto brasileiro.

A análise da relação de masculinidade em cada subgrupo confirma as verificações prévias sobre a proporção maior de mulheres do que de homens entre os migrantes urbanos no Brasil. Observam-se, porém, algumas diferenças interessantes nessas proporções quando a idade é considerada.

A Tabela II.3 trata das referidas relações nos subgrupos urbanos no Brasil como um todo e nas 10 regiões. A tabela demonstra que há maior número de mulheres tanto entre os migrantes como entre os não-migrantes urbanos na maioria das regiões. A única exceção encontra-se entre migrantes antigos na região Oeste. Isso provavelmente tem origem na migração ocorrida durante a construção de Brasília, quando os trabalhadores masculinos migraram sozinhos para a região, ao mesmo tempo que inexistiam grandes fatores de atração para mulheres no mercado de trabalho local.

Observa-se grande disparidade de relações de masculinidade, tanto entre os subgrupos na mesma região quanto entre subgrupos semelhantes nas diversas regiões. Observam-se menores proporções de homens entre os migrantes do que entre os não-migrantes, em todas as regiões, exceto no Oeste. Essa diferença é proporcionalmente maior no Rio de Janeiro e menor no Nordeste e no Norte.

Enquanto que as relações de masculinidade entre os não-migrantes são mais uniformes nos grupos etários mais velhos, entre os migrantes isso se verifica nos grupos de idade mais jovens. Por outro lado, ocorrem relações de masculinidade supe-

TABELA II.3

COEFICIENTE DE MASCULINIDADE ENTRE MIGRANTES E
NÃO-MIGRANTES URBANOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE
IDADE E REGIÕES — 1970

Grupos de Idade	Brasil	Amazônia	Norte	Nordeste	Bahia	Minas	Rio	S. Paulo	Paraná	Sul	Oeste
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Não-Migrantes											
0 — 14	100,5	100,0	95,7	99,0	99,5	99,3	103,8	101,5	101,8	100,7	100,0
15 — 29	89,5	83,5	84,5	83,3	82,0	87,3	94,9	97,5	91,8	87,0	88,9
30 — 44	88,0	85,5	77,8	79,2	83,0	86,4	93,9	93,3	93,8	91,5	79,9
45 — 59	87,6	88,7	84,4	84,8	84,7	90,6	87,3	90,2	91,1	85,7	85,2
60 e +	78,3	71,5	86,3	81,9	69,8	80,0	72,0	80,4	79,5	81,6	76,4

0 — 14	99,0	86,2	94,0	101,3	92,5	100,0	99,7	99,5	99,4	98,9	98,1
15 — 29	85,0	73,4	79,0	71,0	73,8	81,8	84,7	91,6	85,1	88,5	94,0
30 — 44	96,2	109,2	92,6	75,6	87,9	94,8	91,9	100,8	103,8	90,1	105,9
45 — 59	95,7	108,3	108,6	93,8	90,9	95,8	88,3	97,0	100,3	95,2	115,9
60 e +	84,8	73,7	95,3	145,8	87,6	93,4	71,6	89,4	94,4	80,3	91,6
Total	91,8	88,1	90,2	82,3	84,8	91,5	88,4	96,1	95,1	91,6	100,1

Novos Migrantes

0 — 14	98,9	85,0	93,1	101,1	94,6	100,0	98,9	99,8	100,3	99,9	97,2
15 — 29	83,0	67,7	75,7	66,2	69,4	82,7	82,1	89,9	82,9	88,5	92,5
30 — 44	102,8	117,7	112,9	82,5	102,0	104,1	98,6	107,0	107,8	101,8	110,4
45 — 59	100,3	109,0	117,1	108,7	99,7	107,6	86,5	98,4	104,8	94,2	108,9
60 e +	90,1	80,3	84,2	38,1	99,7	102,5	75,7	105,0	94,1	77,8	89,7
Total	93,2	84,0	90,7	83,9	85,8	94,8	90,4	97,1	95,3	94,6	98,7

Migrantes Antigos

0 — 14	99,7	110,2	108,7	103,5	104,4	108,1	105,6	96,8	88,2	89,4	114,4
15 — 29	89,1	86,6	87,1	81,0	83,8	80,0	89,0	95,0	90,5	88,2	99,6
30 — 44	89,2	103,3	75,5	70,5	78,3	87,0	88,1	96,4	99,3	85,5	97,9
45 — 59	93,8	108,0	105,4	88,1	87,2	90,1	88,8	96,4	97,0	95,8	123,8
60 e +	83,1	71,8	99,0	82,8	84,3	90,3	70,6	87,5	94,7	80,7	92,9
Total	89,8	94,6	89,6	80,4	83,4	86,8	86,6	94,9	95,0	88,0	103,7

riores a 100 em muitos grupos de idade entre os migrantes, notadamente na faixa etária de 30-59. A região do Rio parece ser interessante exceção, com uma proporção mais elevada de mulheres em todos os grupos de idade acima de 15 anos.

Encontramos mais mulheres do que homens na maioria dos grupos de idade entre os migrantes novos e os antigos em todas as regiões. É particularmente notável a pequena proporção de homens nos grupos de idade entre 15 e 29 anos, especialmente quando comparada com a alta proporção de homens nos outros dois grupos etários mais velhos. Isso sugere que a proporção de homens e mulheres difere acentuadamente, dependendo da idade de chegada na área de destino migratório.⁴ Parece que há um elevado número de mulheres entre os migrantes urbanos que chegam entre as idades de 10 e 25, mas uma maioria de homens, ou, pelo menos, uma composição de sexo mais equilibrada, entre os que chegam com idades acima dos 25 anos.

Existe um volume elevado de homens no grupo de idade mais jovem entre migrantes antigos em muitas regiões, o que pode sugerir que há maioria de crianças masculinas quando trazidas pelos pais ao tempo da migração. Observam-se proporções mais elevadas de homens entre os migrantes novos do que entre os migrantes antigos, com exceção da região Amazônica. A comparação das relações de masculinidade entre novos e antigos migrantes sugere que as composições de sexo diferem principalmente como um resultado das diferenças entre as proporções de cada sexo nos grupos de idade abaixo de 30 anos.

⁴ Isso poderia ser explicado parcialmente pelas diferenças de erros de referência à idade segundo o sexo. Contudo, as diferenças parecem tão grandes que a afirmativa pode ser aceita.

2.1.4

Diferença por Sexo e Idade — Sumário

A análise das diferenças entre a composição por sexo e idade dos migrantes e não-migrantes urbanos no Brasil confirma o ponto de vista de que a maior parte dos migrantes urbanos chega às áreas de destino durante a última fase da adolescência ou na fase adulta jovem;⁵ e que a maioria é constituída de mulheres. Há algumas indicações de que as mulheres imigram mais jovens do que os homens. Assim, o aumento na proporção de mulheres com idade entre 15-29 nas áreas urbanas de destino migratório constitui um importante efeito das migrações urbanas no Brasil.

Há evidências empíricas demonstrando que a diferença entre a composição por sexo dos migrantes e não-migrantes está relacionada com a idade ao tempo da chegada à área de imigração e, aparentemente, indícios de diminuição temporal da preponderância de mulheres entre os migrantes urbanos.

⁵ M. da Mata e outros, ao analisarem as diferenças entre migrantes e não-migrantes no Brasil, concluíram que os migrantes são selecionados segundo a idade, com reduzidas proporções de dependentes e maior idade média do que os não-migrantes. Milton da Mata *et al.*, *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973), n.º 19, pp. 131.

2.2

Diferença entre a Fecundidade de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

Os estudos sobre a urbanização no Brasil destacam as migrações internas como importante componente da elevada taxa de crescimento da população urbana.⁶ As migrações internas contribuem tanto direta como indiretamente para o crescimento populacional, porquanto também elevam a taxa natural de crescimento demográfico das áreas urbanas. Pelo menos isso é o que se supõe freqüentemente, por se admitir que os migrantes urbanos apresentam uma taxa de crescimento natural mais elevada do que a população não-migrante.

Esta suposição tem sido feita no Brasil com base em estudos realizados em número reduzido de cidades.⁷ até à elaboração deste trabalho, o Departamento do Censo não tinha publicado nenhuma informação que permitisse uma análise mais

⁶ EPEA, *Demografia — Diagnóstico Preliminar, Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social* (Rio de Janeiro: EPEA, agosto de 1966), p. 58; D.H. Graham e S.B.H. Filho, *op. cit.*, p. 22; IBGE, *Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil* (Rio de Janeiro: IBGE, 1963), p. 324.

⁷ Ver J.L. Madeira, *Reformulação do Crescimento Demográfico da Guanabara no Período 1940-1960 em Face dos Recenseamentos Gerais* (Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, 1969), n.º 5, pp. 19-20. Esse estudo demonstra que a migração interna contribuiu com 57,4% do crescimento da população da Guanabara em 1940/50. Em 1950/60 a componente migratória contribuiu com 41,1% do crescimento da população.

ampla do assunto. Ainda assim, admitia-se que a experiência demográfica européia se reproduziria nos países menos desenvolvidos, como resultado inevitável das transformações econômicas e sociais.

Análises do Censo de 1950 demonstraram que a fecundidade rural era maior do que a urbana, como conseqüência de numerosos fatores, inclusive educacionais.⁸ Também se admite que as migrações contribuem para elevar a fecundidade nas áreas de destino e mantê-la em níveis elevados por longo tempo. Teoricamente, esta conseqüência deveria interromper-se após a adaptação dos migrantes ao novo ambiente sócio-econômico que, admite-se, induz níveis de comportamento reprodutivo mais modestos.

As suposições parecem plausíveis, embora não tenha sido encontrada no Brasil confirmação empírica sobre o assunto em virtude da inexistência de dados adequados. Giorgio Mortara realizou uma das análises mais compreensivas e possíveis sobre a diferencial de fecundidade rural-urbana no Brasil, estudando as informações sobre parturição no Censo de 1950.⁹ Porém, dada a natureza e qualidade dos dados do censo, Mortara somente foi capaz de produzir amplas generalizações sobre essas diferenciais e não pôde estimar as taxas de fecundidade das populações urbana e rural.

É ainda mais flagrante o desconhecimento das diferenciais de fecundidade entre migrantes urbanos e não-migrantes. Nenhum censo brasileiro forneceu dados sobre esses subgrupos e pouquíssimas pesquisas têm sido feitas sobre o assunto.

Esta seção destina-se a estimar as taxas de fecundidade das populações urbanas e rural, entre 1960/70, em cada uma

⁸ G. Mortara, *Estatística Demográfica*, n.º 25, p. 16. A fecundidade é muito elevada entre os rurícolas e menor entre as populações suburbanas e ainda mais inferior entre as comunidades urbanas.

⁹ G. Mortara, *op. cit.*

das 10 regiões do Brasil, bem como as taxas de fecundidade dos migrantes e não-migrantes urbanos. A pesquisa conclui com estimativas das taxas de fecundidade dos migrantes urbanos classificados de acordo com o período de residência na área urbana. A exemplo de outras seções, os migrantes residentes há menos de 11 anos nas atuais áreas urbanas são classificados como migrantes novos, ao passo que os residentes há 11 anos ou mais são considerados como antigos.

Esta seção divide-se em subseções: a primeira apresenta uma breve introdução à técnica adotada para estimar as taxas de fecundidade. A segunda trata da disponibilidade dos dados e expõe algumas considerações sobre a qualidade da informação censitária no tocante ao número de nascidos vivos. A subseção 2.2.3 apresenta as taxas de fecundidade estimadas para cada um dos subgrupos, seguida por uma seção onde se faz uma verificação global de todas as estimativas. Na seção final, são apresentadas comparações gerais e conclusões obtidas tomando-se por base as estimativas do estudo.

2.2.1

A Técnica de Brass de Estimar a Fecundidade

Desde que os dados sobre fecundidade corrente e parturição feminina são fornecidos pelos censos, a técnica de Brass pode ser empregada para estimar as taxas de fecundidade de subgrupos da população, admitindo-se que as imprecisões censitárias não cheguem a invalidar os resultados.

A técnica de Brass pressupõe que as taxas de fecundidade segundo as idades foram quase constantes no passado recente,

pelo menos a fecundidade das mulheres mais jovens.¹⁰ O método aceita como adequado o padrão de idades da fecundidade corrente (durante o ano precedente ao censo) bem como o nível da parturição das mulheres jovens, tal como apurados. Daí a necessidade de se comparar a fecundidade corrente e a parturição, o que é feito pela acumulação e aplicação de certos fatores de multiplicação à fecundidade corrente. Esses fatores foram desenvolvidos por Brass como resultado de seu trabalho com distribuições teóricas da fecundidade. Os fatores são determinados essencialmente pelo padrão etário da fecundidade e refletidos na relação entre as taxas dos grupos de idade de 20-24 e 25-29 e na idade média da distribuição etária da fecundidade.¹¹

A incerteza quanto ao período de referência é a maior fonte de erros na declaração de nascimentos no ano precedente ao censo (fecundidade corrente), enquanto erros de memória produzem imprecisão na declaração de parturição de mulheres com idades mais avançadas. Essas duas observações indicam que a fecundidade corrente acumulada não corresponde exatamente à informação da parturição. Entretanto, deve-se esperar que a relação entre a parturição e a fecundidade acumulada (relações P/F) fique bem próxima nos grupos de idade de 20-24 e 25-29 e se distancie à medida que a idade das mulheres aumenta. Segue-se que as relações P/F entre os grupos de 20-24 e 25-29 anos de idade são as menos afetadas por erros.

Outras fontes de erros, tais como subenumeração de nascidos vivos, declaração errônea de idade e erros de amostragem, introduzem distorções nas relações P/F. Muitas dessas distor-

¹⁰ United Nations, Manual IV, *Methods of Estimating Basic Demographic Measures from Incomplete Data; Manual on Methods of Estimating Population* (New York: ST/SOA/Séries A/42, 1967), p. 35.

¹¹ W. Brass *et al.*, *Demography of Tropical Africa* (Princeton: University Press, Princeton, 1968), pp. 88-104.

ções podem ser observadas na análise das relações P/F e, geralmente, admite-se que a técnica de Brass fornece a estimativa mais robusta de fecundidade quando somente se dispõe de informação sobre a fecundidade corrente e a parturição.

As estimativas de fecundidade para os subgrupos de migrantes devem ser encaradas com mais reservas do que as estimativas para não-migrantes, visto que, provavelmente, os migrantes interrompem seu padrão reprodutivo em consequência de seu movimento migratório. Com toda probabilidade, isso constitui uma séria limitação para a aplicação da técnica de Brass entre os migrantes.

2.2.2

Disponibilidade de Dados — Nascidos Vivos no Censo

Os dados analisados nesta subseção foram obtidos de tabulações especiais do Censo de 1970, como é o caso, aliás, de todas as informações básicas contidas neste trabalho. Neste censo, as mulheres responderam a três perguntas relativas à sua fecundidade: i) quantos filhos nascidos vivos teve, até a data do Censo?; ii) quantos filhos nascidos mortos teve, até a data do Censo?; e iii) dos filhos vivos que teve, quantos nasceram nos 12 meses anteriores à data do Censo (1º-9-1969 a 31-8-1970)?

As respostas a essas perguntas foram tabuladas para cada um dos subgrupos das 10 regiões e no Brasil como um todo, segundo grupos quinquenais de idade das mulheres, usando-se uma amostra de 1,27% da população total que o Departamento do Censo elaborou a fim de obter tabulações especiais.

Em virtude da grande dificuldade em definir os natimortos, as respostas às perguntas a esta questão no censo aparentam ser consideravelmente inexatas. Segundo os dados, apenas 93% de todos os nascimentos foram considerados nascidos vivos — uma percentagem que se afigura bastante reduzida em comparação com numerosos países e regiões do mundo.

Ao analisar os resultados do Censo de 1950, o único censo precedente que formulou perguntas sobre o assunto, Mortara concluiu que havia uma subenumeração de nascidos vivos. Após comparações internacionais e uma pesquisa minuciosa sobre a exatidão dos dados, Mortara achou que a proporção de nascidos vivos não deveria ser inferior a 95% do total de nascimento.¹² Leite, em recente pesquisa baseada no censo de 1970, também concluiu que houve uma subenumeração da proporção de nascidos vivos e chamou a atenção para o fato de que algumas retificações teriam que ser feitas nos dados censitários, para se obterem estimativas de fecundidade e mortalidade mais realistas do que aquelas alcançadas pela manipulação indiscriminada das informações do censo.¹³

Infelizmente, não dispomos de informação adicional que ajude a avaliar o nível de correção necessário para se obterem estimativas de fecundidade e mortalidade mais exatas. Apesar disso e valendo-nos das duas pesquisas referidas acima, decidimos corrigir a informação do censo através da hipótese de que os nascidos vivos correspondiam a 95% do total de nascimentos, por considerarmos esta proporção provavelmente mais próxima da realidade brasileira do que os dados do censo.

¹² G. Mortara, "A Fecundidade da Mulher e a Sobrevivência dos Filhos no Brasil, segundo o Censo de 1950", in *Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil*, FIBGE (Rio de Janeiro, 1970).

¹³ V. Leite, "Observações Sobre a Declaração de Filhos Tidos", in *Boletim Demográfico* (CBED), vol. 3, n.º 3 (Rio de Janeiro, jan.-mar. de 1973), pp. 4-12.

Contudo, deve-se acentuar que, mesmo com esta correção, a fecundidade e a mortalidade ainda estão provavelmente subestimadas se, como foi sugerido pela comparação internacional feita por Leite, a proporção real¹⁴ de natimortos for inferior a 5% do total.

Esse ajustamento é feito somente com respeito à informação sobre parturição e nenhum ajustamento diferenciado é introduzido entre os grupos regionais, embora se possa admitir que os erros sejam diferentes entre as populações regionais.

2.2.3

As Relações P/F

A Tabela II.4 trata das relações entre parturição e fecundidade corrente acumulada (relações P/F) segundo grupos de idades para todos os subconjuntos populacionais em análise.

As séries de relações P/F para a população total aparentam ser coerentes com as suposições e asserções básicas e subjacentes à Técnica de Fecundidade de Brass. As relações P/F para o grupo de idade de 15-19 não são muito fidedignas. As relações P/F para os grupos de idade de 20-24 e 25-29 são semelhantes em seis regiões: II, III, IV, V, VII, VIII e X, como seria de esperar se as suposições básicas concernentes às tendências da fecundidade e aos erros de referências do período fossem cumpridas. Não obstante, há algumas diferenças entre essas relações nas regiões VI e IX. As relações P/F para o grupo de idade de 20-24 são menores que as relações P/F para o grupo de 25-29 nas duas regiões. Observa-se que esse padrão

¹⁴ *Ibidem.*

P/F é também encontrado entre as populações urbanas de nove regiões e no Brasil como um todo.

As séries de relações P/F decrescem com a idade das mães nas regiões I, II, III, IV e X. Trata-se das regiões menos desenvolvidas, onde deveriam ser esperados os maiores erros de memória na declaração da parturição. Independentemente disso, pode-se argumentar que as regiões citadas experimentaram certo aumento da fecundidade durante a última década. As séries de relações P/F nas restantes regiões — Minas (V), Rio (VI), São Paulo (VII), Paraná (VIII) e região Sul (IX) — demonstram níveis ascendentes ou, pelo menos, constantes à medida que a idade da mãe aumenta. A combinação desse padrão de relações P/F para os grupos de idade de 20-24 e 25-29 induz à presunção de que essas regiões experimentaram algum declínio da fecundidade no passado recente.

Parce que esse declínio foi ainda mais significativo na última metade da década em certas regiões. Em consequência, o nível de sua parturição para os grupos de idade de 20-24 já reflete esta tendência, enquanto que a parturição para os grupos de idade de 25-29 ainda não foi afetada. Isso explicaria menores relações P/F para o grupo de idade de 20-24 do que para o grupo de idade de 25-29.

As relações P/F entre as populações urbanas demonstram o padrão referido na maior parte das regiões, com a única exceção do Oeste (X), onde as relações P/F para o grupo de idade de 20-24 são maiores do que para o grupo de 25-29. Como será observado adiante, esse padrão também é notado entre os não-migrantes urbanos nas mesmas nove regiões, e entre migrantes urbanos em seis. Uma vez que esse padrão não se mantém entre as populações rurais, pode-se admitir que a fecundidade urbana está diminuindo na maioria das regiões, e que tal diminuição já está afetando a tendência da fecundidade nas regiões V, VI, VII, VIII e IX como um todo, como consequência de suas elevadas proporções de população urbana.

TABELA II.4
 RELAÇÕES P/F PARA CADA GRUPO DE POPULAÇÃO
 BRASIL E REGIÕES — CENSO DE 1970

Grupos de Idade	Amazônia I	Norte II	Nordeste III	Bahia IV	Minas V	Rio VI	S. Paulo VII	Paraná VIII	Sul IX	Oeste X	Brasil
Total											
15 — 19	1,53	1,58	1,62	1,61	1,54	1,46	1,54	1,21	1,48	1,53	1,52
20 — 24	1,37	1,39	1,36	1,38	1,37	1,25	1,25	1,21	1,25	1,32	1,31
25 — 29	1,29	1,35	1,38	1,37	1,40	1,34	1,29	1,26	1,36	1,22	1,33
30 — 34	1,26	1,28	1,35	1,29	1,40	1,42	1,30	1,26	1,39	1,21	1,32
35 — 39	1,21	1,23	1,32	1,24	1,38	1,43	1,32	1,28	1,40	1,20	1,30
40 — 44	1,12	1,18	1,32	1,17	1,41	1,39	1,31	1,27	1,42	1,19	1,28
45 — 49	1,08	1,15	1,29	1,13	1,33	1,37	1,38	1,24	1,46	1,15	1,26
Correção	1,33	1,37	1,37	1,37	1,38	1,29	1,27	1,23	1,30	1,27	1,32
Urbana											
15 — 19	1,51	1,74	1,53	1,49	1,49	1,50	1,63	1,20	1,62	1,64	1,54
20 — 24	1,19	1,34	1,39	1,28	1,32	1,24	1,22	1,29	1,34	1,37	1,29
25 — 29	1,32	1,37	1,46	1,38	1,46	1,36	1,29	1,47	1,53	1,29	1,38
30 — 34	1,38	1,25	1,45	1,29	1,54	1,43	1,32	1,54	1,54	1,32	1,40
35 — 39	1,33	1,30	1,43	1,32	1,52	1,44	1,33	1,57	1,53	1,35	1,40
40 — 44	1,22	1,17	1,45	1,23	1,62	1,39	1,32	1,53	1,54	1,38	1,39
45 — 49	1,24	1,26	1,44	1,15	1,53	1,39	1,29	1,51	1,57	1,35	1,39
Correção	1,25	1,35	1,42	1,33	1,39	1,30	1,25	1,38	1,43	1,33	1,33
Rural											
15 — 19	1,52	1,52	1,68	1,70	1,57	1,32	1,34	1,23	1,36	1,45	1,50
20 — 24	1,48	1,39	1,33	1,46	1,41	1,34	1,33	1,19	1,19	1,28	1,34
25 — 29	1,26	1,32	1,33	1,36	1,34	1,31	1,30	1,19	1,23	1,15	1,28
30 — 34	1,17	1,28	1,27	1,30	1,28	1,36	1,29	1,16	1,30	1,12	1,25
35 — 39	1,12	1,20	1,24	1,19	1,26	1,38	1,29	1,18	1,31	1,09	1,21
40 — 44	1,05	1,18	1,23	1,13	1,22	1,41	1,31	1,18	1,33	1,05	1,20
45 — 49	0,98	1,10	1,17	1,11	1,05	1,33	1,34	1,15	1,36	0,99	1,14

15 — 19	1,27	1,92	1,48	1,94	1,81	1,23	1,45	1,16	1,44	1,69	1,46
20 — 24	1,21	1,44	1,41	1,44	1,35	1,15	1,18	1,32	1,27	1,36	1,27
25 — 29	1,38	1,36	1,42	1,51	1,35	1,25	1,25	1,44	1,43	1,28	1,32
30 — 34	1,40	1,31	1,40	1,39	1,50	1,33	1,28	1,50	1,46	1,29	1,36
35 — 39	1,27	1,47	1,46	1,42	1,54	1,33	1,30	1,56	1,50	1,32	1,38
40 — 44	1,15	1,23	1,40	1,32	1,59	1,27	1,32	1,53	1,49	1,35	1,36
45 — 49	1,20	1,34	1,46	1,20	1,55	1,29	1,41	1,56	1,54	1,30	1,39
Correção	1,29	1,40	1,41	1,47	1,35	1,20	1,21	1,38	1,35	1,32	1,29

Não-Migrantes

15 — 19	1,57	1,65	1,55	1,34	1,33	1,80	1,86	1,27	1,64	1,50	1,58
20 — 24	1,18	1,28	1,36	1,20	1,30	1,27	1,23	1,12	1,39	1,36	1,27
25 — 29	1,28	1,37	1,48	1,32	1,55	1,44	1,30	1,55	1,60	1,30	1,41
30 — 34	1,37	1,22	1,49	1,23	1,58	1,55	1,36	1,61	1,61	1,39	1,44
35 — 39	1,36	1,22	1,39	1,27	1,49	1,58	1,37	1,50	1,57	1,41	1,41
40 — 44	1,26	1,13	1,48	1,17	1,64	1,58	1,34	1,46	1,61	1,44	1,41
45 — 49	1,26	1,22	1,42	1,13	1,51	1,54	1,39	1,29	1,62	1,47	1,38
Correção	1,23	1,32	1,42	1,26	1,42	1,35	1,26	1,33	1,49	1,33	1,34

Novos Migrantes

15 — 19	1,05	3,26	1,47	1,74	1,91	1,24	1,43	1,20	1,28	1,74	1,46
20 — 24	1,30	1,55	1,34	1,34	1,33	1,15	1,17	1,21	1,13	1,38	1,23
25 — 29	1,56	1,53	1,35	1,47	1,29	1,18	1,20	1,32	1,29	1,24	1,28
30 — 34	1,55	1,43	1,34	1,25	1,39	1,26	1,23	1,45	1,37	1,28	1,31
35 — 39	1,38	1,42	1,46	1,48	1,50	1,33	1,36	1,51	1,44	1,30	1,41
40 — 44	0,97	1,17	1,40	1,47	1,58	1,26	1,42	1,52	1,52	1,32	1,41
45 — 49	1,19	1,20	1,49	1,26	1,60	1,34	1,64	1,58	1,58	1,26	1,50
Correção	1,43	1,54	1,34	1,35	1,31	1,16	1,18	1,26	1,21	1,31	1,25

Migrantes Antigos

15 — 19	1,62	0,79	1,54	3,70	1,55	1,20	1,48	0,98	2,00	1,49	1,47
20 — 24	1,02	1,26	1,55	1,91	1,42	1,15	1,19	1,71	1,64	1,28	1,34
25 — 29	1,14	1,08	1,56	1,60	1,53	1,39	1,38	1,76	1,75	1,40	1,46
30 — 34	1,17	1,10	1,49	1,56	1,73	1,49	1,41	1,71	1,64	1,30	1,47
35 — 39	1,11	1,41	1,49	1,41	1,69	1,41	1,35	1,73	1,63	1,37	1,42
40 — 44	1,13	1,10	1,45	1,28	1,73	1,37	1,35	1,64	1,54	1,40	1,40
45 — 49	1,10	1,35	1,48	1,21	1,63	1,37	1,40	1,69	1,61	1,34	1,42
Correção	1,08	1,17	1,55	1,80*	1,47	1,27	1,28	1,73*	1,69*	1,34	1,40

* Consultar o texto no tocante a esta correção.

Essas suposições parecem encontrar fundamento no padrão etário das relações P/F entre as populações urbanas e rurais. As relações aumentam ou são constantes à medida que a idade das mães se eleva entre as populações urbanas nas regiões III, V, VI, VII, VIII, IX e X. Este mesmo padrão de idade também é observado entre as populações rurais nas regiões IV, VII, VIII e IX, o que também pode ser considerado como sinal de que a fecundidade está diminuindo entre esses grupos.

Relações P/F bem inferiores para o grupo de idade de 20-24 do que para o de 25-29 entre não-migrantes em nove regiões e entre migrantes em seis regiões constituem resultados extremamente interessantes. Isso parece refletir o recente declínio de fecundidade entre aqueles grupos, do mesmo modo como foi argumentado quando analisadas as relações P/F das populações urbanas como um todo.

A diminuição da fecundidade parece que vem ocorrendo há mais tempo entre os grupos nos quais as séries de relações P/F aumentam com a idade das mães. Se esta interpretação das relações P/F for correta, poder-se-á dizer que a fecundidade diminuiu na última década entre os não-migrantes urbanos no Nordeste, Minas Gerais, Rio, São Paulo e região Sul, e que este decréscimo provavelmente foi intensificado nos últimos anos da década de 60.

Seguindo a mesma interpretação das relações P/F, caberia observar que o decréscimo na fecundidade está provavelmente ocorrendo também entre os demais grupos de não-migrantes urbanos, sobretudo a partir da segunda metade dos últimos 10 anos. Apesar disso, devemos ser mais cautelosos com os resultados nas regiões V, VIII e IX, nas quais os erros de amostragem podem estar afetando os dados, uma vez que a diferença entre as relações P/F para os grupos de idade de 20-24 e 25-29 parece excessivamente grande.

As relações P/F entre migrantes demonstram padrões semelhantes em seis regiões, os quais, na sua maioria, têm um

padrão ascendente ou constante à medida que aumenta a idade das mães. É notável que a diferença entre as relações P/F para os grupos de idade de 20-24 e 25-29 seja um pouco menor entre migrantes do que entre não-migrantes em quatro regiões, sugerindo isso que a recente diminuição da fecundidade do grupo, se alguma, foi inferior ao seu decréscimo entre não-migrantes nas mesmas regiões.

Dada a mesma interpretação, a qual já foi atrás aplicada às variações de idade nas séries P/F, é de admitir-se que a fecundidade vem diminuindo pelo menos há uma década entre os migrantes no Nordeste (III), Minas Gerais (V), Rio (VI), São Paulo (VII) e Paraná (VIII), e que tem havido decréscimo mais acentuado nos últimos anos entre migrantes no Sul e no Paraná do que entre os migrantes em qualquer outra região.

A despeito da racionalidade desta interpretação, é preciso enfatizar que os erros de amostragem provavelmente também afetam as séries P/F, particularmente entre os migrantes. Por outro lado, os padrões P/F entre os migrantes em Minas Gerais, Paraná e região Sul, bem como entre os não-migrantes em Minas Gerais, Rio e Paraná, são bastante incomuns e, por conseguinte, devemos ser mais cautelosos com respeito às estimativas do TFG para esses grupos.

As relações P/F para vários grupos de migrantes, classificados pela duração do tempo de residência, apresentam o mesmo padrão já observado entre os grupos de migrantes e não-migrantes urbanos. Como já comentado, isso parece relacionar-se com um recente declínio da fecundidade desses grupos, podendo também estar associado com as migrações mais recentes, isto é, de migrantes novos. Essas mulheres residem, em média, há apenas cinco anos na área de imigração e, assim, sua parturição ainda reflete padrões da área de origem, embora sua fecundidade corrente provavelmente diminua, por causa do efeito interruptivo da migração em sua reprodução. As relações P/F aumentam com a idade das mães entre os vários grupos

e sugerem que a fecundidade vem diminuindo há muito mais de uma década entre eles.

As séries de P/F entre os novos migrantes parecem fidedignas, sendo a única exceção entre essas séries a região Norte, onde um elevado padrão de P/F para os grupos de idade de 20-24 e 25-29 é observado.

Os P/F para migrantes antigos são surpreendentemente erráticos e demonstram um nível bastante incomum em pelo menos cinco regiões: Amazônia, Nordeste, Bahia, Paraná e Sul. Isso parece resultar de erros de amostragem, e, como pode ser observado, as relações P/F são coerentes no Rio de Janeiro e São Paulo, onde há maior número de antigos migrantes e, provavelmente, por isso mesmo, menor margem de erro.

Como resultado desta análise, decidimos adotar a média das relações P/F para os grupos de idade de 20-24 e 25-29 como o mais fidedigno fator de correção da declaração de fecundidade corrente dos diversos grupos de população, com exceção do grupo de migrantes antigos. Isso porque, enquanto o P/F para o grupo de idade de 20-24 corrigiria a fecundidade da primeira metade da década, o P/F para o grupo de idade 25-29 corrigiria a fecundidade da última parte do mesmo período. Esses fatores para cada grupo são apresentados na Tabela II.4.

Como foi observado, a correção é em torno de 32% entre a maior parte dos grupos, provavelmente porque a maioria das mulheres não declararam as crianças nascidas no período de 1º de setembro a 31 de dezembro de 1969, como deveriam ter feito.

Outra observação sobre os fatores de correção da declaração de fecundidade corrente da população urbana no Nordeste (III) e região Sul (IX), e para o grupo rural da Bahia (IV), deve ser feita, bem como para os migrantes novos na região Norte (II). Isto porque os respectivos padrões P/F diferem substancialmente dos padrões P/F dos demais grupos. Por esse

motivo; devem ser tratados com cuidado, e as respectivas estimativas das taxas de fecundidade global (TFG) ser visualizadas como valores extremos. Talvez o fator de correção mais fidedigno para esse grupo estivesse entre 1,42 e 1,34. Segue-se que a atual diferença entre as TFG urbanas e rurais nas regiões III e IX é, com toda probabilidade, ligeiramente maior do que as diferenças apresentadas neste trabalho, enquanto que as diferenças na região IV são, tudo indica, um pouco menores do que a diferença resultante da adoção dos fatores de correção constantes da tabela.

Desde que os fatores de correção para os migrantes como um todo e os novos migrantes demonstraram níveis aceitáveis corrigimos a fecundidade corrente dos migrantes antigos nas cinco regiões com séries P/F extremamente erráticas, independentemente de suas relações P/F, enquanto que a correção nas cinco regiões restantes e no Brasil como um todo foi feita segundo o critério adotado para os novos migrantes.

Os fatores de correção para a fecundidade corrente dos migrantes antigos nas regiões da Amazônia, Nordeste, Bahia, Paraná, Sul foram determinados pela admissão de que a correção para os migrantes seria a média ponderada da correção para os migrantes novos e antigos na região. Essas ponderações foram determinadas pelas proporções de migrantes novos e antigos no total de migrantes. Admitindo-se como sendo exato o fator para os dois grupos em qualquer região, o fator para o terceiro grupo pode ser encontrado através de uma simples operação aritmética. Adotando este procedimento, os fatores de correção para a fecundidade corrente dos migrantes antigos naquelas regiões foram calculados em: 1,16 na Amazônia, 1,55 no Nordeste, 1,62 na Bahia, 1,56 no Paraná e 1,50 na região Sul, ao invés dos fatores apresentados na tabela. Esses fatores ainda parecem ser muito elevados, embora sejam aritmeticamente coerentes com os fatores para os novos migrantes e para

os migrantes como um todo, de cada região. Apesar disso, dificilmente podemos aceitar correções tão grandes, e, assim, as estimativas da TFG para aqueles grupos devem ser recebidas com cautela.

2.2.4

Distribuição Etária da Fecundidade

A Tabela II.5 demonstra que se registram diferenças entre os padrões etários de fecundidade somente entre regiões. As distribuições de idade da fecundidade dos vários grupos numa mesma região apresentam padrões semelhantes, com a única exceção de Minas (V). A idade média da fecundidade varia somente entre os valores amplos de 31,00 anos entre o grupo rural na região Amazônia e 28,61 anos entre a população urbana em Minas.

Embora haja semelhança nas distribuições etárias da fecundidade de todos os grupos, podemos visualizar dois padrões etários gerais: um padrão correspondendo à reprodução tardia na Amazônia, no Norte, no Nordeste, na Bahia e em Minas, e o outro relativo à reprodução jovem no Rio, São Paulo, Paraná, Sul e Oeste.

Padrões incomuns de distribuição de fecundidade por idade são encontrados apenas entre não-migrantes no Paraná, novos migrantes na Amazônia e entre migrantes novos e antigos no Norte. Erros de amostragem parecem ser a fonte mais provável dessa variação.

Finalmente, apenas na região de Minas podemos encontrar algumas diferenças entre os padrões de idade da fecundidade dos diversos grupos.

Embora as semelhanças entre os padrões de idade da fecundidade dos diversos grupos dentro de cada região sejam impressionantes, as contribuições relativas de cada grupo para a fecundidade total apresentam, por vezes, diferenças enormes. Por exemplo, a contribuição das mulheres rurais com 35 anos e mais de idade para a taxa de fecundidade global (TFG) é comparativamente mais elevada do que a contribuição relativa das mulheres urbanas da mesma idade para a sua TFG. Isso está provavelmente relacionado com diferenças na idade de casamento e com diferenças nas práticas de planejamento familiar entre os dois grupos.

2.2.5

Estimativa das Taxas de Fecundidade

A Tabela II.6 mostra as estimativas das taxas de fecundidade específicas por idades e os índices de fecundidade total (IFT) para cada grupo de população em cada uma das dez regiões e para o País como um todo.

Como observado, existem amplas divergências entre os IFT regionais, não somente entre as populações totais, mas também entre todos os grupos de populações, parecendo evidente que essas variações são menores entre as populações urbanas do que entre as rurais. Os rurícolas têm índices de fecundidade total maiores do que os citadinos em todas as 10 regiões. As

TABELA II.5
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA FECUNDIDADE, GRUPOS DE POPULAÇÃO,
BRASIL E REGIÕES — 1960/70
(%)

Grupos de Idade	Amazônia I	Norte II	Nordes-te III	Bahia IV	Minas V	Rio VI	S. Paulo VII	Paraná VIII	Sul IX	Oeste X	Brasil
	Total										
15 — 19	5,37	6,20	4,39	4,45	3,95	6,15	5,93	7,76	5,62	6,17	5,43
20 — 24	18,24	19,69	18,38	18,19	20,09	25,17	25,52	23,88	22,15	23,38	21,35
25 — 29	23,43	22,29	24,18	24,16	24,97	27,30	27,83	22,69	24,83	24,37	24,95
30 — 34	29,52	22,53	22,94	23,84	22,05	19,05	19,75	18,97	21,04	20,16	21,37
35 — 39	17,59	17,38	18,08	18,16	17,23	14,12	13,62	15,01	15,07	15,18	16,17
40 — 44	10,20	9,44	9,41	8,28	9,50	6,24	5,68	8,60	9,05	8,33	8,31
45 — 49	3,63	2,48	2,61	2,91	2,21	1,98	1,67	3,09	2,24	2,40	2,42
m	30,64	30,17	30,53	30,48	30,29	28,82	28,66	29,38	29,69	29,47	29,80
	Urbana										
15 — 19	5,10	4,61	4,92	5,40	2,86	6,21	5,65	8,38	6,39	5,33	5,52
20 — 24	19,37	18,75	18,52	19,42	15,31	25,02	25,55	26,27	23,46	24,38	22,61
25 — 29	24,63	25,92	24,77	25,96	19,26	27,87	28,36	22,54	26,14	26,90	26,52
30 — 34	23,74	22,27	23,85	23,29	16,19	18,82	20,19	17,10	21,92	19,77	21,25
35 — 39	16,83	20,13	16,76	16,96	11,95	13,99	13,42	15,93	13,91	12,41	15,03
40 — 44	8,98	7,99	8,90	7,11	6,92	5,93	5,35	7,46	6,83	8,08	7,17
45 — 49	1,36	0,34	2,28	1,84	1,73	2,15	1,48	2,31	1,33	3,14	1,90
m	30,01	29,99	30,24	29,78	30,15	28,79	28,61	28,87	28,97	29,32	29,34
	Rural										
15 — 19	5,71	6,89	4,01	3,84	4,02	5,44	6,51	7,36	4,95	6,80	5,22
20 — 24	17,59	20,01	18,18	17,35	19,65	25,09	25,03	22,78	20,82	22,56	19,99
25 — 29	22,55	20,95	23,71	22,98	24,02	24,84	26,15	22,70	23,73	22,18	23,35
30 — 34	20,16	22,47	22,30	24,21	22,33	20,81	18,82	19,76	20,74	20,64	21,62
35 — 39	17,95	16,32	19,12	19,03	18,36	14,77	14,21	14,78	16,24	17,48	17,35
40 — 44	11,07	10,02	9,86	9,01	9,71	8,03	6,98	9,22	10,67	8,51	9,53
45 — 49	4,96	3,34	2,81	3,57	1,91	1,01	2,30	3,41	2,84	1,83	2,94

15 — 19	5,31	5,05	5,70	4,88	3,74	8,37	7,16	9,18	7,29	5,80	6,54
20 — 24	20,56	22,28	19,63	19,24	22,32	24,09	25,46	25,04	25,08	24,31	23,50
25 — 29	24,51	20,78	23,65	26,76	26,25	26,95	27,35	23,93	24,74	27,51	26,07
30 — 34	25,01	20,11	22,94	23,95	20,62	19,59	20,48	17,48	20,87	20,31	20,91
35 — 39	15,62	24,60	18,18	17,61	15,79	13,69	13,37	14,81	15,18	12,49	14,93
40 — 44	6,83	6,20	7,53	6,33	9,73	5,40	5,17	6,85	5,48	7,25	6,41
45 — 49	1,90	0,98	2,36	1,23	1,55	1,90	0,99	2,71	1,36	2,32	1,63
m	29,63	29,97	30,01	29,70	29,89	28,49	28,35	28,76	28,67	29,02	29,00

Não-Migrantes

15 — 19	4,87	4,42	4,52	5,55	3,94	4,92	4,45	7,36	5,95	4,75	4,82
20 — 24	18,77	16,99	17,73	19,46	19,30	27,15	26,27	28,94	22,31	23,87	21,40
25 — 29	24,54	28,18	25,51	25,49	25,41	28,12	28,92	17,55	27,19	24,82	26,30
30 — 34	22,99	23,40	24,46	23,04	22,94	17,03	18,68	14,79	22,27	18,11	21,68
35 — 39	17,58	17,97	15,52	16,49	16,38	14,03	13,44	20,04	12,47	12,55	15,29
40 — 44	10,14	9,04	10,03	7,66	8,94	6,65	6,13	10,00	8,46	10,99	8,42
45 — 49	1,09	—	2,22	2,31	3,09	2,10	2,12	1,30	1,35	4,91	2,08
m	30,22	30,03	30,38	29,88	30,39	28,82	28,86	29,32	29,19	30,12	29,74

Novos Migrantes

15 — 19	4,64	3,41	5,61	5,50	3,38	8,42	7,04	9,22	7,94	5,17	6,35
20 — 24	18,08	20,22	19,12	19,56	23,42	24,17	24,75	24,91	26,22	24,31	23,09
25 — 29	18,36	19,43	23,81	22,91	25,31	27,13	26,26	22,31	24,20	26,95	24,95
30 — 34	27,16	21,35	22,40	22,81	19,59	17,26	19,88	18,33	20,62	19,47	20,28
35 — 39	18,38	29,08	19,63	19,44	17,44	14,80	13,77	14,63	12,81	14,21	15,98
40 — 44	13,36	6,50	7,29	5,75	9,31	6,40	7,09	8,42	5,78	6,50	7,45
45 — 49	—	—	2,14	4,03	1,55	1,80	1,21	2,17	2,41	3,41	1,19
m	30,83	30,60	30,08	30,23	29,92	28,61	28,74	28,91	28,56	29,32	29,32

Migrantes Antigos

15 — 19	7,73	8,75	5,53	2,26	4,51	7,86	6,69	8,26	5,72	8,10	6,42
20 — 24	22,78	24,63	19,92	16,94	17,95	22,62	24,61	24,31	22,55	22,86	22,15
25 — 29	30,63	22,49	23,12	32,45	27,65	25,96	28,09	28,16	25,85	28,40	27,26
30 — 34	20,14	17,54	23,61	25,10	22,61	22,35	21,41	17,27	21,80	21,85	21,86
35 — 39	12,39	19,36	17,42	16,47	14,88	13,81	13,86	16,35	17,55	9,40	14,61
40 — 44	3,49	5,71	7,92	6,78	10,73	5,32	4,38	5,64	5,60	8,32	6,09
45 — 49	2,82	1,50	2,48	—	1,66	2,07	0,96	3,36	0,92	1,08	1,59
m	28,42	28,77	30,06	29,85	30,21	28,79	28,41	28,95	29,17	28,54	29,03

maiores diferenças entre os IFT urbano-rural são encontradas nas regiões do Rio, São Paulo e Paraná, enquanto que a menor urbano-rural ocorre na região Norte, onde o IFT rural é apenas 17% maior do que o IFT urbano.

As diferenças entre os índices de fecundidade total de migrantes e não-migrantes são modestas na Amazônia, no Nordeste, em Minas, Oeste e no Brasil como um todo. Somente no Rio, São Paulo e Paraná, isto é, nas regiões de maior imigração regional, os migrantes apresentam IFT significativamente maiores do que os não-migrantes. Na Bahia e na região Norte as diferenças mantêm-se no mesmo sentido, mas consistem apenas em cerca de 7 e 5%, respectivamente. Finalmente, há evidência de que a diferença na região Sul apresenta sentido contrário, isto é, o IFT é mais elevado entre os não-migrantes do que entre os migrantes. Este é, na verdade, um resultado surpreendente, uma vez que essa região situa-se entre as de menor reprodução do País.

A comparação das taxas estimadas para migrantes novos e antigos sugere que o período de tempo de residência dos urbanos é uma componente redutora da fecundidade na maioria das regiões, embora essa diminuição varie enormemente entre elas.

Além disso, observa-se também que os migrantes antigos têm maior fecundidade do que os novos migrantes em três regiões, se é que as estimativas são sólidas e fidedignas. Contudo, trata-se de regiões onde as relações P/F demonstram um padrão bastante incomum, e os fatores de correção para a declaração da fecundidade corrente são muito elevados. Se esses fatores foram superestimados em 10%, não deveremos perceber nenhuma diferença entre a fecundidade dos dois grupos. Por outro lado, torna-se difícil admitir que os migrantes antigos possam ter maior erro de referência de período do que os não-migrantes na declaração de sua fecundidade corrente. Assim, deveríamos esperar idênticos padrões de P/F para os migrantes antigos e não-migrantes, pelo menos em relação às idades mais jovens.

Os IFT para os migrantes antigos na Amazônia e no Norte foram provavelmente subestimados, visto que os respectivos fatores de correção da declaração de fecundidade corrente aparentam ser reduzidos em comparação com o fator de correção de outros grupos da mesma região. Não obstante, podemos admitir como aceitável o sentido das diferenças entre os padrões de fecundidade dos migrantes novos e antigos nessas regiões, o qual seria o mesmo, ainda que se tivesse adotado igual fator de correção para ambos os grupos. Portanto, parece admissível supor que os novos migrantes têm maior IFT do que os antigos nas regiões da Amazônia e Norte, embora a verdadeira diferença seja provavelmente menor do que aquela demonstrada na tabela.

Finalmente, podemos observar que a taxa de fecundidade de migrantes antigos com 25-29 anos na Bahia apresenta um nível extremamente elevado, o que nos induz a suspeitar de erros na declaração de idades também extremamente altos nesse grupo.

2.2.6

Estimativas de Fecundidade — Análises de Concordância

As conclusões anteriores a respeito das diferenças entre a fecundidade dos migrantes urbanos e não-migrantes são fundamentadas nas estimativas dos IFT, reduzidas pela adoção da média entre as relações P/F para os grupos de idade de 20-24 e 25-29, como o fator de correção mais fidedigno da declaração da fecundidade corrente. Não obstante, em virtude de termos observado padrões incomuns nas séries P/F para vários grupos, cabem duas indagações: i) qual é o sentido dessas diferenças,

TABELA II.6

TAXAS DE FECUNDIDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE
E ÍNDICE DE FECUNDIDADE TOTAL, GRUPOS DE
POPULAÇÃO,* BRASIL E REGIÕES — 1960/70

Grupos de Idade	Amazônia I	Norte II	Nordes-te III	Bahia IV	Minas V	Rio VI	S. Paulo VII	Paraná VIII	Sul IX	Oeste X	Brasil
Total											
15 — 19	0,0834	0,0903	0,0674	0,0662	0,0493	0,0458	0,0479	0,0946	0,0538	0,0834	0,0635
20 — 24	0,2863	0,2867	0,2813	0,2704	0,2509	0,1873	0,2061	0,2910	0,2123	0,3164	0,2495
25 — 29	0,3679	0,3247	0,3709	0,3592	0,3117	0,2032	0,2248	0,2765	0,2379	0,3297	0,2917
30 — 34	0,3378	0,3281	0,3519	0,3544	0,2753	0,1418	0,1595	0,2311	0,2016	0,2728	0,2499
35 — 39	0,2761	0,2530	0,2773	0,2700	0,2151	0,1051	0,1100	0,1829	0,1444	0,2054	0,1890
40 — 44	0,1601	0,1375	0,1443	0,1232	0,1187	0,0464	0,0458	0,1048	0,0867	0,1128	0,0971
45 — 49	0,0571	0,0362	0,0400	0,0433	0,0276	0,0147	0,0135	0,0376	0,0214	0,0325	0,0284
IFT	7,84	7,28	7,67	7,43	6,24	3,72	4,04	6,09	4,79	6,76	5,84
Urbana											
15 — 19	0,0637	0,0591	0,0639	0,0677	0,0397	0,0432	0,0411	0,0758	0,0506	0,0620	0,0509
20 — 24	0,2422	0,2407	0,2405	0,2434	0,2125	0,1741	0,1857	0,2372	0,1859	0,2833	0,2085
25 — 29	0,3080	0,3328	0,3218	0,3252	0,2674	0,1940	0,2062	0,2035	0,2072	0,3125	0,2446
30 — 34	0,2970	0,2859	0,3098	0,2918	0,2248	0,1309	0,1469	0,1544	0,1737	0,2297	0,1960
35 — 39	0,2105	0,2584	0,2177	0,2125	0,1658	0,0974	0,0976	0,1438	0,1102	0,1442	0,1386
40 — 44	0,1122	0,1026	0,1156	0,0891	0,0962	0,0413	0,0389	0,0673	0,0542	0,0939	0,0661
45 — 49	0,0170	0,0043	0,0297	0,0231	0,0240	0,0149	0,0107	0,0208	0,0106	0,0364	0,0176
IFT	6,25	6,42	6,49	6,26	5,15	3,48	3,63	4,51	3,96	5,81	4,61
Rural											
15 — 19	0,1049	0,1037	0,0711	0,0653	0,0611	0,0710	0,0783	0,1076	0,0581	0,1061	0,0800
20 — 24	0,3230	0,3012	0,3221	0,2948	0,2989	0,3278	0,3007	0,3331	0,2444	0,3523	0,3063
25 — 29	0,4140	0,3152	0,4200	0,3904	0,3655	0,3246	0,3140	0,3320	0,2785	0,3465	0,3578
30 — 34	0,3703	0,3382	0,3951	0,4113	0,3398	0,2719	0,2260	0,2889	0,2434	0,3223	0,3313
35 — 39	0,3297	0,2456	0,3386	0,3233	0,2793	0,1930	0,1707	0,2161	0,1906	0,2729	0,2659
40 — 44	0,2034	0,1508	0,1743	0,1531	0,1477	0,1049	0,0838	0,1324	0,1254	0,1330	0,1461
			0,0497	0,0608	0,0290	0,0132	0,0276	0,0499	0,0334	0,0285	0,0451

Migrantes											
15 — 19	0,0709	0,0669	0,0737	0,0642	0,0381	0,0619	0,0549	0,0858	0,0555	0,0673	0,0602
20 — 24	0,2619	0,2955	0,2538	0,2533	0,2273	0,1781	0,1954	0,2342	0,1907	0,2823	0,2163
25 — 29	0,3122	0,2758	0,3057	0,3522	0,2673	0,1992	0,2099	0,2238	0,1882	0,3194	0,2401
30 — 34	0,3185	0,2668	0,2965	0,3152	0,2099	0,1448	0,1572	0,1635	0,1588	0,2359	0,1926
35 — 39	0,1989	0,3263	0,2350	0,2318	0,1608	0,1013	0,1026	0,1385	0,1154	0,1451	0,1375
40 — 44	0,0869	0,0823	0,0973	0,0833	0,0991	0,0400	0,0397	0,0640	0,0407	0,0842	0,0589
45 — 49	0,0242	0,0130	0,0305	0,0162	0,0158	0,0140	0,0076	0,0254	0,0104	0,0269	0,0151
IFT	6,37	6,63	6,46	6,58	5,09	3,70	3,84	4,68	3,80	5,80	4,60
Não-Migrantes											
15 — 19	0,0611	0,0560	0,0591	0,0680	0,0410	0,0301	0,0291	0,0597	0,0484	0,0557	0,0456
20 — 24	0,2352	0,2152	0,2315	0,2385	0,2012	0,1663	0,1717	0,2349	0,1818	0,2801	0,2021
25 — 29	0,3075	0,3568	0,3330	0,3125	0,2650	0,1723	0,1890	0,1424	0,2216	0,2913	0,2483
30 — 34	0,2881	0,2963	0,3194	0,2825	0,2391	0,1043	0,1221	0,1200	0,1815	0,2125	0,2046
35 — 39	0,2203	0,2276	0,2026	0,2022	0,1708	0,0860	0,0878	0,1627	0,1016	0,1472	0,1443
40 — 44	0,1271	0,1144	0,1309	0,0940	0,0931	0,0408	0,0401	0,0811	0,0690	0,1290	0,0796
45 — 49	0,0136	—	0,0290	0,0283	0,0322	0,0128	0,0139	0,0106	0,0110	0,0576	0,0197
IFT	6,26	6,33	6,53	6,13	5,21	3,06	3,27	4,06	4,07	5,87	4,72
Novos Migrantes											
15 — 19	0,0679	0,0503	0,0722	0,0698	0,0359	0,0653	0,0578	0,0861	0,0561	0,0609	0,0609
20 — 24	0,2644	0,2983	0,2458	0,2483	0,2490	0,1875	0,2035	0,2326	0,1855	0,2866	0,2212
25 — 29	0,2684	0,2866	0,3059	0,2908	0,2692	0,2104	0,2159	0,2984	0,1712	0,3178	0,2391
30 — 34	0,3971	0,3149	0,2878	0,2896	0,2083	0,1339	0,1635	0,1712	0,1459	0,2296	0,1944
35 — 39	0,2687	0,4289	0,2522	0,2468	0,1855	0,1147	0,1132	0,1366	0,0906	0,1675	0,1531
40 — 44	0,1953	0,0959	0,0937	0,0730	0,0990	0,0496	0,0583	0,0786	0,0409	0,0766	0,0714
45 — 49	—	—	0,0275	0,0512	0,0165	0,0139	0,0100	0,0203	0,0171	0,0422	0,0181
IFT	7,31	7,37	6,42	6,35	5,32	3,88	4,11	4,67	3,54	5,91	4,79
Migrantes Antigos											
15 — 19	0,0881	0,1192	0,0747	0,0312	0,0445	0,0559	0,0481	0,0724	0,0453	0,0925	0,0588
20 — 24	0,2595	0,3355	0,2691	0,2343	0,1771	0,1608	0,1770	0,2131	0,1783	0,2610	0,2027
25 — 29	0,3488	0,3065	0,3123	0,4487	0,2728	0,1847	0,2020	0,2468	0,2043	0,3243	0,2493
30 — 34	0,2295	0,2390	0,3190	0,3471	0,2231	0,1990	0,1540	0,1513	0,1724	0,2495	0,1999
35 — 39	0,1412	0,2638	0,2354	0,2278	0,1463	0,0982	0,0997	0,1434	0,1387	0,1073	0,1337
40 — 44	0,0397	0,0779	0,1063	0,0938	0,1060	0,0378	0,0315	0,0494	0,0442	0,0950	0,0557
45 — 49	0,0322	0,0205	0,0344	—	0,0165	0,0147	0,0069	0,0312	0,0074	0,0123	0,0146
IFT	5,69	6,81	6,76	6,91	4,93	3,55	3,90	4,54	3,95	5,71	4,57

* O leitor é advertido que estas estimativas se apoiaram em dados preliminares. Estimativas elaboradas posteriormente para as populações urbanas e rurais com os dados definitivos do censo diferirão levemente das apresentadas nesta tabela.

se a média entre as relações P/F não constitui o fator de correção mais fidedigno para a declaração da fecundidade corrente?; e ii) as estimativas do IFT para migrantes urbanos e não-migrantes são coerentes com as estimativas do IFT da população urbana como um todo, dentro da mesma região?

A questão relativa ao sentido das diferenças entre a fecundidade de migrantes e não-migrantes é examinada através da comparação de outras quatro possíveis estimativas do IFT — as estimativas mínima e máximas possíveis — e aquelas que resultam da admissão das relações P/F, respectivamente para os grupos de idade de 20-24 e 25-29, como os fatores de correção mais fidedignos de sua fecundidade corrente declarada no censo. A estimativa mínima é obtida corrigindo-se a fecundidade corrente com a menor relação P/F entre os grupos de idade de 20-24 e 25-29. A estimativa máxima é obtida adotando-se como fator de correção a maior relação P/F para esses grupos de idade. A Tabela II.7 demonstra as diferenças entre as estimativas do IFT para migrantes e não-migrantes, de acordo com os quatro critérios.

As comparações na Tabela II.7 confirmam cabalmente o sentido das diferenças entre os IFT de migrantes e não-migrantes, baseadas nas estimativas da Tabela II.6. Como observado, os migrantes deveriam ter IFT mais elevado do que os não-migrantes no Rio e em São Paulo, de acordo com qualquer dos critérios. Os migrantes têm maiores IFT do que os não-migrantes de acordo com três critérios no Norte, Bahia e Paraná, porém as diferenças entre os IFT dos dois grupos nessas regiões não são suficientemente grandes a ponto de invalidar a conclusão anterior, muito embora demonstrem que as diferenças entre a fecundidade dos grupos de migrantes e não-migrantes são comparativamente menores do que as diferenças encontradas no Rio e em São Paulo.

Os dados da Tabela II.7 também confirmam a inexistência de diferenças entre a fecundidade dos migrantes urbanos e não-

TABELA II.7

COMPARAÇÃO ENTRE ESTIMATIVAS DO IFT PARA
MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES

Regiões	Critérios			
	mi-ma	ma-mi	P/F 20 - 24	P/F 25 - 29
I — Amazônia	- 0,5	+ 0,8	—	+ 0,3
II — Norte	+ 0,3	+ 0,7	+ 0,7	- 0,2
III — Nordeste	- 0,3	+ 0,3	+ 0,3	- 0,3
IV — Bahia	—	+ 0,9	+ 0,6	+ 0,3
V — Minas	- 0,6	+ 0,3	+ 0,3	- 0,6
VI — Rio	+ 0,2	+ 0,9	+ 0,6	+ 0,5
VII — São Paulo	+ 0,5	+ 0,8	+ 0,5	+ 0,6
VIII — Paraná	- 0,2	+ 1,5	+ 1,1	+ 0,2
IX — Sul	- 0,8	+ 0,2	- 0,2	- 0,4
X — Oeste	- 0,4	+ 0,3	—	- 0,1
Brasil	- 0,5	+ 0,5	+ 0,3	- 0,3

NOTA: Estimativa mínima — mi
Estimativa máxima — ma

migrantes na Amazônia, no Nordeste, em Minas, no Oeste e no Brasil como um todo. Além disso, a tabela apresenta evidência de que os não-migrantes têm reprodução ligeiramente maior do que os migrantes na região Sul.

A análise de concordância entre os índices de fecundidade total estimados para migrantes, não-migrantes e população urbana em cada região consta da Tabela II.8. Esta análise é feita através da comparação do IFT, estimado diretamente do censo para a população urbana, com o IFT urbano calculado pela ponderação das estimativas das taxas de fecundidade específicas por idades de migrantes e não-migrantes, sendo os valores de

TABELA II.8

COMPARAÇÃO ENTRE ESTIMATIVAS DO IFT DA POPULAÇÃO URBANA

Estimativa	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Brasil
Direta	6,25	6,42	6,46	6,58	5,15	3,48	3,63	4,51	3,96	5,81	4,61
Ponderada	6,34	6,39	6,48	6,31	5,15	3,39	3,59	4,50	3,93	5,80	4,64

ponderação dados pelas proporções de ambos em cada grupo de idade.

A Tabela II.8 demonstra que existe uma grande concordância entre pares de estimativa em todas as regiões. Essa comparação proporciona uma maior confiança nos IFT estimados para migrantes e não-migrantes e parece comprovar a interpretação dada às relações P/F.

2.2.7

A Fecundidade dos Novos Migrantes e Migrantes Antigos — Comentários Adicionais

A correção da fecundidade corrente declarada nos censos pelos novos e antigos migrantes foi feita separadamente em cinco regiões e no Brasil como um todo. Nas cinco regiões restantes, a correção foi obtida a partir da relação entre a correção para migrantes como um todo e a correção para novos e antigos migrantes nas regiões.

Admitindo-se que as proporções de novos e antigos migrantes no total de migrantes variam consideravelmente por grupos de idades, há que analisar a consistência dos IFT desses grupos, levando-se em consideração aquelas proporções. Os IFT estimados para migrantes e apresentados na tabela foram comparados com aqueles obtidos pela média ponderada das taxas de fecundidade, por idades, para novos e antigos migrantes.

A Tabela II.9 não apresenta grandes diferenças entre as duas séries de estimativas, indicando elevada coerência entre as estimativas para novos e antigos migrantes.

TABELA II.9

COMPARAÇÃO ENTRE ESTIMATIVAS DO IFT DE MIGRANTES

Estimativa	Regiões										Brasil
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
Direta	6,37	6,63	6,46	6,58	5,09	3,70	3,84	4,68	3,80	4,60	4,60
Ponderada	6,32	6,95	6,58	6,58	5,18	3,73	3,86	4,62	3,76	5,81	4,67

Esses resultados reforçam a confiança nas estimativas e nas conclusões que podemos extrair desta análise. Portanto, pode-se admitir que a fecundidade dos migrantes urbanos decresce à medida que o período de tempo de residência aumenta na área de destino migratório. As exceções a esta regra, também confirmadas pela presente análise, são encontradas nas regiões com níveis de fecundidade bastante elevados e menores níveis de urbanização.

2.2.8

Estimativas da Fecundidade — Teste Global

Esta subseção compara estimativas de nascimentos em 1970 através da aplicação das taxas de fecundidade específicas por idades na respectiva população em 1970. As estimativas não podem ser consideradas como números reais mas, sim, hipotéticos, uma vez que as taxas de fecundidade constituem uma média para a década. Desde que, a partir da análise, concluímos que a fecundidade está declinando em muitos dos subgrupos da população, podemos admitir que essas estimativas superestimam os números reais em 1970. Segue-se que elas são úteis somente para a verificação da concordância entre as taxas estimadas para os vários grupos nas regiões. A Tabela II.10 apresenta essas comparações.

Nota-se uma elevada coerência entre todas as estimativas de nascimentos, encontrando-se as maiores diferenças entre as estimativas diretas e ponderadas para migrantes na região Norte, e entre as relativas ao Rio e São Paulo. Mesmo assim, as diferenças não são superiores a 5,2% no Rio.

TABELA II.10

NASCIMENTOS DE ACORDO COM AS TAXAS DE FECUNDIDADE POR IDADES
ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA — 1970

Grupos	Regiões										Brasil soma (100)		
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X		Brasil	Soma
1) Total	180,6	232,0	781,1	419,6	553,7	262,2	562,8	291,8	326,3	236,5	3.873,4	3.846,2	+ 0,7
2) Urbano	70,5	59,6	339,2	164,2	255,9	222,2	422,6	89,7	152,3	106,2	1.871,9	1.882,4	- 0,6
3) Rural	109,0	169,0	440,5	257,8	297,1	42,8	138,3	204,7	174,8	129,8	1.971,1	1.964,0	+ 0,4
4) Migrantes	22,3	20,4	142,2	67,5	118,0	121,7	258,0	67,0	65,7	73,4	952,1	956,3	- 0,4
5) Não-Migrantes	48,1	39,1	195,7	97,5	137,1	89,5	147,7	21,4	84,6	31,7	900,7	892,4	+ 0,9
6) Novos Migrantes	13,8	12,9	78,4	36,2	72,2	65,7	158,6	41,4	34,5	53,4	550,5	567,1	- 2,9
7) Migrantes Antigos	8,3	8,4	65,6	31,1	47,6	56,9	100,7	24,5	50,4	19,9	398,7	393,4	+ 1,3
8) (1/2 + 3) 100	+ 0,6	+ 1,5	+ 0,2	- 0,6	+ 0,1	- 1,0	+ 0,3	- 1,0	- 0,2	+ 0,2	+ 0,8	-	-
9) (2/4 + 5) 100	+ 0,1	+ 0,2	+ 0,4	- 0,5	+ 0,3	+ 5,2	+ 4,2	+ 1,5	+ 1,3	+ 1,0	+ 1,0	+ 1,8	-
10) (4/6 + 7) 100	+ 0,9	- 4,2	- 1,3	+ 0,4	- 1,5	- 0,7	- 0,5	+ 1,7	+ 1,2	+ 0,1	+ 0,3	- 0,4	-
11) (2/5 + 6 + 7) 100	+ 0,4	- 1,3	- 0,2	- 0,4	- 0,4	+ 4,8	+ 3,8	+ 2,7	+ 1,9	+ 1,1	+ 1,2	+ 1,6	-
12) (1/3 + 5 + 6 + 7) 100	+ 0,8	+ 1,1	+ 0,1	- 0,7	- 0,1	+ 2,9	+ 3,1	- 0,1	+ 0,6	+ 0,7	+ 1,4	+ 0,8	-

Os resultados reforçam nossas dúvidas anteriores sobre a estimativa para os migrantes na região Norte, a qual parece ligeiramente afetada por erros, provavelmente pelos dados referentes aos migrantes antigos. As diferenças entre as estimativas urbanas no Rio e em São Paulo devem-se em parte ao fato de que os estrangeiros são incluídos nas estimativas diretas dos números de nascimentos urbanos, e não o são nas estimativas resultantes da agregação dos números de nascimentos para migrantes e não-migrantes. Estas tratam somente da população nativa brasileira. Como observado anteriormente, as estimativas diretas de nascimentos urbanos são maiores do que as estimativas agregadas em cada região, sendo a maior diferença encontrada nas regiões do Rio e São Paulo, onde se localizam os maiores números de estrangeiros.

Em suma, as estimativas de números de nascimentos são coerentes, e, embora sejam suscitadas algumas dúvidas pelo padrão das relações P/F para vários grupos, esta verificação global sugere que as correções introduzidas para as estimativas das taxas de fecundidade podem ser aceitas com confiança. Segue-se, portanto, que essas estimativas podem ser utilizadas na análise das diferenças de fecundidade entre os subgrupos da população brasileira.

2.2.9

Conclusões Gerais

As estimativas da fecundidade entre 1960/70 para os subgrupos regionais da população brasileira confirmam plenamente a conclusão de que a população rural apresenta taxas de fecundidade mais elevadas do que a população urbana. Esta pesquisa

também demonstra que existem amplas variações regionais nos IFT das populações rurais e urbanas. As maiores diferenças entre fecundidade urbana e rural são encontradas nas duas regiões mais urbanizadas do País. Mesmo assim, a alta correlação de 0,8212 (Spearman) entre as séries de índices de fecundidade urbana e rural é notável, e pode ser interpretada como indício de que a reprodução de ambos os subgrupos é afetada mais pelas condições econômicas e sociais gerais predominantes na região do que pela residência urbana e rural da população.

A correlação ordinal de Kendall entre os IFT regionais e o produto doméstico regional *per capita* é negativa e significativa a 5% (— 0,6889). Esta elevada correlação não contradiz necessariamente a de Gendell,¹⁵ de que os decréscimos na fecundidade não têm relação com o desenvolvimento no Brasil, mas certamente demonstra que as regiões com maior nível econômico apresentam menor reprodução, embora não revelem a intensidade ou a espécie de desenvolvimento necessárias para que possa ser previsto um decréscimo da fecundidade.

Por outro lado, há também uma significativa correlação de Kendall (— 0,6445) entre os IFT regionais e o nível educacional da população.¹⁶ Apesar disso, a correlação parcial entre a fecundidade e o produto interno *per capita*, isolando o efeito da educação, decresce abruptamente para — 0,3905. Isso sugere que a correlação entre fecundidade e educação e entre educação e produto *per capita* pode ocultar a verdadeira conexão entre fecundidade e produto interno *per capita*.

Portanto, como ficou sugerido em recente estudo, se as estimativas das taxas de fecundidade são razoavelmente exatas, torna-se possível adotá-las como evidência adicional de que as hipóteses de existência de correlação inversa entre reprodução

¹⁵ M. Gendell, "Fertility and Development in Brazil", in *Demography*, vol. 4 (1967), p 143.

¹⁶ Significativo a 5%.

e desenvolvimento são excessivamente simplificadas, pelo menos no Brasil.¹⁷

A análise comparativa dos índices de fecundidade totais regionais e seus padrões de idades levam à conclusão de que há uma forte correlação entre ambos. A Tabela II. 11 demonstra a correlação da série de Spearman entre a fecundidade regional e a contribuição proporcional de cada grupo de idade para os índices de fecundidade total da região.

TABELA II. 11

CORRELAÇÃO ORDINAL DE SPEARMAN ENTRE O IFT REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DE CADA GRUPO AO IFT

Grupos de Idade	Correlação
15 — 19	— 0,3576*
20 — 24	— 0,9151
25 — 29	— 0,6970
30 — 34	0,7334
35 — 39	0,9273
40 — 44	0,5758
45 — 49	0,7818

* Rejeitado ao nível de confiança de 5% .

Como pode ser observado na Tabela II.11, apenas a contribuição relativa do grupo de 15-19 anos de idade para a fecundidade total não está correlacionada com o nível do IFT.

¹⁷ D.M. Heer e E.S. Turner em sua análise do fenômeno, "Real Difference in Latin American Fertility", in *Population Studies*, vol. 18 (março de 1965), pp. 279-92. Ver também M. Gendell, *op. cit.*

Quando o IFT é menor, há um aumento na contribuição relativa da população com idade de 20-24 e 25-29. Simultaneamente, há decréscimo na contribuição relativa dos grupos de idade restantes. Em outras palavras, à medida que o nível de reprodução decresce, os padrões de idade da fecundidade variam de uma distribuição reprodutiva tardia para uma distribuição tipo jovem.

Com base na correlação ordinal de $-0,5556$ de Kendall, entre a proporção regional da população urbana e os IFT regionais, pode-se argumentar que a urbanização no Brasil tem provocado apenas um reduzido decréscimo na fecundidade.¹⁸ Ao mesmo tempo, as taxas de fecundidade urbana, no Brasil como um todo e na maioria das regiões, ainda são bastante elevadas. Em vista disso, deve-se admitir que o planejamento familiar é apenas modestamente praticado mesmo pelas populações urbanas.

A proporção da população urbana nas cidades de mais de 100 mil habitantes é estatisticamente independente do IFT urbano em um nível de 5% ($-0,2000$). Isso sugere que a estrutura urbana não é fator importante no decréscimo da fecundidade urbana no Brasil. Esses resultados não contradizem necessariamente a hipótese de que a urbanização induz a uma redução da reprodução. Não obstante, esses mesmos resultados justi-

¹⁸ "Urbanization does not necessarily lead to lower fertility (at least in its early stages), but does lead to the modification of certain demographic characteristics which formerly favoured lower urban fertility". Citado de A.O. Zarate, "Some Factors Associated with the Urban-Rural Fertility Differential in Mexico", in *Population Studies*, vol. 21 (novembro de 1967), pp. 142; "...the contribution that urban areas may make towards lower national fertility should not be exaggerated". Citado de R.O. Carleton, "Fertility Trends and Differentials in Latin America", in *Milbank Memorial Fund Quarterly*.

ficam a seguinte indagação: “Em que nível a urbanização começa a causar um efeito redutor significativo na fecundidade?”¹⁹

As diferenças entre a fecundidade urbana e rural no Brasil durante 1960/70 demonstram as mesmas divergências observadas anteriormente²⁰ e fornecem certa base à afirmação de Jaffe de que os declínios de fecundidade começam nas cidades e só posteriormente se estendem à zona rural. Assim, uma acentuada diferença reprodutiva urbano-rural é prevista no decorrer da transição de níveis de fecundidade elevados para níveis inferiores.²¹ Todavia, os dados não confirmam a prevalência da teoria da transição demográfica no caso do Brasil, que, ademais, não tem sido observada em outros países.²² A educação parece

¹⁹ J.S. Combs and K. Davis, “Differential Fertility in Puerto Rico”, in *Population Studies*, vol. V, n.º 2 (novembro de 1952), pp. 104-116.

²⁰ “Analysis... shows that Brazil is not an exception to the general rule of lower fertility in urban than in rural areas. Whether the urban-rural comparison of the rate of reproduction be made in 1920, 1940 or 1950, the conclusion is the same.” Quoted from I.V.D. Saunders, *Differential Fertility in Brazil*, (Gainesville: University of Florida Press, 1958), p. 31.

²¹ F.W. Notestein *et al*, *Economic Problems of Population Change*, Proceedings of the Eighth International Conference of Agricultural Economists, (London: Oxford University Press, 1963)

²² Sobre a fecundidade urbano-rural ver K. Davis, *The Population of India and Pakistan*, (Princeton: Princeton University Press, 1951); J. Stycos, “Culture and Differential Fertility in Peru”, in *Population Studies*, vol. 16 (março de 1963); R.G. Burnight, N.L. Whetten e B.D. Maxman, “Differential Rural-Urban Fertility in Mexico”, in *American Sociological Review*, vol. 21, fevereiro; C.A. Miro, “The Population of Latin America”, in *Demography*, vol. 1 (março de 1964), pp. 15-41; United Nations, *Report on the World Situation* (New York: Bureau of Social Affairs, 1957), p. 20; W.C. Robinson, “Urbanization and Fertility: The Non-Western Experience”, in *Milbank Memorial Fund Quarterly*, vol. 41 (julho de 1963), pp.

ser a variável mais importante para o declínio da fecundidade, mesmo com referência à população urbana. A correlação ordinal de Spearman entre o nível educacional da população urbana (expressa como a proporção daqueles com, pelo menos, 5 anos de educação) e o IFT da população urbana é de $-0,8667$.

Uma das conclusões deste estudo é que o rápido crescimento da população urbana brasileira constitui, em grande parte, resultado dos altos níveis da fecundidade urbana. O problema é, assim, não apenas de urbanização ou migração rural-urbana, mas de multiplicação humana.²³

As estimativas de fecundidade no período 1960/70 demonstram que os migrantes urbanos apresentam um IFT significativamente maior do que os não-migrantes em somente três das mais antigas e importantes regiões de imigração — Rio, São Paulo e Paraná — embora na Bahia e no Norte a diferença entre a fecundidade de migrantes e não-migrantes urbanos observe o mesmo sentido. Nas cinco regiões restantes, a reprodução dos dois grupos é praticamente igual, sendo mesmo ligeiramente mais elevada entre não-migrantes do que entre migrantes. A correlação ordinal de Spearman entre a reprodução de migrantes urbanos e não-migrantes é de $0,9031$ (significativa a nível de 5%). Isso sugere que a fecundidade dos migrantes é largamente influenciada por fatores operantes na área de destino, e provavelmente muito pouco pelo padrão de fecundidade de suas áreas de origem.

À medida que o período de tempo de residência aumenta na área de destino migratório, há um decréscimo no IFT dos

191-203; O.A. Cellver, *Birth Rates in Latin America, New Estimates of Historical Trends and Fluctuation*, Research Series (Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1965), n.º 7.

²³ D. Kingsley, citado por E. Arriaga, *Components of City... op. cit.*

migrantes — embora esta regra não possa ser generalizada e não se verifique em pelo menos três regiões.

Uma recente análise sobre a fecundidade de migrantes urbanos e nativos em seis cidades no Brasil demonstrou que o fator que influencia a fecundidade de migrantes não é o local de origem dos mesmos, mas, sim, o período de duração de residência na cidade.²⁴

Os migrantes urbanos têm níveis reprodutivos menos elevados do que a população rural. Em muitos casos, o seu IFT é menor do que se poderia esperar se levássemos em consideração suas áreas de origem. A mesma diferencial é observada no caso de novos migrantes. O IFT de 4,11 entre novos migrantes na região do Rio, por exemplo, parece ser menor do que a que se esperaria quando é lembrado que uma alta proporção deles provém do Nordeste, Bahia e Minas e de áreas rurais do País. Isso, aliás, sugere que os migrantes urbanos formam um grupo seletivo em sua área de origem, pelo menos no que diz respeito à fecundidade, a não ser que se admita que a migração de *per se* provoca declínio instantâneo da reprodução.

As idades médias de reprodução, bem como o padrão etário da fecundidade dos diversos grupos, com apenas poucas exceções, não diferem significativamente numa mesma região.

Com base nesta análise da fecundidade de migrantes e não-migrantes urbanos agregados regionalmente, pode-se concluir que a migração urbana no Brasil não tem contribuído significativamente para as altas taxas de fecundidade urbana na última década.

²⁴ "Migrants tend to absorb the fertility patterns of urbanites who are relatively less fertile. Such changes will modify the picture of family composition of Brazil, since urbanization depresses fertility. Changes in the fertility patterns of migrants are related to city of destination, social background and amount of time spent in the urban centres." S. Yutaka, E.W. Bock e W.G. Baines, "Factors Affecting Fertility of Natives and Migrants in Urban Brazil", in *Population Studies*, vol. 25 (março de 1971).

da. Somente nas regiões de menor reprodução e maior imigração, a migração urbana contribui significativamente para elevação da fecundidade e, mesmo assim, nessas regiões apresentam menor fecundidade do que os demais grupos de migrantes regionais urbanos.

2.3

Diferença entre a Mortalidade de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

Diferenciais de mortalidade entre os vários subgrupos da população em cada uma das 10 regiões do Brasil são analisadas nesta seção. Isto complementa a análise de diferenciais de fecundidade e contribui para esclarecer o efeito da migração urbana no aumento natural das populações das áreas urbanas.

Poucos estudos sobre este assunto têm sido feitos no Brasil, em virtude da falta de dados. Mortara realizou uma análise sobre as diferenciais de mortalidade rural-urbana, utilizando os resultados do Censo de 1950. Contudo, a diferencial de mortalidade entre migrantes urbanos e não-migrantes urbanos quase não tem sido estudada.

Como anteriormente, esta pesquisa inicia-se com comentários sobre a disponibilidade de dados e sobre a técnica de estimativa usada. Isto é seguido por subseções nas quais os resultados são analisados. Conclusões gerais são extraídas na subseção final.

2.3.1

Disponibilidade de Dados

A análise das diferenciais de mortalidade englobou um exame das respostas das mulheres à pergunta do censo sobre o número de crianças ainda vivas à época da entrevista. As respostas a essa pergunta foram tabuladas por grupos de idade das mulheres em cada região e no Brasil como um todo. Dada a disponibilidade desta informação, bem como a da parturição (já analisada), a técnica de Brass de estimativa da mortalidade de crianças pode ser aplicada. Um cálculo da expectativa de vida ao nascer para cada subgrupo foi também realizado, através da combinação das estimativas de mortalidade infantil com as tabelas modelo Oeste de mortalidade.

Uma correção no dado censitário sobre natimortos foi efetuada, com o objetivo de retificar a informação aparentemente distorcida. Em vez da média de 93% na proporção de nascidos vivos tabulados pelo censo, adotou-se 95% como a proporção mais realista.

2.3.2

A Técnica de Brass de Estimativa da Mortalidade Infantil

A idéia contida na técnica de Brass de estimativa da mortalidade de crianças é a de que a proporção de sobreviventes depende do nível da mortalidade infantil associado com a expe-

riência da fecundidade da mulher.²⁵ Basicamente, a idéia compreende a transformação da proporção de crianças sobreviventes, segundo a idade da mãe, em valores da função l_x da tábua de vida (o número de sobreviventes de um grupo inicial de l_0 , com idade exata x). Isso é feito através da aplicação de fatores de multiplicação desenvolvidos por Brass como resultado do seu trabalho com funções teóricas de fecundidade e mortalidade. A função da fecundidade tem um padrão constante, porém leva em consideração a idade de reprodução das mulheres. A mortalidade teórica é praticamente idêntica àquela dada pelos modelos da família Oeste.

Os fatores de multiplicação para a proporção de crianças sobreviventes nos três primeiros grupos de idade das mães (15-19, 20-24 e 25-29) são determinados de acordo com a relação entre a parturição de mulheres de idade de 15-19 e 20-24 anos. Os fatores de conversão para os quatro grupos etários restantes são estabelecidos pela idade média da fecundidade feminina.

As estimativas mais exatas da mortalidade infantil são obtidas quando observadas as seguintes condições: i) as taxas específicas de fecundidade por idades foram aproximadamente constantes no passado recente (pelo menos a fecundidade das mulheres jovens), e o padrão etário da fecundidade é conhecido; ii) as taxas de mortalidade infantil foram aproximadamente constantes nos últimos anos; iii) a experiência reprodutiva das mulheres sobreviventes é considerada igual à experiência do total das mulheres expostas ao risco de nascimento e mortes de crianças; iv) as taxas de omissão de crianças mortas e sobreviventes são praticamente as mesmas no número relatado de nascidos.

É claro que quanto mais as condições reais diferirem dessas suposições, menos sólidas serão as estimativas. Não obstante

²⁵ W. Brass *et al.*, *op. cit.*, pp. 104-139; United Nations, *Manual IV, op. cit.*, pp. 34-36; N. Carrier e J. Hobcraft, *op. cit.*, pp. 17 e 42-47.

algum decréscimo na fecundidade e na mortalidade, pode-se admitir que as estimativas de l_2 , l_3 e l_5 são razoavelmente coerentes e indicativas do nível mínimo da mortalidade recente de crianças. i) se a inexatidão quanto à idade não apresenta uma relação sistemática com a parturição, a fecundidade ou a proporção de crianças sobreviventes, os erros de declaração de idades não terão maior efeito nas estimativas de l_x ; ii) a seqüência de l_1 , l_2 , etc., não pode ser considerada como números precisos. A estimativa de l_1 é particularmente imprecisa e as de l_{10} , l_{15} , etc., são baseadas na memória de acontecimentos remotos. As respostas são provavelmente imprecisas e não refletem satisfatoriamente a mortalidade corrente.

2.3.3

O Emprego das Estimativas de Mortalidade de Crianças — Hipóteses e Limitações

Se existe informação a respeito da mortalidade adulta, é possível uma análise completa da mortalidade da população pela construção de uma tábua de sobrevivência. No entanto, se tal informação não estiver disponível e existirem indicações do padrão etário da mortalidade da população estudada, é possível, através do uso de uma tábua de vida-padrão com estrutura etária similar, estimar a sua vida média ao nascer, a partir dos dados sobre a mortalidade das crianças. Isso é feito admitindo-se que a mortalidade de crianças e adultos na população em análise tem a mesma relação que a mortalidade adulta e infantil na tábua de vida-padrão adotada.

Esta subseção apresenta estimativas de vida média ao nascer implícitas nas estimativas l_x , combinando-as com as tábuas de vida Oeste. A média das estimativas referentes a l_2 , l_3 e l_5 para cada subgrupo da população é adotada como indicativa da mortalidade na década anterior ao censo, sendo o subgrupo denominado pelo *status* da mãe (urbano, migrante, etc.).

As tabelas Oeste são adotadas porque o padrão de mortalidade da população brasileira não é conhecido com exatidão, e porque não há evidência para sugerir que seja significativamente diferente do padrão daquele conjunto de tabelas de vida.

Embora o período para o qual a estimativa se refere não possa ser determinado exatamente, pode-se admitir que a média de l_2 , l_3 e l_5 reflete o nível de mortalidade predominante aproximadamente quatro ou cinco anos antes do censo e, neste caso, serve como uma estimativa de mortalidade para a década de 60/70.

2.3.4

Resultados

As taxas de sobrevivência originadas da técnica de Brass, e a correspondente vida média ao nascer interpoladas nas tábuas de vida Oeste, para cada grupo e região, são apresentadas na Tabela II.12. A tabela também indica a vida média ao nascimento, estimada com base nos valores de l_2 , l_3 e l_5 .

As séries l_x para as populações urbana e rural seguem o padrão esperado da maioria dos grupos regionais, sendo os rurícolas na região do Rio a única exceção. É também digno de nota que l_1 é menor do que l_2 em muitos casos, o que aparentemente

reforça as conclusões sobre a inexatidão dessas estimativas, tal como encontradas para a África.²⁶

Embora os valores de vida média para esses grupos manifestem algumas variações erráticas à medida que a idade aumenta, eles podem ser accitos como apresentando um padrão relativamente consistente. Essas variações provavelmente decorrem do tamanho da amostra da qual os dados são tirados. O quase invariável decréscimo da vida média à medida que a idade aumenta parece refletir algum decréscimo da mortalidade entre alguns grupos da população, já que cada um desses valores refere-se à mortalidade em diferentes momentos do passado. Dada a razoável coerência entre o cálculo de vida média ao nascer estimado de l_2 , l_3 e l_5 na maioria dos subgrupos, parece razoável admitir que os dados básicos não estão afetados por erros que poderiam invalidar as estimativas.

Os 54,4 anos de vida média ao nascer, estimados para a população brasileira como um todo, parecem baixos se comparados com os 51,3 anos estimados para o período de 1950/60.²⁷ É possível que a aparente incoerência entre essas duas estimativas derive parcialmente das diferentes técnicas usadas em cada trabalho. Carvalho estimou a vida média brasileira em 1950/60 em 49,63 e, em 1960/70, em 55,7, tomando a tabela de vida do México como padrão.²⁸

Uma das características mais impressionantes observadas na Tabela II. 12 é a ampla disparidade de mortalidade regional não somente entre populações totais como também entre os

²⁶ W. Brass, *op. cit.*, pp. 342-439.

²⁷ A. Cataldi e M.A. Costa, *Análise Demográfica Regional* (Rio de Janeiro: IPEA, agosto de 1969), p. 20.

²⁸ J.A.M. Carvalho, *op. cit.*, p. 97. A nossa estimativa difere da estimativa de Carvalho, porque há diferenças entre os nossos dados. Enquanto Carvalho usou as tabulações avançadas do censo, nós usamos uma amostra dos resultados definitivos. Isto sugere que os dados das tabulações avançadas induziam a superestimativa da vida média.

TABELA II. 12

FUNÇÃO *l*, ESTIMADA E CORRESPONDENTE VIDA MÉDIA AO NASCER SEGUNDO O MODELO OESTE
GRUPOS DE POPULAÇÃO E REGIÕES — 1960/70

Idade	Amazônia I		Norte II		Nordeste III		Bahia IV		Minas V		Rio VI		S. Paulo VII		Paraná VIII		Sul IX		Oeste X		Brasil	
	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>	<i>l_x</i>	<i>e_o</i>
Total																						
1	9165	57,2	8766	50,1	8126	39,4	8803	50,2	9083	55,5	9173	57,6	8965	53,2	9156	57,0	8988	53,7	9181	57,5	8879	51,6
2	9057	58,1	8675	52,4	7953	42,9	8488	50,2	9066	58,3	9184	60,3	8228	60,9	9212	60,7	9473	65,6	8988	57,1	8863	55,2
3	8819	55,8	8527	51,9	7661	41,8	8441	50,8	8930	57,4	9139	50,5	9199	61,4	9052	59,2	9434	65,3	8856	56,4	8734	54,7
5	8644	54,9	8383	52,0	7247	39,9	8171	49,4	8746	56,2	8912	58,4	9053	60,2	8948	58,8	9312	64,0	8879	55,4	8515	53,3
10	8500	54,7	8249	51,1	7129	40,7	8009	49,2	8633	56,2	8698	57,0	8874	59,3	8718	57,5	9168	61,9	8601	58,4	8379	53,3
15	8288	53,4	7861	49,0	6908	40,0	7713	47,8	8404	54,7	8528	56,0	8612	57,2	8558	57,2	9117	62,9	8342	54,0	8143	51,4
20	7989	51,2	7658	48,8	6873	39,6	7525	47,6	8093	52,9	8164	53,8	8340	55,6	8328	55,3	8908	61,5	8147	53,5	7882	49,7
Média		56,3		52,1		41,5		50,1		57,3		59,7		60,8		59,6		65,0		56,3		54,4
Urbana																						
1	9407	62,3	9069	55,3	8001	37,7	8845	47,4	8808	50,2	9125	58,4	8857	51,2	9039	54,7	8682	47,7	9178	57,5	8761	49,4
2	9239	61,2	8670	52,4	7640	39,6	8155	45,5	8817	55,0	9177	60,1	9288	62,0	9113	61,8	9300	62,2	8935	56,3	8812	55,7
3	8894	56,9	8808	55,7	7802	41,1	8114	47,1	8872	56,3	9126	60,3	9199	61,4	9070	59,4	9308	63,1	8832	50,0	8763	55,1
5	8595	53,7	8244	50,2	7227	39,7	7995	47,5	8816	54,6	8934	58,7	9072	60,5	8965	59,3	9211	62,5	8754	50,3	8565	53,9
10	8543	55,2	8281	51,6	7060	39,6	7789	47,2	8492	54,6	8880	56,8	8946	60,0	8690	56,9	8936	59,9	8498	54,7	8394	53,5
15	8321	53,8	8234	52,8	6972	41,0	7469	45,5	8299	54,6	8517	55,9	8872	57,8	8601	56,8	8920	60,5	8302	53,6	8199	53,1
20	7973	51,0	7578	48,1	6536	39,0	7326	45,9	7982	51,1	8195	53,9	8419	56,2	8515	57,2	8711	59,3	7985	51,2	7907	50,5
Média		57,3		52,8		40,1		46,7		55,3		59,7		61,3		60,2		62,6		56,2		54,9
Rural																						
1	9014	54,8	8698	48,1	8235	40,9	8951	53,0	9295	59,9	9487	63,8	9267	59,3	9196	58,4	9344	61,0	9186	57,6	8956	53,1
2	8953	56,6	8677	52,5	8196	46,0	8717	53,0	9270	61,7	8847	55,0	9058	58,2	9211	60,7	9614	68,2	9028	57,7	8895	55,7
3	8768	55,1	8440	50,8	7707	42,3	8656	53,6	8985	58,2	9232	61,9	9200	61,4	9045	59,1	9459	65,7	8879	56,7	8699	54,2
5	8724	55,9	8432	52,4	7242	41,0	8302	50,8	8895	58,1	8756	56,4	8983	59,3	8928	58,6	9449	66,0	8603	54,4	8452	52,6
10	8466	54,3	8238	51,4	7187	41,4	8177	50,5	8791	58,1	8776	58,0	8822	56,1	8734	57,4	9366	66,2	8708	57,2	8356	52,9
15	8264	53,1	7784	48,4	6852	39,3	7694	49,3	8534	56,1	8562	56,4	8393	54,6	8537	56,1	9277	65,0	8383	54,4	8075	50,7
20	8004	51,4	7698	49,0	6787	41,2	7683	48,8	8232	54,3	7936	50,7	8067	52,3	8231	54,3	9015	62,7	8325	55,2	7856	50,3
Média		55,9		51,9		43,1		52,5		59,3		57,8		59,8		59,5		66,7		56,2		54,2

Migrantes

1	9535	65,5	7924	36,7	8163	39,9	8548	45,8	8215	40,7	8960	53,1	8761	49,4	8732	48,9	8780	49,8	8910	52,2	8688	46,8
2	9188	60,3	8378	48,3	7183	34,3	8001	43,5	8760	53,7	8994	57,5	9208	60,8	9214	60,7	9233	61,1	8966	56,8	8759	53,7
3	8637	53,4	8588	52,7	7530	40,6	8008	45,7	8780	55,3	8983	58,1	9099	59,9	8915	57,2	9236	62,0	8856	56,4	8730	54,6
5	0431	52,3	7982	47,4	7180	39,2	7627	43,6	8500	54,3	8646	55,2	8940	58,7	8911	58,3	9145	61,6	8691	55,5	8495	53,1
10	8227	50,9	8070	49,7	6952	38,3	7748	46,8	8410	53,7	8509	54,8	8807	59,2	8639	56,3	8842	58,7	8354	52,9	8319	52,3
15	8301	53,6	7957	49,8	6298	39,9	7192	42,8	8307	54,7	8255	54,5	8513	55,8	8538	56,1	8776	60,2	8215	52,4	8116	51,1
20	7894	50,4	7514	47,5	6474	38,5	7207	44,8	7858	50,2	8012	51,5	8220	54,4	8518	57,3	8728	59,2	7946	50,8	7824	49,9
Média		55,3		49,5		39,9		44,3		54,4		56,9		59,7		58,7		61,6		56,2		53,8

Não-Migrantes

1	9540	65,6	9551	72,6	7911	36,5	6693	48,2	9107	57,6	9352	61,3	9005	54,0	9741	70,8	8075	47,9	9983	66,6	8915	52,3
2	8258	62,1	8860	55,2	7989	43,3	8247	47,4	8864	55,2	9574	68,1	9445	64,7	9223	60,9	9344	63,0	8866	55,2	8900	55,7
3	9024	58,8	8917	57,2	7655	41,7	8246	48,5	8955	57,8	9341	63,7	9390	65,2	9198	61,4	9362	64,0	8785	55,4	8791	55,5
5	8674	55,3	8403	52,0	7278	40,2	8278	50,6	8639	55,1	9358	65,6	9297	64,7	9276	63,5	9300	63,8	8913	58,4	8665	54,5
10	8683	56,8	8395	53,5	7149	41,0	7816	48,3	8574	55,5	8892	59,4	9277	65,0	8838	58,7	9055	61,4	8788	58,1	8431	53,9
15	8319	53,7	8420	54,8	7020	41,3	7670	47,6	8296	53,5	8880	60,0	8942	60,8	8785	58,9	9105	62,8	8450	55,2	8233	52,7
20	9012	62,5	7820	48,5	6588	39,5	7406	46,6	8091	52,8	8454	57,2	8637	59,3	8407	56,1	8766	60,1	7986	51,2	7899	50,5
Média		58,7		54,8		41,7		48,8		58,0		65,1		64,9		61,9		63,6		56,3		55,2

Novos Migrantes

1	9473	66,4	7693		7995	37,6	8476	43,5	9137	56,6	9215	58,2	8606	46,7	8841	59,9	8852	51,1	9077	55,4	8571	46,1
2	8910	55,9	8392	48,5	7196	30,9	7781	40,9	8731	53,2	8788	54,1	9158	59,8	9160	59,9	9158	59,8	8798	54,3	8601	51,4
3	8371	50,0	8512	51,7	7565	40,7	8004	43,5	8908	57,1	8937	57,5	8995	58,3	9097	59,9	9367	64,1	8680	53,9	8715	54,4
5	7958	47,1	8356	51,4	7190	41,4	7392	38,9	8538	53,6	8565	53,9	8826	57,2	8882	58,0	9106	61,0	8513	53,3	8435	52,4
10	7899	48,3	8067	49,6	7963	41,7	7825	47,8	8391	53,4	8419	53,8	8538	55,1	8522	54,9	8808	58,3	8207	50,7	8225	50,9
15	8879	60,0	8259	53,0	7066	43,5	7005	41,2	7926	49,6	7969	49,9	8288	53,4	8517	55,9	8674	57,7	8300	53,5	8110	51,0
20	7875	50,3	7635	48,6	6399	37,9	7311	45,7	7791	49,7	7874	50,3	7764	49,8	8710	59,3	8900	62,3	7980	51,1	9744	49,4
Média		51,0		50,5		41,0		41,1		54,6		55,2		58,4		59,3		61,6		53,8		52,7

Migrantes Antigos

1	9627	67,6	8733	48,9	8705	48,4	8925	52,5	8311	42,1	8396	43,3	9188	57,7	8225	40,8	8606	46,7	8544	45,7	8891	51,8
2	9674	69,6	8356	48,1	7147	34,1	8582	51,1	9424	64,5	9438	64,8	9339	62,9	9345	63,0	9365	63,4	9589	67,6	8955	56,6
3	9087	58,5	8795	55,5	7478	39,8	7796	45,8	9040	60,0	9053	59,2	9309	63,1	8935	57,5	9174	61,0	9313	62,0	8762	56,4
5	8947	58,8	7552	42,9	7120	38,6	7787	43,5	8695	55,8	8722	56,1	9062	60,4	8941	58,7	9174	62,0	9042	60,1	8599	55,9
10	8484	54,5	8086	49,8	8758	37,8	7677	46,1	8533	55,1	8564	55,4	9010	60,8	8770	57,9	8851	58,8	8643	56,3	8432	53,9
15	8109	51,0	7829	48,8	6767	38,6	7280	43,6	8336	53,9	8375	54,4	8659	57,5	8354	54,1	8814	59,3	8161	51,4	8167	51,8
20	7932	50,7	7469	47,1	6525	38,9	7142	44,2	8035	51,9	8084	52,6	8489	56,9	8358	55,6	8385	53,0	7974	51,0	7929	50,7
Média		62,3		48,8		39,2		46,8		60,0		60,0		62,1		59,7		62,1		63,2		56,3

residentes urbanos e rurais. O cálculo de vida média das populações regionais varia entre 40,1 e 62,6 anos para os residentes urbanos e entre 43,1 e 66,7 anos para os habitantes rurais.

Na base das estimativas apresentadas, pode-se concluir que não existem diferenças entre a mortalidade urbano-rural no Brasil como um todo e na maioria das regiões. Nas duas regiões mais desenvolvidas e industrializadas — São Paulo e Rio — a mortalidade urbana aparenta ser apenas um pouco menor do que a rural. No Nordeste, na Bahia, em Minas e na região Sul, ela é nitidamente maior entre as populações urbanas do que entre as rurais. Todos esses resultados confirmam a conclusão de Mortara, ao analisar o Censo de 1950, de que a mortalidade não é uniformemente mais elevada em um tipo de área do que em outra dentro de diferentes regiões.²⁹

Como entre as populações urbana e rural, as séries de l_x para migrantes e não-migrantes parecem apresentar um padrão coerente, embora, neste caso, haja maiores variações erráticas nas séries de l_x — provavelmente em virtude da reduzida amostragem da qual essas séries foram estimadas. Não obstante, não há indicações de que os dados básicos sejam tão errôneos a ponto de invalidar os resultados. As séries de estimativas de vida média ao nascimento correspondentes às séries de l_x também apresentam um padrão relativamente coerente, com exceção das estimativas de mortalidade dos filhos de migrantes na região Nordeste. Na maioria das regiões, há um evidente decréscimo desse parâmetro à medida que a idade aumenta, isto é, à medida que o período de referência aumenta, sugerindo isso que tem ocorrido algum decréscimo da mortalidade de ambos os subgrupos da população.

Dada a aparente inconsistência na série de vida média ao nascimento correspondente às idades 2, 3 e 5 para os filhos de migrantes na região Nordeste, decidimos obter a vida média

²⁹ G. Mortara, *Estatística Demográfica*, n.º 25, p. 16.

pela média entre as expectativas de vida correspondentes a l_3 e l_5 .

À luz dos dados da Tabela II.12, pode-se admitir com alguma segurança que, embora os filhos de migrantes estivessem expostos a uma mortalidade mais elevada do que os filhos dos não-migrantes urbanos na maioria das regiões do País no período 1960/70, esta diferencial é acentuadamente maior somente nas mais importantes regiões de imigração — Rio e São Paulo — bem como na região Norte, onde existe uma elevada proporção de imigrantes oriundos do Nordeste.

Embora admitamos que esses níveis de mortalidade não sejam absolutamente precisos, não somente por causa dos erros de amostragem mas também por causa de limitações da técnica, as estimativas dos cálculos de vida média ao nascimento sugerem que os filhos dos migrantes urbanos têm, em média, maior mortalidade do que os filhos de rurícolas — por extensão, da população rural — na mesma região.

O padrão l_x , resultante da aplicação da técnica de Brass para novos e antigos migrantes, demonstra uma variação muito mais crática do que entre qualquer outro subgrupo previamente analisado. Isso provavelmente decorre da fragmentação da amostra em muitos subgrupos. As séries l_x nas regiões do Rio e São Paulo, que abrigam o maior número de migrantes urbanos, apresentam um padrão l_x mais coerente, o que pode ser um indício do efeito do tamanho da amostra em tais estimativas.

Como resultado dessas variações nas séries l_x , observam-se também variações mais erráticas nas estimativas de vida média do que previamente observado entre os outros subgrupos analisados. Mesmo assim, a média da expectativa de vida ao nascimento correspondente a l_2 , l_3 e l_5 pode ser tomada como um indicador do nível da mortalidade dos subgrupos em cada região, embora na região Nordeste tenha sido adotada a média dos valores correspondente a l_3 e l_5 , desde que há uma forte suspeita de ter ocorrido subdeclaração, na proporção de crianças sobreviventes, pelas mães com idade entre 20-24.

Com base nas estimativas de vida média deste trabalho, pode-se admitir que no Brasil como um todo, e nas regiões da Amazônia, Bahia, Minas, Rio e São Paulo e Oeste, os filhos dos novos migrantes estiveram expostos a uma maior mortalidade do que os de migrantes antigos durante a última década, embora se admita que a tabela não demonstra com precisão a diferença real entre suas vidas médias, especialmente nas regiões da Amazônia e Oeste.

2.3.5

Diferencial de Mortalidade entre Subgrupos da População — Uma Síntese

As estimativas de vida média ao nascer, geradas a partir das proporções de crianças sobreviventes de acordo com a idade materna no Censo de 1970, sustentam a conclusão de que não houve diferenças regulares entre a mortalidade das populações urbanas e rurais, dentro das regiões, no período 1960/70. Nas regiões de mortalidade mais elevada os habitantes rurais têm expectativa de vida claramente mais elevada do que a população urbana.

Análises das tendências da mortalidade de muitos Estados têm sido efetuadas pelo IBGE. Esses estudos demonstram que a mortalidade não varia consistentemente com a residência rural-urbana nos diferentes Estados.³⁰ Como ficou estabelecido no

³⁰ IBGE, *Estudos Demográficos*, n.ºs 5, 8, 28, 53, 56 e 62, Rio de Janeiro, várias datas, 1950, e números posteriores (mimeo).

estudo sobre mortalidade de crianças com base nos dados de 1950, a mortalidade não difere significativamente entre as populações urbanas e rurais, sendo talvez um pouco menor entre as últimas.³¹

Os resultados deste trabalho não são de surpreender. Na Europa, se constatou, no passado, mortalidade urbana mais elevada do que mortalidade rural. Glass demonstrou que a partir de 1911 houve uma contínua tendência de os distritos rurais apresentarem menor mortalidade do que os urbanos. Entre 1920/22, a expectativa de vida ao nascer em Londres era de cerca de 60,0 anos, enquanto que nos distritos rurais chegava a 63,1 anos.³²

Em sua análise sobre as condições sanitárias nas áreas urbanas e rurais nos países em desenvolvimento, demonstrou Johnson que “as duas mais importantes causas de insuficiência sanitária entre os povos dos países subdesenvolvidos são: fornecimento inadequado de água e esgoto e contaminação das águas”.³³ Esses dois fatores, associados às precárias condições de habitação e nutrição, parecem ter um efeito fundamental na mortalidade urbana no Brasil.

Recentes estudos demonstram que a nutrição insuficiente guarda estreita relação com a mortalidade infantil em muitas cidades da América Latina, gerando-a não apenas diretamente, mas também como fator correlato. O Departamento Interame-

³¹ G. Mortara, *op. cit.*

³² “From 1911 onwards there is a continuing gradient in favour of rural districts with the larger urban districts showing the highest mortality but with the capital cities in both Scotland and England and Wales being specially favoured.” Quoted from D. Glass, “Some Indicators of Differences between Urban and Rural Mortality in England, Wales and Scotland”, in *Population Studies*, vol. 17 (março de 1964).

³³ G. Johnson, “Health Conditions in Rural and Urban Areas of Developing Countries”, in *Population Studies*, vol. 17 (março de 1964), pp. 293-309.

ricano da Saúde estimou que, em São Paulo e em outras cidades do Brasil, de 51 a 59% da mortalidade de crianças com menos de cinco anos de idade foram, direta ou indiretamente, causados por nutrição insuficiente.³⁴

Enquanto que as enfermidades parasíticas cobram um menor tributo da vida e da saúde nas cidades do que nas áreas rurais, os habitantes das primeiras nos países em desenvolvimento são flagelados pelas enfermidades infecciosas em extensão muito maior do que os das segundas.³⁵

Em 1969, o Departamento Interamericano estimou taxas de mortalidade infantil acima de 105 por mil em 14 capitais de Estados no Brasil. Também ficou demonstrado que enquanto a proporção da mortalidade causada pela diarréia entre crianças de menos de 5 anos não é maior do que 11 por 100 mil na Inglaterra, o fenômeno atinge a elevada proporção de 1095 por 100 mil no Brasil, e cerca de 435 por 100 mil na cidade de São Paulo.

O Censo brasileiro de 1970 apurou que somente 30% das habitações urbanas do País têm um sistema de esgotos adequado e somente 55% possuem um sistema de água potável higiênico. A comparação das estimativas deste trabalho induzem à hipótese de que a migração rural-urbana representa um elevado custo social para os migrantes, já que a vida média dos seus filhos é bem menor do que a vida média dos habitantes rurais da mesma região. Isso provavelmente se deve ao fato de o ambiente rural não se achar tão poluído quanto as áreas urbanas — especialmente no que diz respeito à qualidade da água potável e à poluição biológica e industrial.

³⁴ 70,3 e 62,9% das crianças com menos de cinco anos de idade que morreram de diarréia infecciosa em Recife e em São Paulo também apresentaram deficiência alimentar. In "Investigação Interamericana sobre Mortalidade da Criança, 1968-1969".

³⁵ G. Johnson, *op. cit.*

Ao mesmo tempo, decorrente do fato de a população na área rural não estar tão adensada quanto a população urbana, é menor o risco de contrair doenças contagiosas. Esses fatores, somados a outros de natureza cultural, podem contribuir para explicar a diferencial entre a mortalidade de filhos dos migrantes urbanos e de rurícolas, numa mesma região. Por outro lado, tem sido observado que as cidades latino-americanas sofrem de escassez crônica de gêneros deterioráveis, e que as classes mais pobres das comunidades subsistem com uma dieta invariável e desigual. Os imigrantes urbanos provenientes de áreas rurais e vivendo nas cidades brasileiras parecem ser indiferentes a outros alimentos que não o arroz e o feijão.³⁶

Não existem dados suficientes para esclarecer se a área de residência dos migrantes nas cidades afeta essa diferencial. Mas é bem possível que uma maior proporção de migrantes urbanos do que de não-migrantes viva em favelas e mocambos no Brasil. Isso poderia certamente justificar em parte a diferencial entre a mortalidade de filhos de migrantes e de não-migrantes nas áreas urbanas.

Dada a maior mortalidade dos primeiros, e as pequenas diferenças entre a fecundidade desses grupos, pode-se argumentar que a migração urbana teve efeito apenas moderado sobre a taxa de crescimento vegetativo da população urbana no período de 1960/70. Essa suposição é reforçada pela comparação das estimativas de mortalidade dos filhos de migrantes novos e antigos e sua fecundidade.

A comparação entre a vida média dos filhos de novos e antigos migrantes, sugere, embora com alguma reserva, que à medida que o período de tempo de residência aumenta, os filhos dos migrantes alcançam maior vida média do que os filhos dos não-migrantes. Isto é bastante evidente nas regiões do Rio e São Paulo, onde as estimativas são mais fidedignas, por causa do tamanho da amostra.

³⁶ United Nations, *Report on the World Social...*, *op. cit.*, p. 188.

As disparidades regionais da mortalidade emergem como um dos traços mais impressionantes desta análise. Isso aplica-se mesmo à população urbana e aos filhos dos novos e antigos migrantes. A análise dos dados para o período 1950/60 demonstra uma diferença de pelo menos nove anos entre a vida média da população do Nordeste como um todo (regiões II, III e IV) e a do Sul como um todo (regiões VII, VIII e IX).³⁷ Com base nas estimativas desta seção, pode-se argumentar que, se houve algum decréscimo dessa disparidade na década de 60, ele foi muito reduzido.

A análise também sugere que o nível econômico regional não é a única razão para as divergências regionais de mortalidade. Pode-se argumentar, com base nas comparações, que o nível educacional da população, bem como as características geográficas da região, também desempenham um importante papel. A correlação ordinal de Kendall de 0,8222, entre a expectativa de vida média ao nascer e o produto doméstico *per capita* regional, decresce para 0,4528 quando a educação, expressa pela proporção de analfabetos entre a população com pelo menos 10 anos de idade, é mantida constante.

O efeito das características geográficas sobre a mortalidade pode ser sugerido pela consideração da estimativa da vida média na região Amazônica. A grande quantidade de água corrente na região, e a localização da população próxima às margens de numerosos rios, parecem explicar o fato de esta região apresentar menor mortalidade do que inúmeras outras, em que pese o baixo nível de desenvolvimento. Isto porque a incidência das infecções intestinais é provavelmente reduzida em tais circunstâncias.

Em síntese, o Censo de 1970 demonstra que os migrantes urbanos do Brasil vivem em condições sociais mais precárias do que os não-migrantes, caso se possa admitir que o cálculo de vida média de seus filhos está associado a tais condições.

³⁷ A. Cataldi e M.A. Costa, *op. cit.*, p. 20.

III

DIFERENÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS ENTRE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS

3.1

Diferenças Educacionais entre Migrantes Urbanos e Não-Migrantes

É pertinente analisar as diferenças entre os níveis educacionais dos migrantes e não-migrantes urbanos, porque, em qualquer população, eles figuram entre as determinantes mais importantes do *status* sócio-econômico, mobilidade social e produtividade econômica dos mesmos.

Análises empíricas demonstram que os migrantes urbanos freqüentemente têm menos instrução do que os não-migrantes nas áreas de destino migratório, e que os primeiros constituem

aniúde um grupo seletivo nas suas áreas de origem.¹ Desde este ponto de vista, a migração urbana representa uma perda líquida de parte da força de trabalho mais preparada na área de origem e, até certo ponto, um ganho nas áreas de destino, produzindo simultaneamente efeitos negativos e positivos² nas áreas de origem e destino, respectivamente.

As diferenças entre os níveis educacionais dos migrantes e não-migrantes urbanos nas 10 regiões do Brasil são analisadas nesta seção e testam a validade de suposições anteriores no contexto da migração urbana no Brasil. A análise compara as proporções de pessoas com pelo menos 10 anos de idade em cada subgrupo e região, que tenham completado pelo menos um ano, pelo menos cinco anos (escola primária) e pelo menos 10 anos de educação (escola secundária), incluindo-se entre os analfabetos (aqueles que não completaram um ano de estudo) todas as pessoas que não informaram o número de anos de educação. Assim, a informação básica está ligeiramente distor-

¹ "In general migrants are positively selective of the populations from which they originate", H.L. Browning e W. Feindt, "Selectivity of Migrants to a Metropolis in a Developing Country: A Mexican Case Study", in *Demography*, vol. 6 (novembro de 1969), p. 347; "The level of education of the in-migrants is, as a rule, somewhat lower than that of the natives, with greater differences among women than among men", J.C. Elizaga, "A Study of Migration to Greater Santiago (Chile)", in *Demography*, vol. 3, (1966), p. 372; "As to educational level, migrants were superior to the general population at origin but inferior to non-migrants residing in Bombay", K.C. Zachariah, "Bombay Migration Study: A Pilot Analysis of Migration to an Asian Metropolis", in *Demography*, vol. 3 (1966), p. 378.

² "As migration is always selective, at least with respect to the migrant's age, this movement by itself tends to favour the rapidly growing communities and disfavour others." G. Myrdal, *Economic Theory and Underdeveloped Regions* (London: Methuen and Co. Ltd., 1969), p. 27. As idéias de Myrdal são aqui estendidas aos efeitos da educação.

cida, embora essa distorção não seja importante e não afete as comparações porque somente 58 mil pessoas com 10 anos e mais de idade deixaram de responder à pergunta do censo.

Esta seção está dividida em cinco subseções. Na primeira, compara-se o nível educacional de migrantes e não-migrantes com 10 anos e mais de idade. A segunda trata do nível educacional da população economicamente ativa de cada grupo. A terceira coteja as distribuições setoriais da força de trabalho de migrantes e não-migrantes urbanos no Brasil como um todo de acordo com os níveis educacionais. A subseção seguinte considera o efeito do nível educacional sobre a posição da PEA na ocupação. Finalmente, a quinta apresenta algumas conclusões.

3.1.1

Nível Educacional de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

A Tabela III.1 compara as proporções dos migrantes e não-migrantes urbanos com mais de 10 anos de idade com, pelo menos, um, cinco e dez anos de estudos em cada região do Brasil. As acentuadas diferenças regionais no nível educacional de ambos os grupos — migrantes e não-migrantes — bem como o nível educacional relativamente baixo de ambos os subgrupos na maioria das regiões, são as informações mais importantes que se pode observar na tabela. Os dados também demonstram que somente nas regiões do Rio, São Paulo e Paraná as diferenças educacionais dos dois grupos podem ser consideradas como possíveis causas de eventuais diferenças entre o *status* econômico dos dois grupos, e parece ser resultado de dois fato-

TABELA III.1

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA COM IDADE DE 10 ANOS E MAIS COM PELO MENOS 1, 5 E 10 ANOS DE EDUCAÇÃO, POR REGIÃO, AMBOS OS SEXOS — 1970

Regiões	Não-Migrantes			Migrantes								
				Total			Novos			Antigos		
	1 Ano	5 Anos	10 Anos	1 Ano	5 Anos	10 Anos	1 Ano	5 Anos	10 Anos	1 Ano	5 Anos	10 Anos
I — Amazônia	70,4	21,2	6,6	74,2	21,5	8,3	74,1	22,9	8,6	74,2	19,8	7,9
II — Norte	68,8	16,6	4,7	60,3	13,9	4,2	63,3	14,3	3,8	56,2	13,3	4,8
III — Nordeste	59,3	15,7	5,8	61,1	18,2	7,9	62,8	18,3	7,5	59,2	18,2	8,3
IV — Bahia	66,4	16,4	6,3	64,7	16,8	7,9	65,6	17,0	7,6	63,6	16,6	8,2
V — Minas Gerais	78,7	18,7	6,2	76,5	20,2	8,7	78,0	20,3	8,2	74,6	20,0	9,2
VI — Rio	90,2	32,2	12,5	80,8	22,7	9,5	80,4	20,3	7,7	81,3	24,5	10,8
VII — São Paulo	88,7	29,7	10,6	77,1	18,6	8,0	77,7	18,2	7,1	82,7	19,1	8,8
VIII — Paraná	87,6	27,4	9,2	76,3	19,8	7,5	77,2	20,1	6,9	74,9	19,4	8,5
IX — Sul	85,3	24,5	7,9	84,5	24,5	9,7	87,0	26,6	10,4	82,1	22,4	9,0
X — Oeste	79,4	19,2	4,2	76,2	21,4	8,0	77,5	22,5	8,4	73,1	19,0	7,0
Brasil	79,5	23,6	8,3	75,5	20,4	8,3	76,3	19,9	7,7	74,7	20,3	9,0

res: i) são as regiões em que se registram os mais elevados níveis educacionais de não-migrantes; e ii) receberam grandes fluxos migratórios oriundos das regiões de menores níveis educacionais do País.

Nas demais regiões, existem apenas pequenas diferenças entre o nível educacional de ambos os grupos, notando-se na maioria dos casos uma proporção levemente maior de migrantes do que de não-migrantes com pelo menos 10 anos de educação.

O nível educacional dos migrantes, classificados segundo o tempo de residência, não difere significativamente, embora haja proporções ligeiramente maiores de analfabetos entre os migrantes antigos do que entre os novos em sete das regiões. Isto é contrabalançado, até certo ponto, pela maior proporção de pessoas com pelo menos 10 anos de educação entre os antigos do que entre os migrantes novos.

Há algumas indicações de que os novos migrantes no Sul e no Oeste apresentam nível educacional um pouco mais elevado do que os migrantes antigos. No Sul, este padrão era imprevisto, enquanto que no Oeste está provavelmente relacionado com a transferência de servidores do Governo Federal para Brasília nos últimos 10 anos. Finalmente, os migrantes mais recentes no Rio aparentam ser um pouco menos instruídos que os mais antigos.

Os dados censitários não informam sobre o nível educacional dos migrantes em suas áreas de origem antes da partida nem se estes aperfeiçoam sua formação educacional na nova área de residência. Não obstante, pode-se argumentar que os migrantes urbanos são um pouco mais instruídos do que os não-migrantes em suas áreas de origem. Esta conclusão parece razoável se compararmos o nível educacional dos migrantes urbanos no Rio, São Paulo e Paraná com o nível educacional dos não-migrantes nas mais importantes regiões de emigração. Isto é reforçado quando consideramos a migração rural e urbana. De acordo com os dados do censo, somente 44 e 1,5% da popula-

ção rural com mais de 10 anos de idade no Brasil têm pelo menos um e cinco anos de estudo, respectivamente. Estas proporções são acentuadamente inferiores às constatadas entre os novos migrantes em todas as regiões, e essa diferença aparentemente não pode ser totalmente explicada como resultado do aperfeiçoamento educacional dos migrantes nas áreas de destino. Portanto, é razoável admitir que os emigrantes rurais e urbanos, em média, têm nível educacional superior aos não-migrantes nas áreas de origem.

3.1.2

Nível Educacional de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos Economicamente Ativos

Os dados da Tabela III.2 referem-se ao nível educacional das populações economicamente ativas migrantes e não-migrantes urbanos nas 10 regiões. Como na subseção anterior (na qual os grupos ativos e inativos foram considerados conjuntamente), observam-se apenas pequenas diferenças educacionais entre migrantes e não-migrantes na maioria das regiões. As diferenças educacionais entre os migrantes economicamente ativos e não-migrantes no Rio, São Paulo e Paraná são mais amplas e semelhantes às diferenças entre os migrantes e não-migrantes como um todo nas mesmas regiões.

Os migrantes economicamente ativos em Minas Gerais, Oeste e Nordeste apresentam um nível educacional um pouco mais elevado do que os não-migrantes também ativos, sobretudo

TABELA III.2

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA ECONOMICAMENTE ATIVA COM PELO MENOS 1, 5 E 10 ANOS DE EDUCAÇÃO, POR REGIÃO, AMBOS OS SEXOS — 1970

Regiões	Não-Migrantes			Migrantes								
				Total			Novos			Antigos		
	1 Ano	5 Anos	10 Anos	1 Ano	5 Anos	10 Anos	1 Ano	5 Anos	10 Anos	1 Ano	5 Anos	10 Anos
I — Amazônia	80,4	24,8	11,2	77,3	24,5	12,2	75,4	24,8	12,7	79,1	24,3	11,6
II — Norte	65,2	16,6	7,4	62,0	16,6	6,7	64,0	17,4	6,0	59,9	15,8	7,4
III — Nordeste	55,4	16,9	8,8	61,4	20,0	11,0	60,9	19,2	10,3	62,0	20,7	11,7
IV — Bahia	64,3	17,5	9,5	67,7	18,2	10,5	66,6	17,1	10,0	68,7	19,2	11,0
V — Minas Gerais	79,3	18,8	9,1	80,5	23,7	12,1	81,4	23,3	11,4	79,5	24,2	13,0
VI — Rio	92,1	39,4	20,2	84,5	27,1	13,0	82,9	23,7	10,5	85,9	29,8	15,0
VII — São Paulo	91,2	30,6	14,8	81,4	20,6	10,3	80,6	19,1	9,1	82,3	21,8	11,6
VIII — Paraná	88,2	29,7	14,0	80,6	22,4	10,1	80,6	22,4	9,6	80,7	22,5	11,0
IX — Oeste	80,7	21,0	6,9	79,1	24,9	11,3	79,9	26,3	11,9	77,6	21,8	10,1
X — Sul	87,4	27,1	12,5	87,7	28,7	13,6	88,5	30,1	14,5	86,9	27,3	12,7
Brasil	80,4	25,9	12,7	79,2	22,9	11,3	78,8	22,0	10,4	79,7	23,9	12,3

por causa da proporção mais elevada de pessoas com pelo menos cinco anos de estudo entre o grupo mais antigo.

A comparação do nível educacional dos novos e antigos migrantes economicamente ativos demonstra apenas diferenças importantes no Rio e no Oeste. Enquanto que os migrantes antigos são um pouco mais instruídos do que os novos no Rio, é observado o oposto no Oeste, isto é, os novos têm nível educacional mais elevado do que a força de trabalho de antigos.

Em resumo, os dados do censo permitem concluir que somente nas regiões do Rio, São Paulo, Paraná e Oeste as diferenças entre o nível educacional dos migrantes e não-migrantes urbanos explicam eventuais diferenças de *status* na atividade econômica.

3.1.3

Distribuição Setorial dos Migrantes e Não-Migrantes Urbanos Economicamente Ativos, de Acordo com os Anos de Educação

A Tabela III.3 trata da distribuição setorial dos migrantes e não-migrantes urbanos economicamente ativos, segundo os anos de educação. O nível educacional da força de trabalho desempenha um importante papel na distribuição setorial, tanto dos migrantes como dos não-migrantes, que se modifica nitidamente à medida que aumentam os anos de educação. A agricultura,

indústria e serviços são os principais setores de atividade econômica para os analfabetos, enquanto que as Atividades Sociais e Outras Atividades atraem uma proporção mais elevada da força de trabalho com pelo menos 10 anos de educação.³

A diferença na distribuição setorial dos migrantes e não-migrantes urbanos decresce consistentemente à medida que aumentam os anos de educação da população economicamente ativa. O coeficiente de desigualdade entre a distribuição setorial dos subgrupos decresce de 0,144 entre os analfabetos para 0,069 entre a força de trabalho com um a cinco anos de educação, e cai para 0,051 entre os economicamente ativos com seis a nove anos de estudo. Entre os economicamente ativos com pelo menos 10 anos de educação este é de somente 0,033.

A maior diferença na distribuição setorial dos migrantes e não-migrantes analfabetos é, sobretudo, resultado da elevada proporção de migrantes na Indústria e Serviços, enquanto que quase 1/3 da força de trabalho dos não-migrantes analfabetos emprega-se na Agricultura.

A comparação da distribuição setorial dos novos e antigos migrantes segundo o nível de educação aponta menores diferenças do que as existentes entre migrantes e não-migrantes. Também se observa que essas diferenças diminuem à medida que o nível de educação se eleva. As proporções de antigos e novos migrantes em Serviços e Indústria constituem a maior fonte de diferença entre os grupos de menor instrução. A metade do coeficiente de desigualdade entre a distribuição setorial dos antigos e novos migrantes nas duas classes educacionais inferiores é devida às diferenças entre as proporções desses grupos naquelas atividades.

³ Consultar a Seção 3.3 deste capítulo sobre as atividades econômicas em cada Ramo de Atividade.

Em suma, as diferenças entre as distribuições setoriais dos migrantes e não-migrantes economicamente ativos são reduzidas quando o nível de instrução é considerado constante. A exceção está entre os analfabetos e parece decorrer do fato de os migrantes encontrarem muitas oportunidades de trabalho na construção civil e em serviços não especializados, enquanto que uma proporção mais elevada de não-migrantes analfabetos acha-se integrada na agricultura.

3.1.4

Posição na Ocupação e Educação

Como pode ser observado na Tabela III.4, à medida que o nível educacional da população se eleva, a proporção de empregados aumenta e a de trabalhadores autônomos e por conta própria decresce em todos os subgrupos.

Como no caso da distribuição setorial, a maior diferencial entre a distribuição de migrantes e não-migrantes, segundo a posição no emprego, ocorre entre os analfabetos, enquanto que a menor é observada entre os mais instruídos.

Os dados sugerem que há mais subempregados entre migrantes analfabetos do que entre não-migrantes da mesma classe educacional, se admitirmos que uma proporção de trabalhadores por conta própria é, na realidade, subempregada.

Por outro lado, a única diferença aparente entre a distribuição dos novos e antigos migrantes, segundo a posição no emprego, reside na proporção mais elevada de trabalhadores não remunerados entre os novos migrantes.

TABELA III.4

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DOS GRUPOS URBANOS, SEGUNDO OS ANOS DE EDUCAÇÃO, AMBOS OS SEXOS, BRASIL — 1970

Posição na Ocupação	Anos de Educação															
	Sem Educação				1 — 5				6 — 9				10 e Mais			
	N	O	M	NM	N	O	M	NM	N	O	M	NM	N	O	M	NM
Empregados	50,50	58,50	54,24	64,72	75,86	67,14	71,21	65,16	20,21	79,69	79,94	88,13	89,91	87,42	88,76	87,80
Autônomos	44,26	41,50	42,97	34,17	22,45	29,83	26,38	33,28	15,30	15,62	15,46	9,07	5,21	7,90	6,45	9,62
Empregadores	0,32	—	0,18	—	1,05	2,34	1,74	0,55	2,42	4,15	3,32	2,21	—	2,09	1,38	2,57
Não Remunerados	4,91	—	2,61	1,11	0,63	0,70	0,67	1,00	2,07	0,54	1,27	0,59	4,88	1,68	3,41	—

NOTAS: N — Novo Migrante Urbano.

O — Antigo Migrante Urbano.

M — Migrante Urbano Total.

NM — Não-Migrante.

3.1.5

Observações Finais

Em geral, não existem diferenças educacionais significativas entre migrantes e não-migrantes urbanos no Brasil. As únicas exceções ocorrem nas regiões economicamente mais desenvolvidas e com maior imigração regional. As distribuições desses grupos segundo os ramos de atividade no Brasil como um todo são determinadas principalmente pelos níveis educacionais da população. Os níveis educacionais dos migrantes e não-migrantes urbanos economicamente ativos são idênticos em todos os setores e no Brasil como um todo.

A correlação ordinal de Spearman entre as proporções de migrantes e não-migrantes que cursaram pelo menos a escola primária (cinco anos de educação) é de apenas 0,4545,⁴ demonstrando que os migrantes urbanos mais instruídos não se encontram necessariamente nas regiões nas quais os não-migrantes têm instrução mais elevada.

Embora as maiores diferenças entre o nível educacional de migrantes e não-migrantes se verifiquem na região do Rio, deve-se acentuar que os migrantes nesta região têm o nível de instrução mais elevado entre todos no Brasil, comparável somente com o nível de instrução no Sul.

Constatou-se ainda que os migrantes e não-migrantes economicamente ativos têm nível de instrução um pouco mais elevado do que a população global com 10 anos e mais de idade. Assim, pode-se presumir que a população economicamente ativa (PEA) de todos os grupos tem nível de instrução superior aos respectivos grupos economicamente inativos.

⁴ Significativo ao nível de 5%.

Uma recente pesquisa demonstrou que o nível educacional da população é a variável mais significativamente relacionada com a mobilidade social nas áreas urbanas.⁵ Desde que os migrantes não demonstram ter um nível de instrução inferior ao dos não-migrantes urbanos, pode-se admitir que a educação não constitui causa de diferenças na mobilidade vertical dos mesmos nas cidades do Brasil.

3.2

Diferenças entre as Atividades Econômicas de Migrantes e Não-Migrantes

Desde que a migração interna envolve uma redistribuição de mão-de-obra, os estudos das diferenciais na atividade econômica entre migrantes e não-migrantes urbanos são de especial interesse. Nesta seção pesquisaremos as diferenciais nas atividades econômicas destes dois grupos.

A população economicamente ativa é definida como todas as pessoas com pelo menos 10 anos de idade que contribuem para a produção (de bens econômicos e serviços). Abrange tanto as pessoas empregadas ao tempo do censo, como também as desempregadas, aquelas em busca de emprego pela primeira vez e os trabalhadores familiares não remunerados. A popula-

⁵ E. Bock e S. Yutaka, "Rural-Urban Migration and Social Mobility in Latin America", in *Rural Sociology*, vol. 34, n.º 3 (1969), pp. 335-43.

ção inativa é composta de pessoas com pelo menos 10 anos de idade que prestam serviço doméstico não-remunerado, estudantes, aposentados, os incapazes de trabalhar por motivos de saúde, os recolhidos a instituições penais (mesmo integrados em alguma ocupação na instituição) e indivíduos que vivem de rendas.

Esta seção está dividida em cinco subseções. A primeira analisa a atividade econômica de cada subgrupo. A segunda examina as divergências entre as distribuições por ramo de atividade econômica e a terceira compara as posições na ocupação desses grupos. Diferenças entre os níveis de desemprego são pesquisadas na quarta subseção, enquanto que uma breve análise da população inativa é efetuada na quinta. Cada seção fornece um breve sumário dos conceitos adotados e da disponibilidade e qualidade dos dados.

3.2.1

Taxas de Atividade Econômica

A maneira mais simples de comparar a participação relativa de subgrupos da população na atividade econômica consiste em computar suas taxas de atividade econômica (taxas de participação), definidas como a percentagem da população economicamente ativa no total da população. Mas, como a população migrante urbana está dividida em dois subgrupos, esta percentagem tem pouco valor, por causa das diferenças entre as estruturas de idade destes subgrupos. Daí, com o propósito de superar esse problema, foram adotadas duas taxas: i) a taxa bruta de atividade da população de 10 anos e mais de idade,

definida como a proporção da população ativa em relação à população de 10 anos e mais de idade (TBA); ii) a taxa de atividade padronizada segundo as idades, admitindo-se como padrão a estrutura de idade da população de 10 anos e mais no País como um todo (TPA).

Por causa das diferenças entre a atividade econômica masculina e feminina, a análise é efetuada para cada sexo. Assim, a padronização mencionada anteriormente é feita adotando-se como padrão a população feminina nacional quando se estuda a atividade feminina e a população masculina nacional no caso da atividade masculina.

3.2.2

Taxas Brutas e Padronizadas de Participação

As taxas brutas de atividade econômica masculina variam entre 54,8% para os não-migrantes no Rio e 82,3% para os migrantes antigos no Sul (ver Tabela III.5). Os migrantes têm taxas brutas maiores do que os não-migrantes em todas as regiões. A TBA dos migrantes antigos ultrapassa em 8,2% as taxas brutas de novos migrantes no País como um todo, e é invariavelmente mais elevada entre os grupos mais antigos do que entre os grupos de novos migrantes em todas as regiões.

A eliminação das diferenciais nessas taxas, devidas às diferenças entre suas estruturas de idade, confirma a existência de taxas de atividade econômica um pouco mais elevadas entre os migrantes do que entre os não-migrantes, e praticamente iguais entre os dois grupos. A diferença entre a TPA de migrantes e não-migrantes masculinos é somente de 5,0% no Brasil como

TABELA III.5

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE PELO MENOS 10 ANOS DE IDADE,
POR SEXO, REGIÃO E SUBGRUPOS — 1970

(%)

Regiões	Homens								Mulheres							
	Taxa Bruta			Taxa Padronizada					Taxa Bruta			Taxa Padronizada				
	Migrantes		Não-	Migrantes		Não-	Migrantes		Não-	Migrantes		Não-	Migrantes		Não-	
	Novos	Antigos	Total	Migrantes	Novos	Antigos	Total	Migrantes	Novos	Antigos	Total	Migrantes	Novos	Antigos	Total	Migrantes
I — Amazônia	67,82	79,46	73,32	55,08	67,96	62,54	65,62	64,18	21,48	22,68	22,00	14,08	20,45	24,67	21,37	15,06
II — Norte	67,88	81,14	73,65	55,69	65,98	70,72	67,78	61,98	16,78	21,97	19,08	17,76	16,54	18,68	18,24	18,78
III — Nordeste	65,55	74,84	70,06	57,54	65,49	64,41	64,76	58,46	24,85	24,18	24,54	18,82	23,12	21,22	23,49	19,49
IV — Bahia	67,51	79,56	73,15	57,29	66,11	65,59	64,94	63,10	25,72	24,91	25,35	19,14	23,68	22,17	24,13	20,25
V — Minas Gerais	65,45	74,52	69,42	58,63	63,87	65,34	66,88	65,39	24,71	23,69	24,25	19,76	23,30	23,72	23,58	20,49
VI — Rio	71,47	74,55	73,24	54,80	64,78	62,29	63,39	59,79	27,48	25,19	26,21	20,15	25,33	23,95	25,25	21,04
VII — São Paulo	76,64	80,53	78,54	61,61	71,21	69,84	70,26	66,16	28,84	25,20	27,06	23,99	26,79	27,04	27,29	24,29
VIII — Paraná	73,74	82,26	77,13	55,89	72,08	70,90	71,34	67,32	24,08	23,56	23,95	21,14	22,47	23,75	23,03	22,31
IX — Sul	71,64	74,20	73,34	57,09	67,22	63,75	64,15	58,82	28,67	25,32	26,94	21,61	26,42	24,84	25,84	22,28
X — Oeste	72,19	80,36	74,74	53,69	69,05	67,83	68,61	66,18	23,04	19,46	21,98	15,93	21,73	18,36	20,82	17,17
Brasil	71,77	77,67	74,57	57,88	66,04	66,52	67,12	63,82	26,35	24,52	25,49	20,41	24,46	24,27	24,67	21,13

FONTE: FIBGE, *Tabulações Especiais*.

um todo e comparativamente ampla somente no Nordeste e no Norte. No Rio, São Paulo e Paraná, as diferenças entre a TPA de migrantes e não-migrantes não ultrapassam 6,3%, e as entre a TPA de novos e antigos migrantes são relativamente modestas.

Finalmente, os dados demonstram que as atividades econômicas dos migrantes e não-migrantes urbanos estão associadas e são provavelmente determinadas pela estrutura sócio-econômica regional.

Devido ao poderoso efeito dos fatores culturais no grau da participação feminina na força de trabalho, suas taxas de atividade econômica são mais baixas do que as masculinas em todos os subgrupos.⁶ Existe uma proporção mais ampla de migrantes urbanos femininos do que de não-migrantes do mesmo sexo na força de trabalho, enquanto que as taxas brutas de novos e antigos migrantes deste sexo diferem praticamente em apenas cinco regiões.

A Tabela III.5 demonstra serem modestas tanto as diferenças entre as TPA de migrantes e não-migrantes femininos como entre as TPA de antigos e novos migrantes. Desde que a taxa bruta de participação feminina rural é somente de 12,1%, é possível argumentar que a migração feminina rural-urbana constitui um elemento importante no crescimento da força de trabalho feminina no País, enquanto que a migração masculina de mesma natureza reflete um deslocamento da força de trabalho do setor primário para os setores secundário e terciário da economia.

⁶ Sobre a atividade econômica das mulheres, ver T. Frejka, "Demographic Aspects of Women's Employment", Introduction to Session 5.3 of the International Population Conference, IUSSP (London, 1969), pp. 559-71; J.C. Elizaga, "Demographic Aspects of Women's Labour Force in Latin America", International Population Conference, IUSSP (London, 1969), pp. 1.572-88; M.A. Costa, *Aspectos Demográficos da População Economicamente Ativa* (Rio de Janeiro: IPEA, 1968); M.A. Costa, *População Economicamente Ativa da Guanabara*. Série Monográfica (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971), n.º 1.

A concordância entre as TPA de migrantes e não-migrantes de cada sexo é razoavelmente elevada (0,6515 e 0,7818, respectivamente), ambas significativas ao nível de 5%.⁷ Assim, pode-se admitir que a participação de cada grupo na força de trabalho em cada região é antes determinada pela estrutura econômica das regiões de destino do que pelas origens da população.

A correlação ordinal de Spearman entre as taxas de atividade regionais de mulheres e homens é de somente 0,0939, demonstrando isso que a participação feminina independe da taxa de atividade masculina. Os mais elevados índices de atividade feminina são encontrados em São Paulo, no Sul e Rio, tanto por causa da industrialização, como também em virtude dos efeitos culturais da imigração européia nessas mesmas regiões.

3.2.3

Taxas de Atividade segundo as Idades

Uma análise das diferenciais entre as taxas de atividade específica por idades (AI) dos migrantes e não-migrantes é apresentada nesta subseção. Os dados para o Brasil como um todo constam da Tabela III.6. A comparação entre os migrantes e não-migrantes urbanos em nível regional é efetuada pela análise de sua duração bruta de vida economicamente ativa na Tabela III.7.

⁷ Sobre o coeficiente de concordância, ver M.G. Kendall, *Rank Correlation Methods*, Griffin Edition, London, 1970.

TABELA III.6

TAXAS DE ATIVIDADE POR IDADE E SEXO, POPULAÇÃO URBANA, BRASIL — 1970

(%)

Grupos de Idade	Homens				Mulheres			
	Migrantes			Não- Migrantes	Migrantes			Não- Migrantes
	Novos	Antigos	Total		Novos	Antigos	Total	
10 — 14	0,0866	0,1227	0,0929	0,0591	0,0826	0,0889	0,0837	0,0454
15 — 19	0,5652	0,5428	0,5577	0,4407	0,3881	0,3122	0,3655	0,2,532
20 — 24	0,8802	0,8444	0,8681	0,7978	0,3804	0,3879	0,3829	0,3478
25 — 29	0,9591	0,9485	0,9552	0,9211	0,2995	0,3326	0,3123	0,2948
30 — 34	0,9645	0,9550	0,9602	0,9477	0,2700	0,2783	0,2751	0,2529
35 — 39	0,9566	0,9475	0,9516	0,9474	0,2552	0,2797	0,2696	0,2543
40 — 44	0,9326	0,9329	0,9328	0,9346	0,2363	0,2654	0,2554	0,2395
45 — 49	0,8985	0,8313	0,8871	0,8949	0,2060	0,2497	0,2358	0,2211
50 — 54	0,8368	0,8000	0,8115	0,8209	0,1556	0,2049	0,1906	0,1809
55 — 59	0,7475	0,7043	0,7169	0,7342	0,1035	0,1647	0,1476	0,1509
60 +	0,4463	0,4385	0,4406	0,4746	0,0599	0,0752	0,0715	0,1004
					23,8	25,6	25,2	22,4

FONTE: FIBGE, *op. cit.*

Embora se notem acentuadas diferenças entre as taxas de atividade masculina de migrantes e não-migrantes nos extremos superior e inferior da distribuição de idades, é perceptível um padrão geral e típico de taxas de atividade, observado praticamente em toda população masculina. Isto é, há uma maior proporção de população ativa entre os homens em idades adultas intermediárias do que entre as pessoas com mais e menos idade. Assim, a proporção de pessoas economicamente ativas aumenta com a idade até o grupo de 30-34 anos, refletindo a incorporação de indivíduos do sexo masculino na força de trabalho.

Essa taxa se mantém mais ou menos constante até o grupo de 40-44 anos, a partir do qual decresce, inicialmente de modo gradual e, mais tarde, de modo brusco, como resultado da saída de pessoas da força de trabalho.

A comparação das taxas específicas por idade dos subgrupos urbanos no País como um todo sugere que, em média, os migrantes iniciam as atividades econômicas em idade mais jovem do que os não-migrantes, e que praticamente não há diferenças entre as taxas dos novos e antigos. Segue-se que a migração urbana masculina conduz a um aumento relativo da força de trabalho masculina jovem no meio urbano, mas não produz quase qualquer efeito na participação proporcional deste sexo em idades mais avançadas.

As proporções de mulheres ativas entre migrantes e não-migrantes somente diferem significativamente na faixa de 10-24 anos. De resto, as taxas são bastante semelhantes. Verifica-se que há uma proporção mais elevada de força de trabalho entre novos migrantes do que entre os não-migrantes do mesmo sexo. Nos demais grupos etários essa diferença reduz-se acentuadamente, tornando-se insignificante nos mais idosos. Pode-se, portanto, admitir que a elevada taxa de atividade em idades mais jovens entre as migrantes reflete um período transitório, provavelmente relacionado com a idade de chegada à área de destino.

Quando se considera o tempo de residência dos migrantes, emerge um padrão diferente de atividade econômica por idade entre os antigos e novos. Observam-se proporções mais elevadas de pessoas economicamente ativas em idade jovem entre os novos do que entre os antigos migrantes. Contrariamente, há taxas mais elevadas de participação na força de trabalho entre antigos do que entre os novos na faixa de idade mais avançada. A despeito da falta de informação para avaliar objetivamente essas diferenças, pode-se argumentar que elas estão relacionadas com a idade de chegada dos migrantes na região de destino migratório. Assim, quanto mais jovem for a idade de chegada (dentro da faixa de vida economicamente ativa), mais elevada é a participação feminina na força de trabalho. Contrariamente, quanto mais velha a idade de chegada, menor a percentagem de mulheres ativas, provavelmente porque já têm estruturada sua vida econômica familiar, e também porque, quanto mais idosas, maiores as dificuldades em conseguir emprego no novo local de residência. Esta hipótese parece confirmada se lembrarmos que, após o grupo de idade de 45-49 anos, a taxa de atividade das novas migrantes urbanas é menor do que a das mulheres não-migrantes. Isto é, essas migrantes chegaram no atual local de residência em média há seis anos, o que equivale a dizer com idades e 39-43 anos.

3.2.4

Comparação Intra-Regional — Taxas Específicas por Idades

São encontradas em nível regional as mesmas diferenças entre as taxas específicas de atividade por idade masculina dos

vários grupos populacionais que aquelas verificadas no Brasil como um todo (as taxas específicas por idade de todos os grupos são apresentadas no Apêndice). A contribuição proporcional dos diversos grupos de idade para a força de trabalho difere entre os migrantes e não-migrantes — praticamente apenas nos grupos etários mais jovens, independentemente do nível econômico da região.

A Tabela III.7 apresenta a vida bruta economicamente ativa entre 10 e 60 anos para cada grupo populacional. Esse indicador é obtido pela soma das taxas específicas, por idade, entre 10 a 60 anos, e representa o número médio dos anos economicamente ativos de uma geração que não morre antes de se retirar da atividade econômica, e na hipótese de que as taxas não se alterem no tempo. Assim, essa taxa depende somente da idade em que as pessoas começam a trabalhar e da idade em que se retiram da atividade econômica.⁸

Como se observa na tabela, as diferenças entre a duração de vida bruta ativa dos vários grupos de homens não ultrapassam 5% na maioria das regiões. No caso excepcional — região Norte — a diferença não vai além de 7%.

A despeito de alguns resultados aparentemente erráticos, as diferenças entre as taxas específicas por idade dos grupos femininos no Brasil em conjunto são reproduzidas em nível regional (ver Apêndice). A duração de vida bruta economicamente ativa implícita nessas taxas por idades demonstra que as migrantes permaneceriam em média 12% mais anos em atividades econômicas do que os não-migrantes, caso as hipóteses básicas se cumprissem. A tabela também indica não haver diferença entre a duração de vida bruta ativa das novas e antigas migrantes. Os dados do censo sugerem que a migração feminina

⁸ United Nations, *Demographic Aspects of Manpower, Report I: Sex and Age Patterns of Participation in Economic Activities* (New York: Department of Economic and Social Affairs, 1962).

TABELA III.7

PERÍODO DE VIDA BRUTA ATIVA ENTRE 10 E 60 ANOS, POPULAÇÃO
URBANA POR SEXO, BRASIL E REGIÕES — 1970

Regiões	Mulheres				Homens			
	Migrantes			Não- Migrantes	Migrantes			Não- Migrantes
	Novos	Antigos	Total		Novos	Antigos	Total	
I — Amazônia	10,78	12,79	11,56	8,43	40,26	37,97	39,19	38,34
II — Norte	8,80	11,02	10,32	10,83	38,49	40,24	39,62	37,35
III — Nordeste	12,07	12,41	12,66	11,04	38,71	37,61	38,06	35,42
IV — Bahia	12,60	12,63	13,04	8,96	39,31	38,62	38,24	37,66
V — Minas Gerais	11,99	12,88	12,29	10,81	37,63	37,92	39,52	38,40
VI — Rio	13,23	13,16	13,46	11,81	38,29	36,72	37,36	36,22
VII — São Paulo	13,18	13,53	13,70	12,50	41,01	39,83	40,28	38,64
VIII — Paraná	11,28	11,93	11,61	11,80	40,93	40,56	40,74	39,13
IX — Sul	13,91	13,41	13,75	12,10	39,10	37,27	37,87	34,58
X — Oeste	11,74	10,05	11,25	9,13	40,28	39,70	40,11	38,81
Brasil	12,54	12,27	12,86	11,49	39,67	38,54	39,02	37,76

FONTE: V. Tabelas no Apêndice.

urbana rural aumenta tanto a força de trabalho jovem nas áreas urbanas como a duração do período bruto economicamente ativo da população feminina no País como um todo, visto que a população rural feminina caracteriza-se não somente por uma taxa de participação bastante reduzida, mas também por uma breve duração de vida bruta ativa.

3.2.5

Relação entre as Taxas Específicas por Idade dos Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

Em virtude das semelhanças e disparidades entre as taxas de atividade das populações migrantes e não-migrantes, decidiu-se prosseguir a análise em maiores detalhes, formulando-se as seguintes hipóteses a serem testadas: i) há diferentes graus de associação entre as taxas de atividade por idades dos migrantes e não-migrantes; ii) as taxas por idade dos migrantes e não-migrantes estão associadas ao nível econômico regional da economia, à urbanização e à migração interna.

A análise da correlação ordinal é empregada para estudar a associação entre as taxas de participação por idade (TPI) dos migrantes e não-migrantes e para estudar a associação entre as taxas de atividade econômica e urbanização e o nível regional da migração. O coeficiente de concordância é usado para testar a associação regional entre as taxas de atividade de cada grupo e sexo.⁹

⁹ M.G. Kendall, *op. cit.*

Como é observado na Tabela III.8, há uma associação positiva entre as TPI dos migrantes e não-migrantes, exceto para o grupo feminino mais idoso. Contudo, há algumas diferenças interessantes entre homens e mulheres. A associação entre as taxas masculinas no primeiro grupo etário é bem mais elevada do que a correspondente associação entre as taxas femininas. Em outras palavras, as taxas de participação econômica feminina das jovens migrantes parecem estar referidas antes às necessidades econômicas familiares do que aos aspectos econômicos da região de chegada. Talvez as taxas mais elevadas de atividade econômica entre migrantes mais jovens do que entre não-migrantes estejam relacionadas às necessidades de fazer face aos custos de migração e fixação no novo local de residência. O baixo coeficiente de correlação entre as taxas de atividade das migrantes e não-migrantes femininas na faixa de idade mais elevada sugere que a participação das primeiras dessas idades na força de trabalho é afetada sobretudo por fatores sociais.

TABELA III.8

CORRELAÇÃO ORDINAL DE SPEARMAN ENTRE AS
TAXAS DE ATIVIDADE DE MIGRANTES E
NÃO-MIGRANTES URBANOS, POR SEXO — 1970

Grupos de Idade	Correlação	
	Homem	Mulher
10 — 14	0,9020	0,6727
15 — 19	0,7939	0,9273
20 — 24	0,7455	0,8000
25 — 54	0,6727	0,7576
55 — 59	0,9636	0,5273
60 e +	0,9152	0,4304*

* Não significativo a 5%, isto é, os níveis de atividade são independentes.

A pesquisa demonstra que não há concordância regional entre as TPI de migrantes e não-migrantes de cada sexo. Em todos os quatro casos (migrantes e não-migrantes de cada sexo) o grau de concordância é insignificante ao nível de 5%, com a única exceção do migrante masculino, que, assim mesmo, apresentou um coeficiente de apenas 0,3214. Esses resultados sugerem que os níveis e os padrões etários das taxas de atividade dos grupos populacionais não podem ser explicados pelos níveis de urbanização, níveis econômicos ou de migração regional, mas antes por outros fatores sociais.

3.3

Estrutura Setorial da Força de Trabalho

Passamos agora a analisar as diferenças entre a distribuição setorial da força de trabalho urbana migrante e não-migrante, por sexo e por região. A informação foi obtida em oito grupos de atividade: Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços, Transporte e Comunicação, Atividades Sociais, Administração Pública e Outras Atividades. Pecuária, lavoura, silvicultura, caça e pesca foram incluídas na Agricultura. Atividades em mineração, manufatura, construção e serviços de eletricidade, gás e água foram consideradas como Indústria. Do Comércio fazem parte as vendas por atacado e a varejo. Educação, serviços médicos e hospitalares e os serviços sociais foram abrangidos pelos ramos de Serviços. Todas as pessoas que trabalham em Bancos, profissionais dirigindo seus próprios negócios, bem como as pessoas que trabalham em Instituições financeiras, seguros e imobiliárias, foram incluídas em Outras Atividades.

As pessoas foram classificadas de acordo com a atividade na qual passaram a maior parte do ano precedente ao censo — em outras palavras, sua ocupação habitual. Os dados desta subseção não levam em consideração as pessoas desempregadas por ocasião do censo, ou aquelas que procuravam emprego pela primeira vez.

3.3.1

Força de Trabalho Brasileira em 1970

A distribuição setorial da força de trabalho brasileira em 1970 difere acentuadamente da distribuição de há 30 anos, isso como resultado das mudanças estruturais ora em curso no País. Não obstante, a distribuição setorial ainda demonstra uma proporção elevada de 44,2% da PEA no setor primário, embora a proporção no setor secundário tenha aumentado de 10,3 para 17,8% e no setor terciário de 23,8 para 38,0% no período de 1940/70.

Uma recente análise da força de trabalho brasileira indicou que um acentuado deslocamento da população economicamente ativa do setor primário para o secundário ocorreu entre 1940/50, enquanto que no período decenal subsequente a emigração do setor agrícola dirigiu-se sobretudo para o setor terciário. No período de 1960, o deslocamento do setor primário para o secundário foi reativado como resultado do rápido desenvolvimento das atividades manufatureiras e de construção.¹⁰

¹⁰ D.H. Graham e S.B. Hollanda Filho, *op. cit.*

3.3.2

Migrantes e Não-Migrantes Urbanos, segundo os Ramos de Atividade

As distribuições da força de trabalho migrante e não-migrante urbanos, por ramo de atividade no Brasil como um todo, são apresentadas na Tabela III.9.

As diferenças entre a distribuição setorial dos migrantes e não-migrantes são explicadas amplamente pelas diferenças entre suas proporções na Agricultura, Indústria e Administração Pública. A Agricultura tem uma absorção comparativamente superior de não-migrantes do que de migrantes, enquanto que a Indústria e Administração Pública são setores de maior absorção relativa dos segundos do que dos primeiros. As distribuições dos antigos e novos migrantes por ramos de atividade, embora demonstrando apenas pequenas disparidades, sugerem a existência de mobilidade intersetorial nas áreas de destino à medida em que aumenta o período de residência. Assim, as indicações de deslocamentos da força de trabalho migrante masculina da Indústria (provavelmente, do ramo da Construção) para Transporte e Comércio pode ser observada à medida que aumenta o tempo de residência dos migrantes na região.

Os dados relativos à população feminina demonstram diferenças levemente maiores entre a distribuição setorial de migrantes e não-migrantes do que no caso dos homens. A principal origem da disparidade surge das diferentes proporções de migrantes femininas e não-migrantes em Serviços e Atividades Sociais. Como observado anteriormente, os Serviços absorvem uma proporção mais elevada de migrantes do que de não-migrantes, ocorrendo o inverso em Atividades Sociais. A diferença entre as distribuições das antigas e novas migrantes é maior do que entre os mesmos grupos masculinos. Segue-se que a mobilidade

TABELA III.9

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO URBANA, SEGUNDO OS RAMOS
DE ATIVIDADE E SUBGRUPOS NO BRASIL — 1970
(HOMENS E MULHERES)

(%)

Ramos de Atividade	Homens			Mulheres				
	Migrantes			Não- Migrantes	Migrantes			Não- Migrantes
	Novos	Antigos	Total		Novos	Antigos	Total	
Agricultura	10,98	10,50	10,73	17,75	1,90	2,39	2,12	3,58
Indústria	38,35	34,69	36,53	31,26	9,85	13,05	11,33	13,36
Comércio	15,93	16,77	16,35	15,68	8,40	10,24	9,25	9,92
Serviços	7,80	7,85	7,82	7,39	58,09	43,35	51,27	41,92
Transportes	8,58	10,18	9,37	9,41	0,81	1,33	1,05	1,42
Social	3,22	4,24	3,73	3,71	14,62	19,81	17,01	20,63
Adm. Pública	8,77	9,34	9,05	7,73	2,07	4,90	3,37	3,79
Outros	6,37	6,42	6,41	7,07	4,25	4,94	4,59	5,37

FONTE: FIBGE, *op. cit.*

intersetorial de migrantes femininas é relativamente maior do que a de migrantes masculinos. A tabela sugere que Serviços (provavelmente os Serviços Domésticos) é o principal ramo de atividade econômica das migrantes femininas ao chegarem à área de destino migratório. Aparentemente, à medida que o tempo de residência aumenta, muitas delas transferem-se para as Atividades Sociais, Indústria e Comércio, a tal ponto que a distribuição setorial de migrantes torna-se mais próxima da dos não-migrantes. Resumindo os resultados mencionados, as diferenças entre a distribuição de migrantes e não-migrantes segundo ramos de atividade econômica são comparativamente maiores entre as mulheres do que entre os homens. Há evidência de que a mobilidade dos migrantes de ambos os sexos entre os ramos de atividade aumenta com o tempo de residência (sendo ligeiramente mais perceptível entre as mulheres), indicando isso que os migrantes urbanos gradualmente se adaptam à atividade econômica de suas áreas de destino.

3.3.3

Comparação Intra-Regional da Distribuição de Migrantes e Não-Migrantes, segundo os Ramos de Atividade

Em virtude das grandes diferenças econômicas e sociais entre as regiões do Brasil, há uma substancial disparidade regional na distribuição da força de trabalho de ambos os sexos por grupos de atividades. Esta subseção trata das diferenças entre as distribuições de migrantes e não-migrantes segundo os ramos de atividade por região e por sexo. Para tal, utilizamos o índice

de preferência (apresentado na Tabela III.10), que é obtido dividindo-se as diferenças entre as proporções de migrantes urbanos e não-migrantes no mesmo grupo de atividade pela proporção de não-migrantes no mesmo grupo, multiplicada por cem. O sinal negativo demonstra que a proporção entre migrantes é menor do que entre não-migrantes. Contrariamente, o sinal positivo demonstra uma proporção mais elevada de migrantes do que de não-migrantes em um dado ramo da economia.

A Tabela III.10 demonstra que, em nove regiões, os não-migrantes têm maior "preferência" pelo setor agrícola do que os migrantes. Com base na análise das distribuições dos antigos e novos migrantes masculinos em cada região segundo os ramos de atividade (no Apêndice), podemos admitir que os deslocamentos entre ramos de atividade econômica são uma característica comum entre migrantes na maioria das regiões, e que, como conseqüência, a distribuição de migrantes torna-se mais próxima da distribuição de não-migrantes à medida que o tempo de residência aumenta.

A Tabela III.10 também apresenta o índice de preferência setorial entre as mulheres, tal como apresentado para os homens. Percebe-se que em todas as regiões ocorre um decréscimo na proporção de migrantes femininas nos Serviços, associado com um aumento na proporção integrada nas Atividades Sociais, no Comércio e na Indústria. Esta aparente mobilidade entre ramos de atividade de mulheres migrantes urbanas produz a diminuição da diferença entre a distribuição de migrantes e não-migrantes quando o tempo de residência aumenta.

Resumindo as diferenças globais entre as distribuições de migrantes e não-migrantes por ramos de atividade, a Tabela III.11 apresenta o coeficiente de desigualdade entre cada par de distribuições por sexo.

É evidente que as diferenças entre as distribuições setoriais de migrantes e não-migrantes são ligeiramente mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens, embora sejam bastan-

TABELA III.10

DESTINAÇÃO DIFERENCIAL ENTRE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS NOS
RAMOS DE ATIVIDADE POR REGIÕES

(%)

Ramos de Atividade	Brasil	Amazônia I	Norte II	Nordeste III	Bahia IV	Minas V	Rio VI	São Paulo VII	Paraná VIII	Sul IX	Oeste X
Homens											
Agricultura	— 39	— 13	— 9	— 42	— 32	— 49	— 59	— 16	65	— 52	— 35
Indústria	17	— 5	— 10	7	12	12	20	19	— 17	14	3
Comércio	4	9	35	21	12	18	6	— 10	13	—	17
Serviços	6	— 5	1	12	5	5	19	— 4	9	— 3	— 2
Transporte	—	— 10	9	15	— 12	11	— 5	— 8	— 6	— 2	3
Social	—	— 3	31	22	16	15	— 10	— 11	— 11	12	64
Adm. Pública	17	52	— 27	63	26	66	— 11	6	— 21	30	79
Outros	— 9	— 14	70	1	13	37	— 29	— 31	— 20	9	— 22
Mulheres											
Agricultura	— 41	— 14	56	— 44	— 52	— 27	— 52	— 22	47	— 60	— 40
Indústria	— 15	— 43	— 21	— 29	— 28	— 16	— 32	— 17	— 58	9	6
Comércio	— 7	— 5	21	3	16	27	— 15	— 28	9	— 4	— 7
Serviços	22	31	— 2	19	18	— 2	58	39	11	6	5
Transporte	— 26	— 37	— 61	— 39	— 45	30	— 47	— 31	— 66	56	— 1
Social	— 17	— 16	— 15	— 16	— 19	— 4	— 43	— 9	6	— 11	— 7
Adm. Pública	— 11	5	22	— 5	— 10	22	— 28	— 24	42	7	64
Outros	— 14	— 36	45	40	6	56	— 38	— 39	— 5	— 3	— 26

V. Tabelas no Apêndice.

TABELA III.11
 COEFICIENTE DE DESIGUALDADE ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DE SUBGRUPOS
 URBANOS, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE
 (HOMENS E MULHERES)
 (%)

Regiões	Homens				Mulheres			
	M N	\bar{M} N	$\bar{\bar{M}}$ N	\bar{M} $\bar{\bar{M}}$	M N	\bar{M} N	$\bar{\bar{M}}$ N	\bar{M} $\bar{\bar{M}}$
I — Amazônia	6,52	8,32	8,04	8,40	11,54	25,16	9,53	30,20
II — Norte	8,06	10,15	6,84	7,43	5,69	9,24	8,48	13,51
III — Nordeste	12,54	12,02	13,31	5,02	10,40	20,14	7,73	22,99
IV — Bahia	8,47	9,68	9,18	9,50	10,27	18,45	7,16	22,13
V — Minas Gerais	13,13	14,34	12,04	5,98	3,93	7,08	9,55	13,98
VI — Rio	8,52	12,88	6,13	8,21	22,88	32,07	15,36	16,80
VII — São Paulo	7,76	10,88	5,03	6,96	13,37	19,88	6,95	14,17
VIII — Paraná	10,12	12,60	7,13	6,73	8,37	10,67	5,73	9,36
IX — Sul	8,38	11,56	7,61	6,95	4,36	7,71	6,45	10,72
X — Oeste	11,31	13,87	9,85	11,95	5,06	7,26	8,66	11,07
Brasil	7,71	8,79	7,89	4,23	9,35	16,17	2,85	14,75

FONTE: V. Tabelas no Apêndice.

NOTAS: \bar{M} = Novo Migrante; $\bar{\bar{M}}$ = Migrante Antigo; N = Não-Migrante.

te modestas para ambos os sexos. A maior divergência é encontrada entre as mulheres nas duas regiões mais urbanizadas do País. Na maioria das regiões, a diferença entre as distribuições de antigos migrantes e não-migrantes é menor do que entre novos migrantes e não-migrantes, o que pode ser interpretado como resultado da mobilidade setorial dos mesmos, na medida em que permanecem na área de destino migratório.

Como não há correlação entre aqueles coeficientes e os níveis regionais de urbanização, a proporção de migrantes regionais e a de migrantes com última residência em área rural (os graus de correlação de Spearman foram estatisticamente de zero ao nível de 5% em todos os casos), pode-se admitir que esses fatores não contribuem para o surgimento de diferenças na distribuição de migrantes e não-migrantes segundo os ramos de atividade.

Para concluir, os dados demonstram que existem somente pequenas diferenças entre as distribuições setoriais de migrantes e não-migrantes nas áreas urbanas do Brasil. Mesmo assim, há evidência de que os migrantes de ambos os sexos, e em todas as regiões, dão sinais de mobilidade entre os ramos de atividade na área de destino, sugerindo isso que eles se adaptam continuamente ao mercado de trabalho na nova área de residência.

3.4

Posição na Ocupação da População Economicamente Ativa

Esta seção considera as distribuições das populações ativas migrantes e não-migrantes urbanas de ambos os sexos segundo

a posição na atividade econômica. A PEA é agrupada em quatro categorias: Empregados, Empregadores, Trabalhadores por Conta Própria e Trabalhadores Familiares Não-Remunerados. Todas as pessoas que trabalham para empregadores públicos ou particulares e que recebem remuneração estão incluídas na primeira classe. Todas as que administram suas próprias empresas com fins lucrativos e empregam em seus negócios um ou mais trabalhadores, excluindo aprendizes sem remuneração, estão incluídas na segunda classe. Na classe dos Trabalhadores por Conta Própria (autônomos) estão incluídos aqueles que administram suas próprias empresas econômicas ou em sociedade com outros proprietários, ou que se empenham independentemente numa profissão ou comércio com fins lucrativos ou por honorários, bem como aqueles que participam da safra ou procedem de uma fazenda e que não têm como empregados senão trabalhadores domésticos não-remunerados, em sua própria residência ou em qualquer outro lugar. O último grupo — trabalhadores familiares não-remunerados — abrange todas as pessoas que trabalham nos mais diferentes lugares, nas áreas urbanas, bem como rurais, sem remuneração. Infelizmente, as pessoas que não informaram sua categoria foram também incluídas nesta última classe. Contudo, desde que constituem uma proporção muito modesta (0,1%) da população economicamente ativa do País, e não excedem 0,3% em nenhuma região, pode-se admitir que sua inclusão não afeta significativamente a distribuição. As pessoas que se encontravam desempregadas e aquelas que procuravam trabalho pela primeira vez não foram incluídas nas tabulações analisadas nesta seção.

São bastante modestas as diferenças entre as distribuições da posição na ocupação da força de trabalho migrante e não-migrante urbana no Brasil como um todo, e na maioria das 10 regiões (ver Apêndice). Não obstante, há indícios de que os migrantes têm maior propensão para se tornarem empregadores do que os não-migrantes. Ao mesmo tempo, há sempre uma maior proporção de trabalhadores não remunerados entre os

não-migrantes do que entre os migrantes, enquanto que as proporções de Empregados e Trabalhadores por Conta Própria são muito aproximadas entre os diversos grupos na maioria das regiões, registrando-se apenas algumas exceções fortuitas e aleatórias.

A comparação das respectivas distribuições de novos e antigos migrantes revela importantes modificações na sua posição à medida que aumenta o período de duração de residência. Há um decréscimo nas proporções de Empregados e Trabalhadores Não-Remunerados e, ao mesmo tempo, um aumento na proporção de Empregadores e Trabalhadores por Conta Própria. É interessante observar que a distribuição de novos migrantes está mais próxima da distribuição de não-migrantes do que da dos antigos migrantes. Assim, pode-se argumentar que essas diferenças demonstram que os migrantes têm não somente mobilidade entre os ramos de atividade econômica (na área de imigração), como foi observado na subseção anterior, mas também certa mobilidade na posição que ocupam, o que parece indicar que experimentam certa mobilidade vertical na área de destino.

As diferenças entre as distribuições dos grupos de população são resumidas na tabela seguinte, que utiliza um índice de destinação diferencial entre os pares de subgrupos em cada classe. Este índice é calculado pela divisão da diferença entre a proporção da força de trabalho dos dois grupos numa categoria pela proporção do último grupo na mesma categoria. Assim, por exemplo, o índice de destinação diferencial entre novos migrantes e não-migrantes na categoria de Empregador no Brasil como um todo é obtido dividindo-se a diferença entre a proporção de Empregadores entre os novos migrantes no Brasil (1,25) e a proporção de Empregadores entre não-migrantes (1,60) pela última proporção (1,60). O sinal negativo resultante significa que há uma destinação comparativamente menor de novos migrantes do que de não-migrantes nessa categoria de emprego.

De acordo com os dados na Tabela III.12, há uma proporção mais elevada de migrantes do que de não-migrantes entre os Empregadores em nove das regiões. A diferença na proporção de Empregados entre os dois subgrupos é praticamente insignificante em todas as regiões e, mesmo nas regiões onde a economia parece melhor estruturada, como no Rio e São Paulo, encontramos uma proporção mais elevada de Empregadores entre migrantes do que entre não-migrantes. Isto pode ser considerado como uma forte evidência de que, de fato, os primeiros têm mais capacidade empresarial do que os últimos.

A comparação da posição na ocupação dos novos e antigos migrantes, por um lado, e não-migrantes, por outro, é útil para compreendermos as mudanças na distribuição dos migrantes quando o tempo de residência aumenta. Enquanto que o índice de destinação entre os novos migrantes e não-migrantes é negativo na categoria de Empregador, entre antigos migrantes e não-migrantes é positivo em todas as regiões do País e bastante elevado em algumas delas. A proporção de Trabalhadores Familiares Não-Remunerados difere levemente entre novos migrantes e não-migrantes e é um pouco maior entre antigos migrantes e não-migrantes. As proporções de Empregados e Trabalhadores por Conta Própria no Brasil (como um todo) praticamente não diferem entre os novos migrantes, não-migrantes e migrantes antigos. Os dados do censo indicam que os migrantes apresentam mobilidade de posição na ocupação em todas as regiões do Brasil.

Contudo, os dados disponíveis não fornecem qualquer informação sobre a significação econômica e social dessas mudanças. Mobilidade de posição na atividade econômica não reflete necessariamente um deslocamento de migrantes para as classes sociais mais elevadas da sociedade urbana no Brasil. A propriedade de pequenas lojas nas favelas no Rio de Janeiro e em mocambos no Recife, por exemplo, situa o indivíduo na categoria de Empregador, embora esta categoria não goze de

TABELA III.12
 DESTINAÇÃO DIFERENCIAL NA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, FORÇA DE TRABALHO URBANA,
 REGIÕES E BRASIL 1970, AMBOS OS SEXOS
 (%)

Posição na Ocupação	Amazônia I	Norte II	Nordeste III	Bahia IV	Minas V	Rio VI	São Paulo VII	Paraná VIII	Sul IX	Oeste X	Brasil
Migrantes e Não-Migrantes											
Empregados	— 1	— 6	6	7	2	— 3	— 2	— 11	3	1	2
Autônomos	—	6	— 11	— 13	— 5	11	16	54	— 7	1	— 6
Empregadores	80	181	19	45	14	53	23	43	— 8	30	31
Não-Remunerados	86	— 21	— 23	— 48	— 43	— 22	— 42	— 20	— 25	— 64	— 39
Migrantes Novos — Não-Migrantes											
Empregados	2	2	13	15	7	2	3	— 9	9	8	7
Autônomos	— 12	— 2	— 26	— 31	— 18	— 14	— 11	45	— 30	— 15	— 21
Empregadores	—	10	— 9	14	— 29	— 14	— 36	— 1	— 40	— 2	— 22
Não-Remunerados	173	— 5	— 16	— 27	— 26	— 8	— 38	3	— 4	— 63	— 26
Migrantes Antigos — Não-Migrantes											
Empregados	— 2	— 14	— 1	— 1	— 3	— 6	— 8	— 14	— 3	— 15	— 3
Autônomos	1	14	3	3	10	30	42	66	15	35	8
Empregadores	142	360	46	77	64	151	79	104	25	97	87
Não-Remunerados	— 23	— 38	— 32	— 69	— 63	— 64	— 48	— 55	— 49	— 65	— 56

FONTE: V. Tabelas no Apêndice.

grande prestígio social nas duas cidades. Por outro lado, esta categoria provavelmente propicia menores rendimentos do que o salário da maioria dos empregados profissionais em ambas as áreas. Em outras palavras, embora pareça que os migrantes gozam de alguma mobilidade vertical à medida em que o período de duração de residência aumenta (associado com algum efeito de idade), não há informação suficiente para avaliar sua extensão e seria errôneo imaginar que isto os conduz automaticamente a uma categoria social mais elevada nas cidades.

3.5

Desemprego entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

A análise sobre o desemprego entre migrantes urbanos e não-migrantes está baseada em questões referentes à ocupação dos mesmos na semana anterior ao dia do censo. Os desempregados são definidos como todas as pessoas de 10 anos de idade e mais que, durante a semana anterior ao dia do censo, não estavam trabalhando ou estavam procurando trabalho remunerado ou lucrativo, incluindo aquelas que nunca tinham trabalhado anteriormente.

A análise não fornece um quadro completo do desemprego porque os dados do censo freqüentemente subnumeram os números reais de desempregados devido a várias fontes de erro. Apesar disso, a análise comparativa desses dados para subgrupos da população dentro de uma dada área é útil, se admitirmos que os erros de informação nesses grupos são proporcionais.

Por outro lado, os dados não nos permitem pesquisar a situação de emprego global da população, desde que não existe informação sobre “subemprego visível” e “subemprego disfarçado”, os quais, em muitas sociedades e certamente no Brasil, são tão importantes quanto o desemprego visível.¹¹ Um estudo recente, por exemplo, demonstrou somente 2% de desemprego visível no Nordeste e uma elevada percentagem de subemprego.¹²

Com base na informação do Censo de 1970, somente 3,6 e 2,1% da população urbana masculina e feminina economicamente ativa, respectivamente, estavam desempregados na semana anterior ao dia do censo. Segundo a mesma fonte estatística, o desemprego quase não existe nas áreas rurais, pois somente 0,5% de homens e 0,8% da força de trabalho rural feminina estavam à procura de trabalho na semana de referência.

As taxas de desemprego aberto entre migrantes e não-migrantes urbanos em todas as regiões constam da Tabela III.13. Existem duas taxas: a proporção da população economicamente ativa sem emprego, mas que já exerceu atividade econômica, e a proporção da força de trabalho à procura de emprego pela primeira vez. A soma dessas duas proporções fornece a taxa de desemprego visível de cada subgrupo em cada região.

¹¹ “Various symptoms of underemployment are to be observed in Latin America, such as low productivity on the part of the labour force, a high proportion of self-employed workers in activities with a low income return, and the predominance in some areas of subsistence agriculture”, J.C. Elizaga, “The Demographic Aspects of Unemployment in Latin America”.

¹² “Underemployment as defined on the basis of those in the labour force working part-time but expressing a preference for full-time work, plus those in agricultural sectors working less than 35 hours a week, plus the number of employers and self-employed earning less than Cr\$ 50,00 a month, gives as overall rate of 21 percent”, I.M. Hume, *Problems and Prospects in Employment and Incomes in Northeast Brazil*, Population and Human Resources Division (Washington: World Bank, 1972).

TABELA III.13

TAXAS DE DESEMPREGO, SEGUNDO OS GRUPOS DE POPULAÇÃO E REGIÕES

(%)

Tipo de Desemprego	Ama- zônia I	Norte II	Nor- deste III	Bahia IV	Minas V	Rio VI	São Paulo VII	Paraná VIII	Sul IX	Oeste X	Brasil
HOMENS											
Não-Migrantes											
Desempregado	1,96	0,65	2,91	2,84	2,15	2,45	2,23	1,24	1,74	1,70	2,25
Primeira Procura	1,64	1,66	2,40	1,61	2,17	1,99	1,23	1,58	1,32	0,82	1,72
Total	3,60	2,31	5,31	4,45	4,32	4,44	3,46	2,82	3,06	2,52	3,97
Migrantes											
Desempregado	1,75	0,83	3,97	2,03	2,44	2,60	2,71	1,66	1,48	3,15	2,56
Primeira Procura	0,94	0,94	1,81	0,69	1,15	1,02	0,68	0,62	0,59	0,89	0,90
Total	2,69	1,74	5,78	2,72	3,59	3,62	3,39	2,28	2,07	4,04	3,46
Novos Migrantes											
Desempregado	2,89	1,16	4,38	2,01	2,68	3,29	3,17	1,84	1,76	3,70	2,97
Primeira Procura	1,62	1,24	2,14	1,06	1,40	1,51	0,80	0,88	0,64	1,01	1,12
Total	4,51	2,40	6,52	3,07	4,08	4,80	3,97	2,72	2,40	4,71	4,09

	Migrantes Antigos										
Desempregado	0,66	0,46	3,59	2,05	2,18	2,10	2,25	1,42	1,21	2,05	2,13
Primeira Procura	2,96	0,61	1,50	0,32	0,87	0,65	0,57	0,26	0,54	0,64	0,67
Total	3,62	1,07	5,09	2,37	3,05	2,75	2,82	1,68	1,75	2,69	2,80

MULHERES

	Não-Migrantes										
Desempregado	0,59	1,16	1,01	1,45	0,87	1,47	1,33	0,69	0,79	0,45	1,07
Primeira Procura	1,85	1,00	1,70	1,53	1,00	1,47	0,80	1,50	1,02	0,54	1,19
Total	2,44	2,16	2,71	2,98	1,87	2,94	2,13	2,19	1,81	0,99	2,26

	Migrantes										
Desempregado	0,19	—	1,82	0,91	1,04	1,13	1,29	0,48	1,33	1,68	1,21
Primeira Procura	0,34	0,27	1,08	0,78	0,75	0,58	0,59	0,73	0,65	0,71	0,65
Total	0,53	0,27	2,90	1,70	1,79	1,71	1,79	1,21	1,98	2,39	1,86

	Novos Migrantes										
Desempregado	—	—	1,67	0,55	1,22	1,19	1,56	0,42	1,53	1,93	1,33
Primeira Procura	0,62	—	1,34	1,22	0,81	0,72	0,59	0,81	1,04	0,69	0,80
Total	0,62	—	3,01	1,77	2,03	1,91	2,15	1,23	2,57	2,62	2,13

	Migrantes Antigos										
Desempregado	0,42	—	1,98	1,33	0,82	1,08	0,96	0,59	1,11	0,98	1,08
Primeira Procura	—	0,55	0,79	0,26	0,66	0,45	0,38	0,63	0,22	0,75	0,47
Total	0,42	0,55	2,77	1,59	1,48	1,53	1,34	1,22	1,33	1,73	2,55

FONTE: FIBGE. *op. cit.*

O desemprego visível é ligeiramente maior entre não-migrantes masculinos do que entre migrantes do mesmo sexo em seis regiões; não difere em três regiões e é mais acentuado entre migrantes do que entre não-migrantes somente na região Oeste. As diferenças entre as taxas de desemprego visível dos migrantes e não-migrantes masculinos são devidas, na maioria dos casos, à existência de variações na proporção de pessoas que procuram trabalho pela primeira vez, a qual é frequentemente maior entre o subgrupo não-migrante. Essa diferença provavelmente decorre mais de diferentes interpretações dadas à pergunta do censo do que de uma diferença real de desemprego entre os grupos de população. Provavelmente, muitos não-migrantes incluídos como procurando trabalho (pela primeira vez) não estavam “ativamente” em busca de uma atividade econômica, mas aceitariam um trabalho se tivessem uma boa oferta. As respostas dos migrantes são provavelmente mais exatas, visto que muitos deles migram exatamente porque estão à procura de trabalho.

A comparação entre os antigos e novos migrantes masculinos demonstra uma proporção mais elevada de desemprego entre os primeiros, embora a diferença seja bastante reduzida em muitas regiões. O maior desemprego entre novos migrantes é devido não somente a uma maior proporção de pessoas procurando emprego pela primeira vez entre os mesmos do que entre antigos migrantes, e mais ainda a uma maior proporção de novos migrantes que muda de emprego.

À medida que o período de residência aumenta, os migrantes masculinos parecem estar menos expostos ao desemprego visível, resultando numa taxa de desemprego visível entre migrantes menor do que entre não-migrantes do mesmo sexo, na maioria das regiões. Isto sugere que os migrantes masculinos se adaptam ao mercado de trabalho na área de destino e, depois de certo tempo, têm desemprego visível menor do que os não-migrantes. Em resumo, o desemprego visível parece ser maior entre não-migrantes masculinos do que entre migrantes do mesmo sexo, resultado este inesperado e contrário à opinião comum.

A Tabela III.13 demonstra que há menos desemprego aberto entre migrantes femininos do que entre não-migrantes do mesmo sexo em muitas regiões e no Brasil como um todo. Também se nota proporção maior de desempregados entre os novos migrantes do que entre os antigos deste sexo, em nove regiões. Embora as diferenças entre migrantes e não-migrantes sejam bem reduzidas, deve-se destacar que a maior parte das disparidades entre o desemprego dos dois grupos femininos surge da diferença na proporção mais elevada dos segundos do que dos primeiros à procura de trabalho pela primeira vez. Tal como considerado na análise anterior, isto pode decorrer de diferentes interpretações que os dois grupos deram à pergunta censitária, ao invés de refletir uma diferença real de desemprego.

3.6

Populações Economicamente Inativas

A análise da população inativa é útil para avaliar com maior detalhe a participação da população no processo produtivo e social do País porque indica o número de pessoas com pelo menos 10 anos de idade integrado nos sistemas educacional e de aposentadoria. É evidente que, quanto maiores e mais eficientes esses dois sistemas, maior será o número de estudantes e trabalhadores aposentados — tanto migrantes como não-migrantes.

A pesquisa das populações inativas em diferentes áreas no País leva-nos a considerar as disparidades geográficas implícitas. Quanto maiores as disparidades econômicas regionais,

maiores as diferenças regionais nas proporções de estudantes e trabalhadores aposentados entre as populações inativas. Se a análise é empreendida entre subgrupos da população em uma área, a diferença demonstra a participação diferencial desses subgrupos em ambos os sistemas.

A população inativa está dividida em quatro categorias: Estudantes, Aposentados, Pessoas em Atividades Domésticas Não-Remuneradas e Outros, incluindo a última categoria todas as pessoas que vivem de renda e os incapazes para o trabalho, bem como todas as que se encontram recolhidas em sanatórios, instituições penais e de caridade.

Como pode ser visto na Tabela III.14, a proporção de Aposentados e Outros é relativamente maior entre migrantes de ambos os sexos do que entre não-migrantes no Brasil como um todo e em todas as regiões, enquanto que a proporção de Estudantes é sempre maior entre os não-migrantes, tudo em parte por causa das diferenças em suas estruturas de idade.

Este efeito é mais nitidamente perceptível quando as distribuições de novos e antigos migrantes inativos são comparadas com a distribuição de não-migrantes inativos do mesmo sexo. Como podemos perceber, a distribuição de migrantes como um todo aproxima-se mais da de não-migrantes do que da distribuição dos migrantes antigos. Isto pode ser parcialmente explicado pelo fato de as diferenças entre a estrutura de idade de novos migrantes e não-migrantes serem menores do que a diferença entre as estruturas etárias dos novos e antigos migrantes.

Infelizmente, não existem dados estatísticos para avaliação direta do efeito das diferenças entre as estruturas de idades dos subgrupos da população sobre as diferenças nas distribuições da população inativa. Dado o interesse em analisar a diferença entre a participação dos grupos nos sistemas educacional e de aposentadoria, uma comparação bruta é formulada aqui.

A participação no Sistema Educacional é estimada pela proporção na população de estudantes de 10 a 24 anos de idade,

visto que a maioria de 10 anos e mais de idade inclui-se neste grupo de idade. De acordo com o censo brasileiro, 95% dos estudantes brasileiros com 10 anos e mais de idade têm menos de 25 anos de idade e essa proporção não é menor que 93% em nenhuma região. Assim, o grupo de idade de 10-24 anos pode ser aceito como base satisfatória, tanto em nível nacional quanto regional, para medir indiretamente a participação da população inativa no sistema educacional.

A participação no sistema de aposentadoria é calculada pela proporção de trabalhadores aposentados em relação à população com mais de 60 anos de idade. Como a lei brasileira relativa a essa matéria fixa em 35 anos o menor período de vida produtiva para aposentadoria, e 65 anos mesmo com um menor período de vida produtiva, a idade de 60 anos pode ser aceita como o limite inferior da faixa de idade na qual se situa a maioria dos aposentados, se também se admite que a aposentadoria causada por acidente de trabalho ou doença não afeta significativamente a proporção.

As taxas de participação nos sistemas educacional e de aposentadoria para a população masculina e feminina são apresentadas na Tabela III.15, de acordo com as regiões e os subgrupos da população.

Antes de analisar os dados sobre subgrupos, devemos observar que a participação da população urbana com mais de 10 anos de idade no sistema educacional é de 49,0%, enquanto que a participação rural é somente de 23,9%. A participação da população urbana e rural no sistema de Aposentadoria é de 61,8% e somente de 5,9%, respectivamente.

A participação dos subgrupos em ambos os sistemas varia enormemente tanto nas regiões como entre as regiões (ver Tabela III.21). Não-migrantes masculinos têm maior participação no Sistema Educacional do que os migrantes, enquanto que a proporção de trabalhadores aposentados entre os últimos é maior do que entre os primeiros em muitas regiões, tais como o Nor-

TABELA III.14

POPULAÇÃO URBANA INATIVA, SEGUNDO A CATEGORIA E REGIÃO EM 1970

(%)

Categorias	Ama- zônia I	Norte II	Nor- deste III	Bahia IV	Minas V	Rio VI	São Paulo VII	Paraná VIII	Sul IX	Oeste X	Brasil
HOMENS											
Não-Migrantes											
Aposentados	3,8	4,2	6,1	5,5	5,1	11,4	8,1	5,5	11,1	1,5	7,4
Estudantes	81,4	75,0	63,3	69,3	72,8	73,7	75,0	78,0	68,1	79,2	72,0
Donos-de-Casa	0,1	—	0,2	0,2	—	—	0,2	—	0,1	0,1	0,1
Outra	14,7	20,6	30,4	25,0	22,0	14,8	16,6	16,5	20,7	19,2	20,4
Migrantes											
Aposentados	13,5	8,1	18,2	13,1	16,3	35,0	21,3	8,5	27,5	5,3	20,5
Estudantes	65,2	60,9	50,2	57,0	52,2	43,6	49,7	59,5	49,6	69,3	51,8
Donos-de-Casa	0,2	—	—	0,2	0,1	—	0,1	0,1	0,2	0,4	0,1
Outra	21,1	31,0	31,4	29,6	31,3	21,3	28,8	31,9	22,6	25,0	27,5
Novos Migrantes											
Aposentados	3,8	3,5	7,4	4,8	6,4	15,8	6,8	3,9	11,8	2,7	7,6
Estudantes	77,9	68,6	54,4	68,4	65,1	61,9	66,5	70,7	68,7	75,4	67,0
Donos-de-Casa	0,3	—	—	0,2	0,1	—	0,2	0,2	0,3	0,5	0,2
Outra	17,9	27,9	28,1	26,6	28,3	22,2	26,4	25,2	19,2	21,4	25,1

	MIGRANTES ANTIGOS										
Aposentados	30,4	18,5	33,9	28,1	33,6	51,7	39,8	18,8	45,2	13,5	38,6
Estudantes	43,1	43,7	29,8	36,7	29,6	27,8	28,4	34,3	28,0	50,0	30,4
Donos-de-Casa	—	—	—	0,3	—	—	—	—	0,2	—	—
Outra	26,4	37,8	36,3	34,9	36,7	20,5	31,8	46,9	26,5	36,4	30,9

MULHERES

Não-Migrantes

Aposentados	0,7	1,4	1,5	1,3	1,4	3,6	1,8	1,2	2,9	0,4	1,9
Estudantes	40,6	37,8	32,8	34,3	35,0	36,9	35,4	39,4	33,6	42,4	35,5
Donos-de-Casa	56,4	56,7	61,1	60,6	59,6	56,3	59,6	57,4	59,2	54,2	59,0
Outra	2,2	4,1	4,5	3,8	4,0	3,2	3,2	2,0	4,3	2,9	3,6

Migrantes

Aposentados	1,6	1,1	2,5	1,8	2,4	4,7	2,4	0,7	5,0	0,5	2,7
Estudantes	24,5	23,9	19,5	18,6	19,6	13,5	14,2	17,7	16,9	24,0	17,0
Donos-de-Casa	70,7	70,0	72,3	75,5	73,2	77,5	80,0	78,6	73,3	72,0	76,2
Outra	3,2	4,9	5,6	4,1	4,8	4,3	3,3	3,0	4,8	3,5	4,1

Novos Migrantes

Aposentados	2,9	0,2	1,0	0,6	1,0	1,9	0,9	0,1	2,3	0,4	1,0
Estudantes	35,6	32,5	28,3	26,3	28,1	20,9	21,1	23,6	25,5	29,2	24,8
Donos-de-Casa	62,1	63,2	67,1	70,4	68,4	74,5	75,8	73,5	69,1	68,3	71,6
Outra	2,0	4,1	3,5	2,6	2,5	2,7	2,2	2,7	2,9	2,1	2,6

Migrantes Antigos

Aposentados	3,3	2,5	4,1	3,2	4,1	6,7	3,9	1,6	7,5	0,7	4,5
Estudantes	10,5	11,7	10,1	9,9	9,5	8,1	7,5	8,5	9,0	12,4	8,7
Donos-de-Casa	81,6	79,8	77,9	81,2	79,9	79,6	84,1	86,3	77,0	80,3	81,1
Outra	4,6	6,0	7,9	5,7	7,4	5,6	4,4	3,6	6,4	6,5	5,7

FONTE: FIBGE, *op. cit.*

TABELA III.15

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NOS SISTEMAS EDUCACIONAL E DE APOSENTADORIA
— POPULAÇÃO URBANA, POR SEXO E REGIÕES — 1970

(%)

Regiões	Homens								Mulheres							
	Educação *			Aposentadoria **					Educação *			Aposentadoria **				
	Migrantes Urbanos			Não-	Migrantes Urbanos			Não-	Migrantes Urbanos			Não-	Migrantes Urbanos			Não-
	Novos	Antigos	Total	Migrantes	Novos	Antigos	Total	Migrantes	Novos	Antigos	Total	Migrantes	Novos	Antigos	Total	Migrantes
I — Amazônia	51,55	46,21	50,15	61,62	34,84	49,94	46,34	47,24	48,16	40,12	46,38	60,89	6,18	15,45	13,43	14,57
II — Norte	44,43	24,96	41,89	59,10	36,63	25,09	27,64	33,33	47,34	34,04	43,77	56,65	5,63	15,50	13,04	20,17
III — Nordeste	45,22	33,91	41,92	49,26	51,41	55,33	54,28	41,50	40,46	38,88	40,04	50,86	17,75	20,85	20,10	19,31
IV — Bahia	46,47	36,76	43,80	54,31	37,19	40,24	39,49	43,62	36,54	39,81	37,31	53,15	13,56	16,78	16,08	16,20
V — Minas Gerais	46,92	34,21	43,58	53,35	51,36	60,91	58,20	40,23	40,68	32,78	38,56	50,85	18,74	23,26	22,07	19,34
VI — Rio	40,77	37,57	39,59	61,24	120,40	113,78	114,91	108,47	33,08	34,44	33,51	56,61	31,63	38,46	34,61	46,67
VII — São Paulo	35,20	27,79	32,98	52,23	44,47	68,32	62,27	67,43	31,53	26,51	30,66	50,40	17,98	23,78	22,39	24,64
VIII — Paraná	39,75	24,76	35,89	53,76	27,48	36,07	32,78	69,78	35,01	25,14	32,53	50,11	3,20	13,16	9,33	24,20
IX — Sul	41,64	34,86	39,02	55,75	98,50	89,45	91,25	75,28	37,64	33,00	36,23	51,03	39,85	39,79	39,80	32,56
X — Oeste	45,64	40,61	44,66	55,89	24,01	25,86	25,11	24,53	46,44	40,03	43,37	55,62	8,62	5,31	6,65	11,39
Brasil	41,27	32,73	38,79	54,61	56,82	70,39	66,81	61,33	36,69	32,69	35,58	52,64	19,62	25,66	24,19	25,94

FONTE: FIBGE, *op. cit.*

* Proporção de estudantes de 10 anos de idade e mais em relação ao número de pessoas com idade de 10 - 24.

** Proporção de aposentados em relação ao número de pessoas com 60 anos e mais de idade.

deste, Minas, Rio e o Sul. O Rio possui a maior proporção de participação na aposentadoria para todos os subgrupos de homens, o que parcialmente explica a taxa de atividade relativamente baixa da população dessa região conforme observada na análise anterior.

A mesma tabela demonstra que a proporção de estudantes é maior entre novos migrantes masculinos do que entre antigos do mesmo sexo, enquanto que a diferença entre a proporção de pessoas aposentadas tem um sentido contrário na maioria das regiões.

Também é evidente que os migrantes masculinos no Rio apresentam as maiores taxas de aposentadoria, enquanto que os migrantes urbanos do mesmo sexo em São Paulo acusam as menores taxas de participação no sistema educacional. Os dados demonstram que as taxas de participação educacional dos dois grupos — migrantes e não-migrantes — são estatisticamente independentes a 5% de significação (0,3455), enquanto que os coeficientes de participação de aposentadoria têm uma elevada correlação de 0,6970, significativa a 5%.

A constatação de que as mulheres apresentam maiores taxas de participação educacional do que os homens em seis das regiões, tanto entre não-migrantes como entre migrantes, é um dado interessante e inesperado na tabela. As diferenciais de participação por sexo no sistema de aposentadoria, contudo, apresentam sentido diverso e refletem a diferença da participação dos homens e mulheres na força de trabalho.

Como foi observado, as migrantes femininas têm menores taxas de participação do que as não-migrantes, em ambos os sistemas, embora ocorram algumas exceções nas diferenças na participação na Aposentadoria. Como entre os subgrupos masculinos, as novas migrantes têm maiores taxas de participação educacional do que as migrantes antigas, enquanto que as últimas apresentam maiores taxas de participação na aposentadoria do que as primeiras.

Finalmente, deve ser enfatizado que há elevadas correlações ordinais de Spearman entre as taxas de participação educacional e de aposentadoria femininas de migrantes e não-migrantes, ambas significativas a 5%. A correlação ordinal entre as taxas de participação educacional é de 0,6970 e, entre as taxas de participação de aposentadoria, de 0,6849.

Para resumir, os dados do censo demonstram que os migrantes de ambos os sexos participam menos do que os não-migrantes do sistema educacional. As migrantes (mulheres) têm taxas de participação na aposentadoria inferiores às não-migrantes, mas não há diferencial coerente entre migrantes e não-migrantes masculinos no sistema de aposentadoria. Como a participação educacional dos novos migrantes é sempre maior do que a dos antigos, pode-se admitir que a diferença na participação educacional de migrantes e não-migrantes está decrescendo.

3.7

Diferenciais de Renda entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

Esta seção analisa as diferenças entre os rendimentos e distribuição da renda entre migrantes e não-migrantes urbanos. A análise é relevante para o estudo da migração interna em virtude de esclarecer se os migrantes estão economicamente marginalizados nas áreas de destino migratório, além de forne-

cer subsídios para análises sobre o efeito das migrações internas na distribuição da renda.

Esta pesquisa abrange a análise dos rendimentos pessoais da população com pelo menos 10 anos de idade em 1970. Os rendimentos pessoais são considerados em termos de renda mensal média no ano anterior ao censo, incluindo toda espécie de renda recebida no período.

A análise conta com seis subseções. A primeira analisa a proporção de migrantes e não-migrantes sem rendimentos. A segunda trata da distribuição dos mesmos de acordo com as classes de rendimentos. Segue-se uma análise das diferenciais de renda entre migrantes urbanos intra e inter-regionais. Neste caso, a classificação dos migrantes em inter e intra-regional refere-se ao seu último lugar de residência, ao invés de sua região de nascimento. A quarta subseção considera os efeitos do período de residência dos migrantes urbanos em sua renda. A quinta desenvolve uma comparação entre a distribuição de renda dentro de cada grupo e a subseção final oferece conclusões gerais.

3.7.1

População sem Rendimentos

Os dados do censo incluem na mesma categoria as pessoas sem renda e as que não informaram seus ganhos. Admitindo-se proporções iguais de respostas não registradas dos dois grupos, uma comparação direta das proporções de migrantes e não-migrantes com pelo menos 10 anos de idade e sem renda pode ser feita com algum interesse.

Observa-se uma proporção mais elevada de não-migrantes sem renda do que de não-migrantes em todas regiões. Quase 61% de não-migrantes inserem-se neste grupo, comparados com 48% de migrantes. As maiores diferenças são encontradas no Rio e no Oeste, enquanto que as menores ocorrem na região mais pobre (Norte), a qual, por outro lado, também apresenta a maior proporção de migrantes sem renda.

Essas diferenças são parcialmente devidas às disparidades nas estruturas de idade dos dois grupos, e parcialmente ao fato de que há uma maior proporção de estudantes entre migrantes do que entre não-migrantes.

Nenhuma conclusão definitiva sobre as proporções dos economicamente dependentes entre migrantes e não-migrantes pode ser feita. Afinal de contas, muitos não-migrantes sem renda são filhos de migrantes. Contudo, dada a diferença entre as proporções de migrantes e não-migrantes sem renda, pode-se argumentar que, se há diferenças reais na proporção dos economicamente dependentes (com mais de 10 anos de idade), ela é provavelmente maior entre não-migrantes do que entre migrantes.

3.7.2

Diferenciais de Rendimentos entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

A análise das diferenciais de rendimentos dos migrantes urbanos e não-migrantes é resumida na Tabela III.16 pela

TABELA III.16

COMPARAÇÃO ENTRE OS RENDIMENTOS DE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES
URBANOS, POR REGIÕES — 1970

Regiões	Menos de Cr\$ 151,00		Mais de Cr\$ 500,00		Coeficiente de Desigualdade (100)	Renda Média (Migrantes/Não-Migrantes) (%)
	Não- Migrantes (%)	Migrantes (%)	Não- Migrantes (%)	Migrantes (%)		
I — Amazônia	50,6	41,3	9,1	15,5	15,5	129,5
II — Norte	73,0	63,8	4,9	6,8	9,5	125,8
III — Nordeste	68,7	58,6	6,6	10,5	10,1	129,8
IV — Bahia	59,1	51,4	8,8	12,9	8,3	134,2
V — Minas Gerais	51,7	37,6	6,6	12,1	14,0	144,4
VI — Rio	19,1	20,9	23,4	20,9	4,4	96,0
VII — São Paulo	25,8	21,3	21,3	19,2	5,0	93,0
VIII — Paraná	33,0	33,4	12,8	13,4	4,8	105,9
IX — Sul	31,7	26,1	12,8	16,0	7,3	114,7
X — Oeste	57,1	37,9	5,4	13,9	10,3	165,1
Brasil	40,9	31,2	14,0	16,6	9,6	115,0

comparação das proporções de pessoas de cada grupo na maior e menor classe de renda em termos de coeficiente de desigualdade, bem como em termos de diferenças proporcionais entre suas rendas médias.

No Brasil como um todo, e na maior parte das regiões, há maior proporção de não-migrantes urbanos do que de migrantes na menor classe de renda (menos de Cr\$ 151,00), e maior dos primeiros do que dos últimos na maior classe. Rio, São Paulo e Paraná são as exceções a esta regra. Essas regiões (juntamente com a região Sul) também apresentam as menores proporções de pessoas que ganham menos de Cr\$ 151,00 por mês.

Os coeficientes de desigualdade confirmam a conclusão de que somente nas três regiões acima — Rio, São Paulo e Paraná — a diferença entre a distribuição de migrantes e não-migrantes por classe de renda não é significativa. Esta é uma conclusão relevante, visto tratar-se das regiões mais desenvolvidas e com maiores grupos de migrantes.

Com base nessas diferenças, conclui-se que os migrantes têm maior renda média do que os não-migrantes em sete regiões, sendo que a maior diferença — região Oeste — é provavelmente devida à ampla imigração de servidores públicos para Brasília, os quais certamente ganham acima da renda média da população da região.

Os dados demonstram uma associação ordinal inversa (Spearman) de 0,6364 entre as diferenças na distribuição de migrantes e não-migrantes por classe de renda e a renda média regional urbana. Isto é, os dados indicam que quanto menor a renda média urbana regional, maior é a diferença entre a renda média de migrantes e de não-migrantes. Em outras palavras, os migrantes urbanos têm rendimentos relativamente mais elevados nos casos em que a renda média regional é mais baixa.

3.7.3

Diferenças entre os Rendimentos dos Migrantes Inter e Intra-Regionais

A Tabela III.17 demonstra que os migrantes intra-regionais estão em melhores condições do que os migrantes inter-regionais em todas as regiões, com exceção de São Paulo.

Uma proporção maior de migrantes intra-regionais do que de inter-regionais insere-se no grupo de menor renda, e as diferenças entre suas distribuições por classe de renda são comparativamente maiores do que as diferenças entre as distribuições de migrantes e não-migrantes, como pode ser observado pela comparação dos coeficientes de desigualdade tanto nesta tabela como na Tabela III.16.

A renda média dos migrantes inter-regionais é 25% mais elevada do que a renda média dos intra-regionais no Brasil, e 42% mais alta do que a renda média dos não-migrantes. A renda média desses dois grupos varia amplamente entre as regiões, embora seja muito maior entre os migrantes inter-regionais do que entre os intra-regionais na maioria das regiões. Uma vez mais, São Paulo é a exceção, onde se observou não haver, praticamente, diferença entre as rendas médias de migrantes e não-migrantes.

A correlação ordinal (Spearman) de $-0,7333$ demonstra que há uma associação inversa entre a renda média dos migrantes inter-regionais e a sua proporção em relação ao conjunto total de migrantes nas regiões. Isso leva à conclusão de que os migrantes inter-regionais urbanos têm rendas relativamente maiores que os intra-regionais urbanos e não-migrantes nas regiões de menor imigração regional.

TABELA III.17

COMPARAÇÃO ENTRE OS RENDIMENTOS DOS MIGRANTES URBANOS
INTER E INTRA-REGIONAIS — 1970

Regiões	Menos de Cr\$ 151,00		Mais de Cr\$ 500,00		Coeficiente de Desigualdade (100)	Renda Média Inter/Intra (100)
	Intra (%)	Inter (%)	Intra (%)	Inter (%)		
I — Amazônia	43,8	32,5	12,2	27,0	14,7	199,7
II — Norte	65,2	59,0	5,8	10,3	7,5	130,6
III — Nordeste	59,7	30,7	9,4	37,1	33,9	276,7
IV — Bahia	52,8	41,0	11,8	22,7	13,0	170,1
V — Minas Gerais	38,2	31,4	11,2	22,2	15,2	163,3
VI — Rio	21,6	18,7	17,8	26,2	8,5	135,1
VII — São Paulo	22,1	19,6	23,4	20,2	5,9	0,93
VIII — Paraná	34,4	29,8	12,1	17,3	8,0	126,5
IX — Sul	26,5	18,1	15,5	33,5	19,7	184,1
X — Oeste	44,2	32,2	12,2	16,1	12,0	124,8
Brasil	34,0	22,6	16,1	22,1	11,3	125,5

Pode-se pensar que as diferenças entre os rendimentos dos migrantes inter e intra-regionais estão associadas com suas áreas de destino dentro das regiões, e é provavelmente certo que, enquanto a maioria dos migrantes urbanos inter-regionais tem como destino as cidades maiores e mais ricas nas regiões, grande volume da migração inter-regional se dirige para pequenos centros urbanos.

3.7.4

Diferenças entre os Rendimentos dos Migrantes Urbanos de Acordo com o Tempo de Residência

A Tabela III.18 demonstra amplas diferenças entre o rendimento dos migrantes urbanos de acordo com a duração de residência. Esses migrantes são agrupados em três categorias: i) migrantes recentes — aqueles com menos de cinco anos de residência; ii) migrantes intermediários — aqueles com cinco a dez anos; iii) migrantes antigos — aqueles com pelo menos 11 anos na atual área urbana.

Observamos que, à medida que o período de residência aumenta, as rendas dos migrantes se elevam na maioria das regiões e no Brasil como um todo, parcialmente por causa das diferenças em suas estruturas de idade. Este aumento de renda é indicado ou pelo declínio constante da proporção de migrantes que ganham menos que Cr\$ 151,00 ou pelas diferenças proporcionais entre suas rendas médias. Somente Minas e o Oeste apresentam padrões ligeiramente diferentes.

TABELA III.13

COMPARAÇÃO ENTRE OS RENDIMENTOS DOS MIGRANTES URBANOS,
SEGUNDO O PERÍODO DE RESIDÊNCIA — 1970

Regiões	Menos de Cr\$ 151,00			Mais de Cr\$ 500,00			Renda Média Base = Migrantes com Menos 5 Anos	
	Menos de 5 anos (%)	5-10 Anos (%)	11 Anos e Mais (%)	Menos de 5 Anos (%)	5-10 Anos (%)	11 Anos e Mais (%)	5-10 Anos (%)	11 Anos e Mais (%)
I — Amazônia	48,6	42,6	34,7	17,3	15,2	16,9	79,0	87,0
II — Norte	64,7	65,6	62,0	5,4	5,0	8,8	97,0	122,0
III — Nordeste	63,0	60,2	54,7	9,6	9,6	11,9	112,8	122,9
IV — Bahia	57,3	50,5	47,1	12,4	11,8	14,6	110,4	119,1
V — Minas	40,2	39,2	35,0	17,2	10,6	14,4	101,6	125,5
VI — Rio	25,2	21,8	17,4	14,6	18,5	27,0	118,0	144,7
VII — São Paulo	24,8	22,3	18,8	15,6	19,7	26,7	123,3	143,6
VIII — Paraná	36,8	33,5	28,6	11,7	12,0	17,0	105,5	120,2
IX — Sul	29,9	25,4	23,9	14,0	15,3	18,4	111,8	125,6
X — Oeste	40,2	32,5	37,8	21,1	16,1	15,0	125,2	107,6
Brasil	35,2	30,5	26,9	13,5	16,0	21,7	121,0	137,4

Em Minas e no Oeste, há proporções mais elevadas de migrantes recentes ganhando, pelo menos, Cr\$ 500,00 mensalmente do que entre cada um dos outros dois grupos. Esta diferencial pode ser explicada na região Oeste, onde uma grande transferência de servidores públicos para Brasília ocorreu na década de 60. Porém o resultado em Minas é surpreendente e não há evidência que explique por que seu padrão assumiu a forma que apresenta.

O maior efeito de duração do período de residência na renda média ocorre no Rio e em São Paulo, onde os migrantes antigos têm, em média, uma renda 44% maior do que a renda média dos migrantes recentes e 20% mais elevada do que a renda média dos migrantes intermediários.

A comparação da informação das Tabelas III.16 e III.18 demonstra que mesmo os migrantes recentes têm rendas mais elevadas do que os não-migrantes em sete regiões e no Brasil como um todo, enquanto que no Rio, São Paulo e Paraná somente os migrantes antigos ganham mais que os não-migrantes, sendo suas rendas médias 13, 21 e 24% maiores do que a renda média dos não-migrantes nestas regiões, respectivamente.

3.7.5

Distribuições de Renda entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos

Esta subseção esclarece parte do efeito da migração urbana sobre a distribuição da renda pessoal no Brasil através da comparação das distribuições de renda entre migrantes e não-migrantes urbanos. A Tabela III.19 mostra a distribuição propor-

TABELA III.19

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS — 1970

Regiões	Grupos	40% Inferiores	Próximo de 40%	20% Superiores	5% Superiores	Coefficiente de Desigualdade
I — Amazônia	Não-Migrantes	15,6	28,9	55,5	29,1	0,3626
	Migrantes	11,4	30,3	58,3	27,2	0,3971
II — Norte	Não-Migrantes	14,4	28,8	56,8	41,2	0,3740
	Migrantes	11,8	37,0	51,2	31,8	0,3904
III — Nordeste	Não-Migrantes	11,3	25,7	63,0	35,4	0,4554
	Migrantes	2,9	27,5	69,6	35,7	0,5053
IV — Bahia	Não-Migrantes	10,9	28,3	60,8	21,7	0,4136
	Migrantes	9,5	26,0	64,5	35,2	0,4531
V — Minas Gerais	Não-Migrantes	11,3	32,2	56,5	37,8	0,3720
	Migrantes	10,5	30,1	59,4	32,2	0,4051
VI — Rio	Não-Migrantes	12,2	12,1	75,7	21,8	0,3803
	Migrantes	12,7	11,2	76,1	23,1	0,3799
VII — São Paulo	Não-Migrantes	11,3	28,1	60,6	25,9	0,3928
	Migrantes	13,4	29,4	57,2	27,3	0,3563
VIII — Paraná	Não-Migrantes	12,2	30,5	57,3	30,1	0,3889
	Migrantes	12,2	30,0	57,8	30,1	0,3917
IX — Sul	Não-Migrantes	13,1	29,6	57,3	30,0	0,3861
	Migrantes	13,3	30,0	56,7	28,2	0,3789
X — Oeste	Não-Migrantes	16,0	33,3	50,7	25,0	0,3184
	Migrantes	12,5	29,9	57,6	30,4	0,3889
Brasil	Não-Migrantes	10,4	29,7	59,9	32,3	0,4143
	Migrantes	11,8	29,9	58,3	28,3	0,3916

cional da renda em cada um desses dois grupos da população. Além disso, a tabela apresenta o coeficiente de desigualdade (CD), que exprime sinteticamente a variação dos rendimentos em cada grupo.¹³

A acentuada desigualdade na distribuição de renda entre os dois grupos é observada em todas as regiões, variando o CD de 0,3184 entre os não-migrantes no Sul e de 0,5053 entre migrantes urbanos no Nordeste. Os graus de desigualdade nas distribuições de renda entre migrantes e não-migrantes urbanos são bastante semelhantes no Brasil como um todo, embora sua dispersão seja maior entre os migrantes do que entre os não-migrantes em seis regiões, praticamente semelhante no Rio, Paraná e no Sul, e maior entre os não-migrantes do que entre os migrantes apenas em São Paulo.

As diferenças mais notáveis na dispersão de rendimentos são encontradas no Nordeste, Bahia, Minas, São Paulo e Oeste. O Nordeste e a Bahia têm as distribuições de renda mais concentradas, em ambos os grupos, enquanto que a Bahia situa-se em terceiro lugar no que diz respeito à distribuição entre migrantes. Os números para a região Oeste sugerem que a transferência de servidores públicos para Brasília aumentou a dispersão dos ganhos individuais na região.

Os dados sustentam a conclusão de que a dispersão da renda pessoal dos migrantes urbanos está inversamente associada com o produto *per capita* regional, enquanto que a dispersão

¹³ É mais usual adotar o coeficiente de Gini para medir a dispersão de rendimentos de uma população. A simplicidade dos cálculos para obter o CD torna este método preferível ao coeficiente de Gini. Além disso, o objeto desta pesquisa é estabelecer amplas comparações entre as distribuições de renda entre migrantes urbanos e não-migrantes, antes do que analisar as distribuições em profundidade.

de rendimentos individuais de não-migrantes e o produto *per capita* regional não estão associados. A correlação ordinal de Kendall entre os dois primeiros conjuntos de dados é significativa a 5% ($-0,6445$), e não é significativa entre os outros dois conjuntos ($0,0222$). Parece portanto que, quanto maior o nível do desenvolvimento econômico regional, menor a concentração individual da renda entre os migrantes. Também é evidente que, enquanto a concentração da renda entre os migrantes urbanos diminui à medida que a renda média do grupo aumenta, a desigualdade na distribuição de renda entre não-migrantes não parece estar associada à renda média do grupo.

3.7.6

Diferencial de Renda entre Migrantes e Não-Migrantes Urbanos — Resumo

A análise demonstrou que, em média, os migrantes urbanos obtêm rendas mais elevadas do que os não-migrantes, embora o nível de suas rendas médias seja fortemente associado e também relacionado com o nível do desenvolvimento econômico regional. A renda dos migrantes inter-regionais é, em média, superior à dos migrantes intra-regionais, e suas rendas médias não estão associadas com o nível de desenvolvimento econômico regional. Segue-se que, em média, os migrantes são economicamente bem sucedidos e, provavelmente, os inter-regionais

compõem, em média, os grupos de renda mais elevada, particularmente nas regiões mais pobres.

Pode-se argumentar que, no conjunto, os migrantes rurais e urbanos oriundos do Nordeste, Bahia e Minas Gerais e que migraram para o Rio, São Paulo e Paraná provavelmente prosperaram mais do que se não tivessem migrado.

As diferenças entre as rendas médias de migrantes e não-migrantes não parecem relacionadas com as diferenças entre seus níveis educacionais, visto que os dois grupos têm praticamente o mesmo nível de educação, como avaliado pelas proporções com pelo menos um e cinco anos de educação. Portanto, pode-se argumentar que as diferenças entre o nível de rendimento dos dois grupos resultam de outros fatores.

O período de tempo de residência no lugar de destino parece desempenhar importante função no aumento da renda média dos migrantes urbanos, embora esse aumento possa também surgir do fato de eles se tornarem mais idosos e os rendimentos estarem relacionados com a idade.

Esta pesquisa sugere que a migração inter-regional aumenta as desigualdades regionais de renda pelo menos a curto prazo, já que, em média, os migrantes ganham mais do que os não-migrantes, tanto em suas regiões de origem como em suas regiões de destino. Por outro lado, podemos também argumentar que, a longo prazo, a migração aumenta indiretamente a renda média nas áreas de origem porque diminui o número de pessoas participantes do produto regional admitido como constante. Segue-se que, provavelmente, o efeito a longo prazo da migração inter-regional possa ser bastante diferente do efeito a curto prazo.

Finalmente, é evidente que a migração urbana contribui para a redução das desigualdades na distribuição pessoal da renda nas regiões mais desenvolvidas do País, e tem efeito contrário nas regiões menos desenvolvidas.

3.7.7

Diferenças entre Rendimentos de Migrantes e Não-Migrantes Urbanos — Comentários Adicionais

A análise prévia das diferenciais entre os rendimentos dos migrantes e não-migrantes urbanos é bastante conclusiva e demonstra que, em média, os primeiros estão em melhores condições do que os segundos na maioria das regiões, sendo as exceções as três mais ricas e importantes regiões de imigração — Rio, São Paulo e Paraná, onde as diferenças são muito pequenas e ligeiramente favoráveis aos não-migrantes. A análise também demonstra que, em média, os antigos migrantes têm uma renda média mais elevada do que os novos migrantes na maioria das regiões.

Os dados disponíveis não nos permitem analisar objetivamente os fatores que produzem tais diferenças, embora se possa admitir que a diferença entre a estrutura etária dos vários grupos economicamente ativos, bem como as diferenças entre seus níveis educacionais, são componentes importantes de tais diferenciais.

Contudo, com a recente publicação dos resultados finais do Censo brasileiro, pode ser feita uma avaliação indireta dos efeitos das diferenças em estruturas de idade e educação sobre as diferenças da renda média. Isto é apresentado nesta subseção pela padronização indireta de cada uma dessas características.

O efeito das diferenças na estrutura de idades sobre as diferenças na renda média é avaliado pela adoção, como pa-

drão, da renda média de cada grupo da população nacional economicamente ativa.¹⁴

Infelizmente, não foi possível avaliar o efeito simultâneo de ambas as características — idade e educação — sobre as diferenças de renda média, porque os dados disponíveis para migrantes e não-migrantes não estão tabulados convenientemente. Portanto, o efeito líquido dessas variáveis sobre a renda média dos dois grupos é provavelmente tendencioso, e, assim, deve ser tomado apenas como uma indicação grosseira do sentido do seu efeito.

A Tabela III.20 mostra as diferenças proporcionais entre a renda média atual e a renda média teórica dos migrantes e não-migrantes economicamente ativos de ambos os sexos por regiões, bem como as diferenças proporcionais entre a renda média atual e renda média teórica dos antigos e novos migrantes economicamente ativos.

A diferença entre a estrutura de idade de migrantes e não-migrantes é um fator que favorece uma renda média mais elevada entre os primeiros do que entre os segundos. Se a renda média por grupo de idade fosse a mesma em todo o País e para cada grupo da população, deveríamos esperar uma renda média de migrantes 8,0% mais elevada do que a dos não-migrantes. A Tabela III.20 demonstra que as diferenças entre a educação dos migrantes e não-migrantes produzem forte efeito sobre as diferenças em suas rendas médias no Rio, São Paulo e Paraná, como deveria ser presumido à luz de nossas constatações na primeira seção deste capítulo. Não obstante, é digno

¹⁴ Os efeitos das diferenças da composição por sexo dos vários grupos sobre as diferenças em suas rendas médias demonstram ser insignificantes e, assim, não são incluídos nesta análise. Sua contribuição não ultrapassa 0,2% para a renda média mais elevada de migrantes e não-migrantes no Brasil em conjunto.

TABELA III.20

DIFERENÇAS ENTRE A RENDA MÉDIA ATUAL E ESPERADA DE GRUPOS DA POPULAÇÃO, POR REGIÕES — 1970
(%)

Regiões	Migrantes — Não-Migrantes					Antigos — Novos Migrantes				
	Atual	Renda Esperada			Outros Fatores	Atual	Renda Esperada			Outros Fatores
		Idade	Educação	Renda Líquida			Idade	Educação	Renda Líquida	
I — Amazônia	29,5	7,5	— 4,0	3,5	26,0	— 7,1	18,1	4,4	22,5	— 29,6
II — Norte	24,9	5,2	— 2,6	2,6	22,3	23,1	12,3	0,1	12,4	10,7
III — Nordeste	30,1	+ 5,5	9,7	15,2	14,9	18,8	17,0	4,8	22,8	— 4,0
IV — Bahia	34,1	+ 4,7	3,4	8,1	26,0	15,5	19,6	5,2	24,8	5,9
V — Minas Gerais	44,3	+ 8,8	8,7	17,5	26,8	24,8	16,6	2,3	18,9	— 9,3
VI — Rio	— 5,0	+ 7,3	— 17,2	— 9,9	4,9	36,4	17,6	11,7	29,3	7,1
VII — São Paulo	— 6,2	+ 11,3	— 16,7	— 5,4	0,8	33,7	17,5	7,7	25,2	3,5
VIII — Paraná	5,7	4,6	— 13,8	— 9,2	14,9	26,1	13,9	7,0	20,9	5,2
IX — Sul	14,5	7,2	2,3	9,5	5,0	21,2	29,7	— 4,2	25,5	— 4,3
X — Oeste	64,9	14,5	9,7	24,2	40,7	— 0,9	12,8	— 7,5	5,3	6,2
Brasil	14,9	8,0	— 5,2	2,8	12,1	29,0	16,9	3,6	20,5	8,5

de nota que essas diferenças são acentuadas e favoráveis aos migrantes no Nordeste, Oeste e Minas.

A última coluna da tabela refere-se à comparação da renda média atual e a renda média teórica e é bastante conclusiva. Os migrantes alcançam maior renda média do que se poderia esperar, levando-se em conta sua idade e educação. Mesmo nas regiões do Rio e de São Paulo, as únicas onde os migrantes não estão em melhores condições do que os não-migrantes, esse resultado pode ser observado, fator que contribui para a redução da diferença de sua renda média real.

Em conclusão, a padronização indireta demonstra que os migrantes urbanos são, em média, mais bem sucedidos economicamente do que os não-migrantes.

A segunda parte relaciona-se com a mesma comparação entre antigos e novos migrantes na força de trabalho. As diferenças nas suas estruturas etárias é um poderoso fator favorável a uma renda média mais elevada entre os antigos migrantes do que entre os novos. As diferenças em educação têm também o mesmo sentido em oito regiões, embora sejam bastante reduzidas em quatro delas. As regiões Sul e Oeste são as únicas onde o efeito da educação sobre as diferenças entre a renda média teórica dos antigos e novos migrantes apresenta-se em sentido contrário.

A última coluna da segunda parte da tabela demonstra que o período de duração de residência é um fator que contribui para o aumento da renda média de migrantes em seis regiões, incluindo as mais desenvolvidas e importantes de imigração. Os resultados negativos nas regiões do Nordeste, Bahia e, particularmente, Amazônia, são difíceis de explicar com os dados disponíveis.

Após levar em conta as exceções mencionadas, esta análise apóia a conclusão geral de que os migrantes elevam suas rendas médias à medida que aumenta o tempo de residência na área de destino, independentemente do efeito etário.

IV

RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO

As análises contidas nos Capítulos II e III demonstraram a existência de certas diferenças demográficas entre migrantes e não-migrantes urbanos em 10 regiões. Por falta de dados apropriados, coisa alguma pode ser dita sobre o efeito do tamanho e da importância do local urbano sobre essas diferenças.

Contudo, ficou patente que as diferenças entre migrantes e não-migrantes variam entre as regiões e há indícios de que o tamanho e o sentido das mesmas variam com o nível de urbanização e desenvolvimento regional. Isto é, essas diferenciais são distintas, dependendo da região, e assim pode-se fazer a suposição de que as diferenças entre migrantes e não-migrantes variam segundo as cidades, dependendo de seu tamanho e de seu nível de desenvolvimento econômico.

Este capítulo contém uma análise das diferenças entre migrantes e não-migrantes (nativos) na cidade do Rio de Janeiro e trata de dados da mesma natureza que aqueles estudados

para as regiões discutidas nos capítulos anteriores deste trabalho: i) diferenças demográficas entre migrantes e não-migrantes; e ii) diferenças sócio-econômicas entre os mesmos. Portanto, este capítulo testa a hipótese de que o tamanho e a importância do pólo urbano exercem efeito sobre as diferenças entre migrantes e não-migrantes, e é orientado pela seguinte formulação: as diferenças entre migrantes e nativos na cidade do Rio de Janeiro têm o mesmo sentido e são maiores do que as diferenças entre os migrantes e não-migrantes urbanos na região Rio (região VI) e no País como um todo.

4.1

Migração para o Rio — Alguns Aspectos

O Rio de Janeiro é a segunda maior cidade no País, e desde a época colonial tem sido um dos centros urbanos mais importantes do ponto de vista econômico e social. Em 1970, tinha uma população de 4,2 milhões de habitantes e constitui o núcleo central de uma área metropolitana de 12 cidades, englobando uma população total de 6,9 milhões naquele ano.

O último censo demonstrou que 57,4% da população nasceram na cidade, 37,3% eram brasileiros nascidos em outros Estados e 5,3% estrangeiros. O 1,6 milhão de imigrantes residentes no Rio compreende 51,0% do total de migrantes urbanos na região VI e sua maioria provém do Estado do Rio de Janeiro (27,5% do total), das regiões de Minas (26,0%) e do Nordeste (23,7%). Os imigrantes nascidos na região da Bahia compreendem 9,7% do total. Cada uma das restantes regiões contribuiu com menos de 4% do total.

A baixa proporção de apenas 39,8% de novos migrantes (residindo há menos de 11 anos no Rio) sugere que a imigração decaiu na última década, embora não nos proporcione nenhum indício sobre a migração para as cidades de sua área metropolitana. A elevada proporção de 74,2% de imigrantes com última residência em áreas urbanas indica que a migração direta das áreas rurais para o Rio não é muito freqüente.

4.1.1

Taxas de Migração Líquida entre 1960/70

Esta subseção apresenta taxas de migração líquida estimadas por grupos de idade decenais entre 10 e 59 anos, para ambos os sexos, no período 1960/70. Essas taxas foram estimadas por meio da técnica *Forward Census Survivorship Technique*, aplicando-se um fator de correção às relações de sobrevivência nacional para se deduzirem as diferenças entre a mortalidade no Rio de Janeiro e no País como um todo. Este fator é obtido relacionando-se as relações de sobrevivência da tábua de vida para a Gunabara com as relações de sobrevivência da tábua de vida nacional, ambas apresentadas no Apêndice. A imigração de estrangeiros, considerada insignificante no período, não é levada em conta. Todas as taxas, calculadas com base na população em 1970, são apresentadas na Tabela IV.1.

A taxa de migração líquida de 11,3% para o Rio de Janeiro em 1960/70 é consideravelmente menor do que a mesma taxa na região VI como um todo (21,2%), sugerindo isto que cidades periféricas ao Rio e pertencentes à sua área metropolitana provavelmente receberam mais imigrantes no período do

TABELA IV.1

TAXAS DE MIGRAÇÃO LÍQUIDA NO RIO ENTRE
1960/70, POR GRUPOS DE IDADE — 1970
(%)

Grupos de Idade em 1970	Taxas de Migração Líquida
10 — 19	14,5
20 — 29	27,1
30 — 39	5,5
40 — 49	— 0,2
50 — 59	— 3,8
10 — 59	11,3

que a cidade em si. O número estimado de imigrantes líquidos para o Rio com idade de 10-59 em 1970 (346,2 mil) é somente 29,3% da estimativa para a região VI (1.179,7 mil).

A taxa de migração líquida para o Rio em 1960/70 situa-se entre as menores, quando comparada com as taxas regionais, e está bem abaixo da média nacional de 18,4%.

De acordo com a tabela, pode-se concluir que o Rio de Janeiro teve um acréscimo líquido de migração de população com idades entre 10-39 em 1970, porém experimentou certa perda entre o grupo de idade de 40-59 no mesmo ano, provavelmente como resultado da transferência de servidores públicos para Brasília naquele período. Finalmente, os dados sugerem que a maioria dos imigrantes chegados ao Rio entre 1960/70 contava com idades entre 15-25 anos.

4.2

Diferencial Demográfica entre Migrantes e Não-Migrantes no Rio de Janeiro

4.2.1

Composição por Sexo e Idade

A Tabela IV.2 demonstra a existência de acentuadas diferenças por sexo e idades dos imigrantes e não-migrantes no Rio de Janeiro, bem como entre novos e antigos emigrantes. A comparação desta tabela com as Tabelas II.1 e II.2 no Capítulo II comprova que os imigrantes no Rio de Janeiro são, em média, mais idosos do que os imigrantes urbanos na região VI e em qualquer região do País. Somente 10,5% dos migrantes no Rio de Janeiro têm idade abaixo de 15 anos, enquanto que a proporção de migrantes com essa mesma idade nas áreas urbanas do Brasil como um todo é de 19,7%.

O coeficiente de masculinidade entre imigrantes no Rio de Janeiro é menor do que em qualquer região, e inferior ao coeficiente da população nativa. Este resultado reforça a presunção de que há uma maior proporção de mulheres do que de homens entre os que imigram para as cidades mais importantes do País e sugere que a composição por sexo entre os migrantes varia de acordo com a importância e o tamanho da cidade. Provavelmente, os imigrantes no Rio apresentam o menor coeficiente de masculinidade quando comparado com qualquer outro grupo idêntico no País.

TABELA IV.2

ESTRUTURA POR IDADES E COEFICIENTES DE MASCULINIDADE DOS MIGRANTES E NATIVOS NO RIO EM 1970

Grupos de Idade	Estrutura de Idades				Coeficientes de Masculinidade (%)			
	Migrantes			Nativos	Migrantes			Nativos
	Novos	Antigos	Total		Novos	Antigos	Total	
0-14	23,5	1,9	10,5	46,3	81,2	103,6	90,7	103,5
15-29	45,9	19,2	29,8	26,9	79,8	83,8	81,2	96,0
30-44	20,9	37,6	31,0	14,6	84,8	87,1	86,5	92,5
45-59	6,7	26,8	18,8	8,4	64,4	82,8	80,0	81,5
60 e +	3,0	14,5	9,9	3,8	63,9	65,2	65,2	67,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	81,3	82,2	81,9	96,3

4.2.2

A Fecundidade de Migrantes e de Naturais

A informação pertinente sobre a fecundidade de imigrantes e naturais no Rio de Janeiro é apresentada na Tabela IV.3. Essas taxas foram estimadas pela Técnica de Brass.¹ As estimativas para antigos e novos migrantes não são apresentadas porque a amostra não foi bastante ampla para permitir tal análise.

As relações P/F (Parturição-Fecundidade Corrente Acumulada) para o grupo de idade de 20-24 são menores do que as relações P/F para o grupo de idade de 25-29 em ambos os grupos da população e, como já interpretado anteriormente neste trabalho, parecem indicar que a fecundidade do primeiro declinou na última década. Os padrões etários das relações P/F sugerem que esse decréscimo está ocorrendo provavelmente há mais de 10 anos, especialmente entre os naturais da cidade.

As taxas de fecundidade total foram estimadas corrigindo-se em 26% a fecundidade corrente declarada. Uma notável diferença entre a fecundidade de migrantes e naturais pode ser observada (Naturais — 2,5; Migrantes — 3,2), indicando que a imigração aumenta a fecundidade da cidade. No entanto, é digno de nota que os imigrantes no Rio de Janeiro tenham uma das menores taxas de reprodução quando comparados com todos os grupos de população analisados neste trabalho, sendo, inclusive, menor do que a fecundidade dos não-migrantes na região de São Paulo, grupo este que apresenta um dos menores níveis reprodutivos no Brasil. Em suma, a migração para o Rio de Janeiro tem produzido diminuição das disparidades regionais de

¹ Ver Seção 2.2 do Capítulo II.

TABELA IV.3

FECUNDIDADE DOS IMIGRANTES, NATIVOS E POPULAÇÃO TOTAL NO RIO
ENTRE 1960/70

Grupos de Idade	Relações P/F			Taxas de Fecundidade (%)			Distribuição Etária da Fecundidade (%)		
	Nativos	Migrantes	Total	Nativos	Migrantes	Total	Nativos	Migrantes	Total
15-19	2,22	1,27	1,72	2,19	5,27	3,34	4,34	8,31	5,68
20-24	1,23	1,21	1,27	14,82	14,52	15,01	29,39	22,90	25,54
25-29	1,30	1,34	1,35	15,42	16,46	16,66	30,59	25,97	20,11
30-34	1,38	1,44	1,51	8,45	13,99	11,82	16,76	22,07	28,34
35-39	1,48	1,39	1,43	5,81	8,42	7,31	11,52	13,28	12,44
40-44	1,40	1,33	1,37	3,06	3,28	3,29	6,07	5,17	5,58
45-49	1,33	1,36	1,34	0,67	1,46	1,35	1,33	2,30	2,30
Total	1,26*	1,27*	1,31*	2,52**	3,17**	2,87**	100,00	100,00	100,00

* Fator de correção da fecundidade corrente registrada.

** Índice de fecundidade total.

fecundidade por aumentar a reprodução da cidade. Ao mesmo tempo, parece que essa imigração tem ocasionado certa compressão na fecundidade nacional, uma vez que os imigrantes na cidade apresentam menor reprodução do que os não-migrantes das áreas urbanas de suas regiões de origem.

A fecundidade da população do Rio de Janeiro (como um todo) é das mais baixas do País e semelhante ao padrão de inúmeros países europeus desenvolvidos. Um índice de fecundidade total de 2,8 é raramente encontrado entre qualquer comunidade brasileira. Não obstante, esse índice ainda sugere que o planejamento familiar (controle da natalidade) ainda é apenas modestamente adotado, mesmo entre os residentes de uma das mais importantes e desenvolvidas cidades do País.

Os padrões etários da fecundidade de migrantes e naturais são muito semelhantes, atingindo ambos o máximo no grupo de idade de 25-29 e a idade média em torno de 28,5 anos.

4.2.3

Mortalidade de Filhos de Migrantes e de Naturais

A estimativa de mortalidade infantil obtida pela aplicação da Técnica de Brass à proporção de crianças sobreviventes, de acordo com a idade da mãe e classificadas em imigrantes e naturais, encontra-se na Tabela IV.4. As séries de l_x (sobreviventes com idade x) e o correspondente cálculo de vida com as tabelas de vida Oeste indicam que as crianças no Rio têm uma mortalidade não muito diferente da vigente nas áreas urbanas das

TABELA IV.4

MORTALIDADE DOS FILHOS DOS MIGRANTES,
NATIVOS E POPULAÇÃO TOTAL NO RIO
ENTRE 1960/70

Idades	Nativos		Filhos de Migrantes		Total	
	l_x	\bar{e}_o	l_x	\bar{e}_o	l_x	\bar{e}_o
1	9394	62,1	8690	46,6	8984	53,6
2	9429	64,6	9205	60,6	9827	61,9
3	9485	66,2	8841	56,2	9124	60,2
5	9550	67,8	8663	55,1	9020	59,8
10	9674	61,7	8396	53,5	8705	57,1
15	9139	63,2	8237	52,7	8601	56,3
20	8721	59,4	8230	54,3	8391	55,9
Média *		66,2		57,3		60,6

* Média entre \bar{e}_o correspondente às idades 2, 3 e 5.

regiões de São Paulo e Sul como um todo, embora relativamente baixa segundo o padrão nacional.

A diferença entre a vida média ao nascer de filhos de migrantes e de naturais é surpreendente. Enquanto que o primeiro grupo apresenta uma média de 57,3 anos de vida média ao nascer, o segundo tem uma média estimada de 62,2 anos.

Se a diferença entre a mortalidade de crianças desses grupos é utilizada como indicador geral de diferenças entre a mortalidade de seus pais, e de diferenças em seus padrões de vida, pode-se concluir que os imigrantes no Rio encontram-se numa situação desvantajosa em comparação com os naturais.²

² Ver Seção 2.3 do Capítulo II.

Os dados disponíveis não proporcionam referências que permitam a análise das causas e fatores que provocam essas diferenças. Não obstante, pode-se argumentar que a diferença entre a mortalidade de filhos de migrantes e de nativos deriva substancialmente de condições habitacionais diversas, embora também se possa argumentar que níveis maiores e menores de educação contribuem para esse fenômeno, já que, como veremos mais adiante, há acentuada diferença entre os níveis educacionais dos dois grupos.

Em suma, esta análise dá origem a impressão de que a diferença entre a mortalidade de filhos de migrantes e de não-migrantes urbanos está relacionada com o tamanho e o desenvolvimento econômico do local de destino migratório. Os resultados desta subseção provavelmente apontam o caso mais extremo no Brasil.

4.3

Diferenças Econômicas e Sociais entre Migrantes e Naturais no Rio

4.3.1

Educação

Esta subseção fornece um quadro geral das diferenças entre o nível educacional de migrantes e naturais no Rio mediante análise comparativa das proporções de pessoas com pelo menos

10 anos de idade e pelo menos 1 ano (alfabetizado), 5 anos (primário) e 10 anos de educação em cada grupo. Esta subseção também compara o nível educacional dos grupos economicamente ativos. As informações pertinentes encontram-se na Tabela IV.5.

Uma diferença notavelmente grande entre os níveis de educação de migrantes e de naturais pode ser observada no Rio (ver Tabela IV.5), sendo ainda maior a diferença entre o nível educacional dos respectivos grupos economicamente ativos. Estas são as maiores diferenças observadas neste trabalho e, mais uma vez, dão margem à suposição de que esta é provavelmente a maior diferença que pode ser encontrada entre esses grupos em qualquer área urbana no Brasil.

Como foi observado, os migrantes antigos são mais instruídos do que os novos migrantes, resultado este que talvez esteja relacionado com as diferenças em suas estruturas de idade. Em suma, as diferenças entre a educação de migrantes e não-migrantes no Rio provavelmente explicam parte das diferenças na fecundidade e mortalidade dos dois grupos.

TABELA IV.5

NÍVEL EDUCACIONAL DE MIGRANTES E NATIVOS
NO RIO — 1970

Anos de Educação	Migrantes							
	Nativos		Novos		Antigos		Total	
	Total	Ativos	Total	Ativos	Total	Ativos	Total	Ativos
1	94,4	95,6	80,8	80,8	81,3	85,5	80,7	83,5
5	41,0	50,1	24,4	26,4	27,7	32,7	26,5	30,2
10	16,5	25,7	10,3	12,5	12,7	16,5	11,8	14,9

4.3.2

Atividade Econômica

Esta subseção trata da atividade econômica de migrantes e naturais do Rio. As definições e os critérios para confronto são semelhantes àqueles apresentados na Seção 3.2 do Capítulo III. A Tabela IV.6 fornece as taxas de atividade dos diversos grupos da população.

Como é observado, os migrantes de ambos os sexos têm maiores taxas de atividade econômica e uma vida bruta economicamente ativa mais longa do que os naturais, sendo esses parâmetros maiores entre os novos migrantes do que entre os antigos. As diferenças entre os níveis de atividade econômica feminina são maiores do que as diferenças entre os homens (migrantes — não-migrantes); e os resultados levam à conclusão de que a imigração para o Rio tem aumentado tanto o volume da força de trabalho como a taxa de atividade na cidade.

As taxas de atividade dos dois grupos e para cada sexo diferem nitidamente no primeiro grupo de idade, demonstrando que os imigrantes de ambos os sexos iniciam a atividade econômica mais cedo do que os naturais. Essas diferenças são acentuadas até o grupo de idades de 20-24, depois do que a diferença entre as taxas diminui consideravelmente.

A distribuição setorial da força de trabalho de cada sexo e grupo da população consta da Tabela IV.7, a qual demonstra existirem diferenças substanciais entre a distribuição de migrantes e nativos, particularmente entre as mulheres. O coeficiente de desigualdade entre as distribuições masculinas é de 9,6% e, entre as distribuições femininas, de 32,3%.

A comparação das distribuições dos antigos e novos migrantes sugere, como aliás em outro ponto deste trabalho, que os migrantes experimentam mobilidade intersetorial à medida que

TABELA IV.6

TAXAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA BRUTA, PADRONIZADA E POR GRUPOS DE IDADE E DURAÇÃO BRUTA DE VIDA ECONOMICAMENTE ATIVA DOS MIGRANTES E NATIVOS NO RIO, POR SEXO — 1970

Grupos de Idade	Homens				Mulheres			
	Migrantes			Nativos	Migrantes			Nativos
	Novos	Antigos	Total		Novos	Antigos	Total	
10 — 14	0,0418	0,0846	0,0523	0,0155	0,0914	0,1072	0,0948	0,0214
15 — 19	0,5338	0,4413	0,4974	0,2913	0,5464	0,3431	0,4529	0,1933
20 — 24	0,9216	0,8312	0,8905	0,7553	0,5370	0,4296	0,4986	0,3924
25 — 54	0,9403	0,9115	0,9199	0,9164	0,3877	0,3426	0,3560	0,2963
55 — 59	0,6700	0,6621	0,6636	0,6248	0,1622	0,2240	0,2158	0,1922
60 e +	0,4033	0,3687	0,3747	0,3409	0,0572	0,0974	0,0923	0,0735
Bruta *	0,7590	0,7782	0,7717	0,5485	0,3871	0,3015	0,3302	0,2175
Padronizada **	0,6659	0,6329	0,6472	0,5870	0,3446	0,2910	0,3238	0,2248
Duração de Vida Ativa ***	39,54	37,44	38,12	35,93	18,12	15,80	16,99	12,88

* Taxa bruta de atividade.

** Taxas padronizadas, ver Seção 3.2 do Capítulo III.

*** Duração bruta de vida economicamente ativa entre 10 e 60 anos de idade.

o período de residência aumenta. A Indústria e o Comércio⁸ são importantes setores na absorção de migrantes masculinos na época da chegada. À medida que o período de residência aumenta, parece ocorrer deslocamento de parte da mão-de-obra migrante, desses dois setores para os de Transportes, Atividade Social e Administração Pública. Isto sugere que provavelmente ocorre uma transferência de mão-de-obra masculina de atividades precariamente estruturadas e de baixa especialização e produtividade para os setores mais produtivos e especializados.

Os Serviços e a Indústria são os setores que mais absorvem força de trabalho feminina migrante. Com o decurso do tempo, a proporção de mulheres migrantes nos serviços decresce acentuadamente, mas, mesmo assim, este é ainda o setor que retém mais mão-de-obra deste grupo, abrangendo 50,5% da população economicamente ativa. Os dados sugerem que as migrantes deslocam-se sobretudo dos Serviços (provavelmente de serviços domésticos) para a Atividade Social e Administração Pública, embora o Setor Industrial (provavelmente manufatureiro) também receba uma proporção desse fluxo intersetorial, à medida em que aumenta o tempo de residência na cidade.

A comparação da distribuição setorial da força de trabalho de ambos os sexos e grupos por nível de educação demonstra, como foi observado na análise regional, que a maior diferença é observável entre analfabetos, sendo 25,9% o coeficiente de desigualdade entre a distribuição de migrantes e naturais deste grupo educacional. Vale observar que a menor diferença ocorre entre migrantes e naturais com um a cinco anos de educação e que a diferença entre a distribuição de migrantes e não-migrantes com pelo menos 10 anos de educação é relativamente ampla, com um coeficiente de desigualdade de cerca de 11,1%. Este resultado, em certa medida, diverge dos resultados da análise regional.

⁸ Sobre a classificação setorial, ver a Seção 3.2 do Capítulo III.

Em suma, os dados confirmam a suposição de que as diferenças na distribuição setorial de migrantes e não-migrantes são maiores nas cidades mais desenvolvidas do que nas regiões e no Brasil como um todo, mesmo quando é considerada a educação de migrantes e não-migrantes.

O desemprego aberto parece ser mais acentuado entre os naturais do que entre os migrantes, sendo maior a diferença entre as mulheres do que entre os homens. Enquanto o censo apontou uma taxa de desemprego aberto de 3,8% entre os nativos masculinos, apurou somente 2,8% entre migrantes do mesmo sexo. As proporções respectivas entre as mulheres foram: 2,7% entre as naturais e 1,6% entre as migrantes.

Em resumo, a diferença entre o nível de desemprego de migrantes e naturais confirma o mesmo sentido existente entre os grupos nas regiões, parecendo que a diferença é maior no Rio de Janeiro do que em qualquer outra região analisada.

Os dados sobre a categoria na atividade econômica para ambos os sexos demonstram uma proporção maior de Empregadores (2,9%) e Trabalhador por Conta Própria (autônomo) (13,5%) entre migrantes do que entre naturais (1,4% e 9,1%, respectivamente). Os resultados são semelhantes àqueles encontrados na análise regional. Esta pesquisa comprova também que há transferências de migrantes da categoria de empregados para os dois *status* mencionados à medida que aumenta o período de residência. A proporção de empregados decresce de 90,3% entre os novos migrantes para 79,4% entre os antigos, enquanto que a proporção de empregadores e trabalhadores por conta própria (autônomos) eleva-se de 0,9 e 8,2% entre os primeiros para 3,9 e 16,3%, respectivamente, entre os últimos.

Portanto, cabe a suposição de que a mobilidade intersetorial de migrantes é acompanhada por mudanças em sua categoria na atividade econômica no Rio de Janeiro. Esta mobilidade, como veremos mais adiante, pode constituir-se em um dos fatores explicativos das diferenças entre a renda média de

novos e antigos migrantes, e também explicar parcialmente a maior renda média de migrantes do que se poderia esperar, caso se levasse em conta somente sua estrutura por idade e nível educacional.

4.3.3

População Economicamente Inativa

Esta subseção trata da distribuição dos migrantes e nativos economicamente inativos, segundo a categoria, no Rio de Janeiro. Maior atenção é dispensada à participação dos grupos nos sistemas educacional e de aposentadoria, o que é expresso pelas proporções de estudantes em relação ao número de pessoas com 10-25 anos e pela proporção de trabalhadores aposentados em relação às pessoas com pelo menos 60 anos, respectivamente. Dessa maneira, são minimizados os efeitos das diferenças entre as estruturas etárias dos migrantes e nativos sobre as distribuições dos inativos segundo a categoria.

Como foi observado, a distribuição de inativos por categoria difere acentuadamente entre migrantes e naturais, principalmente por causa das diferenças na estrutura de idade. A proporção de trabalhadores aposentados entre migrantes é maior do que entre naturais, enquanto que a diferença entre a proporção de estudantes apresenta sentido inverso. Não obstante, a parte inferior da tabela demonstra que os nativos têm maior participação nos sistemas educacionais e de aposentadoria do que os migrantes.

Em resumo, os migrantes no Rio de Janeiro não participam dos sistemas educacional e de aposentadoria nas mesmas

TABELA IV.8

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE INATIVA, SEGUNDO A POSIÇÃO NO EMPREGO
E PARTICIPAÇÃO NOS SISTEMAS EDUCACIONAL E DE APOSENTADORIA, POR
GRUPO E SEXO, NO RIO DE JANEIRO — 1970

Status	Distribuição da População Inativa							
	Homens Migrantes			Nativos	Mulheres Migrantes			Nativos
	Novos	Antigos	Total		Novos	Antigos	Total	
	Estudantes	65,6	22,0	38,5	75,8	22,1	6,2	11,5
Aposentados	10,7	61,2	42,1	11,9	1,3	7,7	5,5	4,5
Outros	23,7	16,8	19,4	12,3	76,6	86,1	82,9	57,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Participação no Sistema (%)							
Sistema Educacional	40,3	21,3	37,2	64,7	30,1	38,5	32,7	60,2
Aposentadoria	83,1	107,4	104,1	114,2	20,8	33,9	32,2	54,5

proporções que os naturais. Desde este ponto de vista, encontram-se em situação desvantajosa e provavelmente suas maiores taxas de atividade econômica estão relacionadas com suas reduzidas taxas de participação nesses dois sistemas. Os números demonstram que os migrantes nas cidades mais desenvolvidas estão em situação relativamente inferior aos migrantes urbanos nas regiões como um todo, quando comparados com os não-migrantes. Apesar disso, vale observar que os migrantes no Rio de Janeiro têm uma participação educacional e de aposentadoria mais elevada do que os migrantes em qualquer região.

4.3.4

Rendimentos⁴

Esta subseção compara os rendimentos pessoais dos migrantes e naturais com pelo menos 10 anos de idade. A análise refere-se apenas à população que percebeu rendimentos no ano anterior ao censo. A Tabela IV.9 fornece os dados básicos para as comparações.

A renda média dos nativos do Rio é, em geral, 5,6% mais elevada do que a renda média dos migrantes, resultado este semelhante à nossa constatação para a região VI como um todo, e divergente aos resultados de pelo menos sete regiões, onde os migrantes têm renda média mais elevada do que os não-migrantes. Como foi observado na análise regional, os migrantes inter-regionais estão “em melhores condições” do que os migrantes intra-regionais, sendo sua renda média 34% maior do que

⁴ A renda média foi calculada diretamente quando da tabulação dos dados.

TABELA IV.9
 RENDIMENTOS DE MIGRANTES E NATURAIS
 NO RIO — 1970

Grupos	Proporção com Rendimento (%)		Renda Média (Base) *
	Menos de Cr\$ 151,60	Mais de Cr\$ 500,00	
Naturais	16,7	28,5	105,6
Total de Migrantes	19,0	27,2	100,0
Inter-Regional	17,4	29,4	106,5
Intra-Regional	23,8	20,0	79,5
Menos de 5 Anos de Residência	28,5	15,6	75,5
5-10 Anos de Residência	22,2	22,4	94,0
11 Anos e Mais de Residência	15,7	31,5	109,9

* Base = Renda média dos migrantes.

a renda média de migrantes com última residência no Estado do Rio de Janeiro.⁵

Com base nos dados da tabela, é possível admitir que a renda média de migrantes aumenta com o tempo de residência, embora uma parcela deste aumento seja devida ao aumento de idade.

A distribuição de migrantes e naturais por classe de rendimentos quase não difere, sendo que o coeficiente de desigualdade entre eles é de somente 6,5%. O coeficiente entre a distribuição de migrantes inter e intra-regionais é um pouco mais elevado, em torno de 10,2%.

⁵ Como na Seção 3.3 do Capítulo III, a classificação de migrantes inter e intra-regionais é feita segundo sua última região de residência.

Em suma, somente os migrantes com menos de cinco anos de residência no Rio de Janeiro e aqueles provenientes do Estado do Rio de Janeiro aparentam uma situação econômica desvantajosa quando comparados com os naturais.

A diferença entre a “renda média esperada” de migrantes e naturais pela padronização indireta das estruturas de idade e nível educacional parece ser maior do que as diferenças entre a sua renda média real, principalmente devido às diferenças em educação.⁶ A Tabela IV.10 demonstra que, enquanto a educação é um fator que amplia as diferenças na renda média dos dois grupos, a idade tem um efeito contrário, e mostra que a diferença de 5,6% é consideravelmente menor do que os 25,1% esperados no caso hipotético.

TABELA IV.10
COMPARAÇÃO ENTRE RENDAS MÉDIAS ATUAIS E
PREVISTAS DE GRUPOS DA POPULAÇÃO
(Base = Renda Média de Migrantes)

Grupos	Atual	Prevista por		
		Educação	Idade	Total
Naturais	105,6	131,7	94,4	125,1
Migrantes	100,0	100,0	100,0	100,0
Novos Migrantes	84,6	93,3	86,3	79,6
Velhos Migrantes	109,9	104,6	108,3	112,9

Portanto, é possível argumentar que outros fatores — provavelmente maior número de horas de trabalho, por exemplo — dão origem a maior renda média entre migrantes do que poderia ser esperada se fossem consideradas somente suas estru-

⁶ Em relação à padronização, ver Seção 3.3 do Capítulo III.

turas de idade e educação, conclusão, aliás, que pode ser estendida a qualquer região estudada neste trabalho.⁷

A dispersão de renda de 0,5364 (coeficiente de desigualdade)⁸ calculada para os naturais do Rio de Janeiro é a maior observada nos grupos analisados neste trabalho, ultrapassando, inclusive, a elevada variação de 0,5053 observada entre migrantes urbanos no Nordeste, conforme observado na análise regional do Capítulo III.

A variação de rendimentos, da ordem de 0,4074 entre migrantes no Rio de Janeiro, é consideravelmente inferior à observada na distribuição de rendimentos dos nativos e semelhante à anotada entre migrantes urbanos, tanto no Brasil como um todo quanto na região VI. Portanto, pode-se argumentar que a imigração no Rio de Janeiro reduz a desigualdade da distribuição pessoal de renda na cidade.

4.4

Conclusões do Capítulo

A análise das diferenças entre imigrantes e naturais no Rio de Janeiro revelou-se útil para uma melhor compreensão do papel dos migrantes nos processos de urbanização e desen-

⁷ É possível argumentar que a diferença entre as rendas médias "atual" de naturais e migrantes é menor do que a diferença entre suas rendas médias "prevista", em decorrência de a renda média "atual" dos nativos ser menor do que a sua renda "prevista". Esta suposição parece improvável e não existe informação para confirmá-la.

⁸ Para o uso do coeficiente de desigualdade, ver Subseção 3.7.5 do Capítulo III.

volvimento urbano. A análise também mostrou que, em um dos maiores e mais desenvolvidos centros urbanos do Brasil, os imigrantes não se encontram em situação econômica desvantajosa em relação aos nativos, se esta avaliação é efetuada pela comparação de suas rendas médias, nível de atividade econômica e níveis de desemprego.

Apesar disso, o censo sugere que os imigrantes estão socialmente em situação inferior à dos naturais se a mortalidade mais alta de seus filhos e sua fecundidade mais elevada e nível educacional mais baixo puderem ser tomados como reflexos de tais diferenças. Finalmente, há uma proporção mais reduzida de imigrantes do que de naturais nos sistemas educacional e de aposentadoria.

Contudo, deve ser salientado que os imigrantes no Rio de Janeiro têm, em geral, níveis sócio-econômicos mais altos do que a média nacional de migrantes urbanos no País como um todo, e também do que a média de migrantes urbanos nas regiões VI e VII, as mais desenvolvidas do País.

Os dados disponíveis não permitem inferir se esses níveis sócio-econômicos resultam da seletividade migratória nas regiões de origem, ou de sua adaptação e assimilação aos padrões e estrutura da cidade. Não obstante, dada a magnitude das diferenças entre suas características e a média ponderada dessas mesmas características para não-migrantes em suas regiões de origem, pode-se concluir que os migrantes no Rio de Janeiro apresentam uma considerável adaptação à cidade, experimentando fecundidade menor, mortalidade infantil inferior e renda e educação mais elevadas do que provavelmente teriam caso não tivessem migrado.

Em resumo, visto que os imigrantes no Rio de Janeiro são economicamente bem sucedidos e como a maioria deles provém de áreas menos desenvolvidas, cabe a conclusão de que eles elevaram seus padrões de vida e têm sido um fator positivo para o desenvolvimento econômico da cidade, bem como para o desenvolvimento econômico do País como um todo.

V

URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO INTERNA: RESUMO E DISCUSSÃO DAS CONCLUSÕES

Este trabalho representa uma tentativa para estabelecer as principais dimensões de alguns efeitos e relações entre migrações internas e urbanização no Brasil, sendo seus resultados gerais porque os dados disponíveis revelaram-se inadequados para uma compreensão mais abrangente e mais detalhada do problema. Há necessidade de mais pesquisas para se obter uma descrição mais completa do desempenho dos migrantes urbanos no processo de urbanização, e para responder com maior rigor às questões concernentes à sua adaptação às áreas de destino migratório. Para explorar e testar em detalhes essas questões complexas, são necessárias técnicas mais sofisticadas e uma série de informações mais detalhadas que, infelizmente, só podem ser obtidas através de levantamentos estatísticos difíceis e dispendiosos.

Contudo, os dados de censo demonstraram que são úteis como subsídios para algumas estimativas e análises e para o conhecimento geral dos processos envolvidos.

A impossibilidade de investigar as diferenciais entre migrantes e não-migrantes, segundo a categoria da área urbana de destino migratório, constitui uma das limitações mais importantes desta pesquisa. Embora tenham sido solicitadas tabulações especiais para estas análises, elas não puderam ser usadas porque o censo não tinha sido totalmente computado ao ser iniciada esta pesquisa. Não obstante, a análise do Rio de Janeiro como estudo de caso demonstrou ser útil para um melhor entendimento do papel e situação dos migrantes em cidades grandes e desenvolvidas.

5.1

Resumo das Conclusões

Embora o Brasil tenha experimentado um rápido crescimento populacional urbano e de urbanização nos últimos 30 anos, 60,5% da população brasileira ainda vivem em pequenas cidades (menos de 20 mil habitantes) e em áreas rurais. Assim, a importância e complexidade do processo urbano brasileiro resultam não de seu atual grau de urbanização, expresso pela proporção de pessoas residentes em áreas urbanas, mas do tamanho da população urbana, da ampla e complexa rede de cidades e da existência de 10 áreas metropolitanas de considerável tamanho.¹

¹ Entre outros, ver H.C. Tolosa, "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Uma Visão Econômica", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 2, n.º 1 (junho de 1972), pp. 143-156; P. Geiger *et al.*, "Concentração Urbana no Brasil: 1940-1970"; in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 2, n.º 2 (dezembro de 1972), pp. 411-432.

O aumento natural da população urbana constitui ainda um importante componente de seu crescimento, sobretudo por causa de sua elevada taxa de fecundidade, demonstrando que o controle da natalidade não é comum mesmo entre as populações urbanas no Brasil. A taxa de crescimento natural da população urbana pode ser calculada, aproximadamente, em torno de 2,4% a.a. entre 1960/70, baseada em estimativas de uma taxa de natalidade em torno de 36 por mil e de mortalidade em volta de 12 por mil no mesmo período.² Se for levado em conta que 7,6% do aumento da população urbana no período ocorreram pela incorporação de novas áreas urbanas, a contribuição direta da migração para este crescimento pode ser calculada em 2,3% a.a. — ou uma taxa semelhante à taxa de crescimento natural.

A taxa relativamente baixa de crescimento da população rural nos últimos 30 anos e seu decréscimo em 1960/70 constituem características das mais expressivas das recentes tendências demográficas no Brasil. A emigração rural foi o principal fator da reduzida taxa anual de crescimento, de 0,6% a.a. no período 1960/70. A taxa de crescimento natural rural pode ser estimada em torno de 3,4% a.a., baseada em estimativas de uma taxa de natalidade de 47‰ e de mortalidade de 13 por mil. Portanto, a taxa de emigração líquida rural pode ser estimada como 2,3% ao ano no período.

Apoiados no tamanho da população rural e em suas taxas demográficas (aumento natural, natalidade e taxas de mortalidade), cabe argumentar que a complexidade dos problemas sociais e demográficos entre as comunidades rurais não pode

² Estimados pela aplicação das taxas de fecundidade e tábuas de sobrevivência para a população calculada em 1965. Veja M.A. Costa, "Componentes do Crescimento Demográfico Urbano-Rural e Total entre 1960/70", in *Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais*, Série Monográfica (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976), n.º 22 (no prelo).

ser ignorada no Brasil. As áreas rurais ainda estão absorvendo uma proporção considerável do crescimento da população no Brasil, e a elevada taxa de aumento natural continuará a desempenhar um importante papel nas tendências futuras da população e de seus problemas sócio-econômicos correlatos. Embora a emigração rural possa ser considerada como um fator descompressor das pressões econômicas e sociais nas áreas rurais, o seu ritmo não é suficientemente rápido para reduzir a necessidade de programas sociais e econômicos nessas áreas.

A análise dos componentes do crescimento natural nas áreas urbanas e rurais apóia fortemente a suposição de que o declínio da taxa natural do crescimento populacional de 3,0 para 2,8% no Brasil como um todo, nos últimos 20 anos, não assinala necessariamente o início de qualquer tendência bem definida de redução da taxa de crescimento da população, como tem sido freqüentemente admitido. Se a mortalidade urbana e rural decrescer no futuro próximo, como se deve esperar, visto que são necessários apenas programas de saúde e sanitários relativamente modestos para produzir esse resultado na maioria das regiões, poderemos esperar aumento da taxa nacional do crescimento populacional se a fecundidade não diminuir proporcionalmente. E isto parece improvável ocorrer se não forem fortemente intensificados os programas educacionais e sociais, e não se implantarem amplos programas de planejamento familiar no País.

As análises sobre urbanização indicam que as cidades de 50 a 100 mil habitantes vêm desempenhando um importante papel na redistribuição geográfica da população. Como foi demonstrado em um recente estudo, a urbanização não parece estar diretamente associada com a industrialização,³ mas,

³ O. Smolka e C.A. Lodder, "Concentração, Tamanho Urbano e Estrutura Industrial", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, n.º 2 (junho de 1973), pp. 447-68.

como pode ser deduzido de outro estudo, a migração interna tem sido um poderoso elemento na emergência do sistema urbano nacional e do conseqüente aumento das economias de escala e de aglomeração.⁴

Embora se venha registrando rápida urbanização em todas as regiões, muitas ainda se encontram no primeiro estágio de tal processo, o qual pode ser definido por rápidas taxas de crescimento populacional urbano e rural associadas com a expansão do sistema urbano. As regiões do Rio e São Paulo eram as únicas que, em 1970, podiam ser consideradas verdadeiramente urbanizadas desde um ponto de vista demográfico. Nas regiões restantes, o quadro é semelhante: baixos graus de urbanização, a maior parte da população vivendo em pequenas cidades e áreas rurais, embora quase todas as regiões contem com expressiva área metropolitana.

As análises têm demonstrado que as migrações internas, tanto em nível intra como em inter-regional, são importantes componentes do crescimento da população urbana. Não obstante a maioria de migrantes no Brasil ter-se deslocado para comunidades urbanas, a migração rural-rural é ainda importante componente da migração interna global no País.

A direção regional das migrações internas tem apresentado poucas mudanças nos últimos 30 anos. As regiões do Paraná e do Oeste desempenharam um importante papel como áreas de destino migratório nos últimos 20 anos, enquanto que o Rio de Janeiro e São Paulo parecem ter diminuído suas taxas de imigração no mesmo período.

Os dados de censo sugerem que a migração urbana aumentou na segunda metade da década de 60, sendo o Rio de Janeiro a única exceção à regra. Esta região provavelmente experimentou um decréscimo em sua taxa de imigração, associado com algum aumento em sua taxa de emigração entre 1960 e 1970.

⁴ M.A. Costa, *op. cit.*

Ao contrário da difundida opinião, as migrações urbana-urbana desempenham papel importante no processo migratório global do País. Assim, a migração interna é um importante componente tanto do crescimento da população urbana como do seu processo de redistribuição geográfica.⁵

A comparação entre as estruturas de idade do migrante e não-migrante urbano demonstrou ser uma das diferenças demográficas mais importantes entre estes grupos. Enquanto que 69% dos migrantes situam-se na faixa de idade de 15-54, somente 43% de não-migrantes incluem-se naquele grupo de idade.

As estruturas de idade das populações masculina e feminina quase não diferem, embora as composições de idade dos novos e antigos migrantes demonstrem consideráveis diferenças.

Dado que quase 1/3 de novos migrantes tem idade abaixo de 15 anos, pode-se concluir que o deslocamento de famílias inteiras é uma característica comum da migração urbana no Brasil. Podemos argumentar também que os migrantes urbanos em 1960/70 chegaram aos seus destinos, em média, com pouco menos de 20 anos de idade. Estas conclusões podem ser estendidas à maioria das regiões, sendo o Rio de Janeiro a única exceção, provavelmente por causa do aparente decréscimo imigratório para esta região nos anos 60.

O estudo também demonstra que, enquanto há uma maioria feminina entre os migrantes com menos de 30 anos de idade, ocorre uma maioria masculina entre migrantes com idades entre 30 e 59 anos. A maioria feminina nos grupos de idade abaixo de 30 é observada tanto entre os antigos como entre os novos migrantes, embora esta diferença pareça estar diminuindo.

As taxas de fecundidade estimadas pela Técnica de Brass sustentam a hipótese de que as populações rurais do Brasil têm níveis reprodutivos mais elevados do que as populações urba-

⁵ Extraído de M.A. Costa, *op. cit.*

nas. Não há diferenças nos padrões etários de fecundidade desses grupos dentro das regiões, e seus níveis reprodutivos são provavelmente mais afetados pelas condições econômicas e sociais regionais do que pela residência urbana ou rural das populações.

A fecundidade urbana encontrada na maioria das regiões figura entre os resultados mais importantes do estudo. A urbanização (expressa como percentagem da população em comunidades urbanas) desempenha somente uma modesta função no declínio da fecundidade no Brasil.

A análise não demonstrou uma nítida direção nas diferenças entre a fecundidade de migrantes urbanos e fecundidade de não-migrantes. Enquanto que no Rio, São Paulo e Paraná os migrantes têm um nível reprodutivo maior do que os não-migrantes, em muitas outras regiões é observado o contrário.

A reprodução dos migrantes decresce à medida que o tempo de residência aumenta e, em algumas regiões, torna-se menor do que a fecundidade dos não-migrantes.

A investigação demonstra que a reprodução dos novos migrantes é menor do que a reprodução da população rural na maioria das regiões. Conseqüentemente, é possível admitir que a migração rural-urbana seja uma componente redutora da fecundidade global do País, se admitirmos que os migrantes das áreas rurais teriam a mesma fecundidade do que a população rural, caso não tivessem migrado.

Por outro lado, o estudo não sustenta a difundida suposição de que a migração freqüentemente aumenta as taxas de fecundidade urbana, embora este efeito seja visível nas regiões de imigração líquida: Rio, São Paulo e Paraná.

Não há um padrão coerente de diferenças entre a mortalidade das populações regionais urbanas e rurais. A análise demonstra que os filhos de migrantes têm expectativa de vida ao nascer menor do que a dos filhos de não-migrantes urbanos e menor do que a expectativa de vida das crianças do meio rural

na maioria das regiões. Isto sugere que a migração rural-urbana envolve um considerável custo social para os migrantes, desde que, se eles não tivessem emigrado, seus filhos teriam tido o mesmo nível de mortalidade das crianças dos não-migrantes no meio rural.

A análise também demonstrou que a expectativa de vida média dos filhos dos migrantes urbanos aumenta à medida que se eleva o tempo de duração de residência, embora os filhos de migrantes freqüentemente pareçam ter mortalidade mais elevada do que os de não-migrantes.

As divergências regionais na mortalidade e seus elevados níveis em muitas regiões se incluem dentre os resultados mais surpreendentes desta pesquisa. São elas encontradas não somente entre as populações regionais como um todo, mas também entre as populações regionais de cada subgrupo.

A comparação entre os níveis de fecundidade e mortalidade dos migrantes urbanos e não-migrantes sugere que provavelmente as diferenças entre suas taxas de crescimento natural são bem reduzidas. Infelizmente, não há informações suficientes para estimar suas taxas de natalidade e mortalidade entre 1960/70. Não obstante, pode-se admitir que as taxas de crescimento natural não diferirão significativamente, porque seus índices de fecundidade total praticamente não divergem, cabendo esperar que as diferenças entre suas taxas de mortalidade sejam proporcionalmente menores do que as diferenças entre suas vidas médias ao nascer por causa das diferenças nas suas estruturas etárias. Assim, parece que a contribuição direta das migrações internas para o crescimento da população urbana é mais importante do que a indireta.

O nível educacional dos migrantes e não-migrantes nas comunidades urbanas não difere significativamente. Esta conclusão é obtida pela comparação das proporções de pessoas acima de 10 anos, com pelo menos um, cinco e dez anos de educação em cada grupo. Assim, diferenças educacionais não aparentam

ser fatores explicativos para as diferenças no *status* econômico e social dos dois grupos.

Os migrantes urbanos, masculinos e femininos, apresentam taxas de atividade econômica somente ligeiramente mais elevadas do que os não-migrantes do mesmo sexo dentro das mesmas regiões quando se padroniza a idade. Esta análise nos conduz à conclusão de que a migração rural-urbana resulta em redistribuição setorial da força de trabalho masculina, e aumento líquido da força de trabalho feminina no Brasil como um todo. Ambas, naturalmente, aumentam a força de trabalho nas áreas urbanas.

A análise das taxas de atividade por idades fornece evidência de que os migrantes urbanos iniciam, em média, suas atividades econômicas mais jovens do que os não-migrantes. Não obstante, as diferenças entre a vida bruta economicamente ativa dos grupos não diferem em mais do que 5%, em média, porque os não-migrantes retiram-se das atividades econômicas um pouco mais velhos do que os migrantes. As diferenças entre as taxas de atividade por idade de migrantes urbanos e não-migrantes femininos são um pouco maiores do que as encontradas entre os homens. A duração bruta da atividade econômica de migrantes mulheres é, em média, de 12% maior do que a encontrada entre os homens não-migrantes.

As diferenças entre a distribuição de migrantes e não-migrantes do mesmo sexo, de acordo com os ramos da economia afiguram-se muito pequenas. São um pouco maiores entre as mulheres do que entre os homens. A mobilidade intersetorial de migrantes ocorre com o aumento do tempo de residência, reduzindo as diferenças iniciais entre a distribuição setorial de migrantes e não-migrantes.

Os dados de censo fornecem informações que nos conduzem à conclusão de que os migrantes urbanos alcançam (em média) maior sucesso empresarial do que os não-migrantes. Os dados sustentam a conclusão de que há mudanças no *status* de

emprego de migrantes à medida que aumenta o tempo de residência.

Embora as diferenças entre as taxas de desemprego de migrantes e não-migrantes sejam reduzidas, os dados sugerem que provavelmente os segundos estão mais expostos ao desemprego do que os primeiros.

A participação de migrantes masculinos (com idade de 10 anos e mais) no sistema educacional é menor do que a participação dos não-migrantes do mesmo sexo, enquanto a participação no sistema de aposentadorias é relativamente mais alta entre os primeiros do que entre os últimos. A participação de mulheres migrantes em ambos os sistemas — educacional e de aposentadoria — é menor do que a participação de não-migrantes mulheres, embora possa ser observado que tais diferenças decrescem com o aumento do tempo de residência.

A análise das diferenciais de renda entre os migrantes urbanos e não-migrantes é bastante conclusiva: os migrantes têm rendas médias mais elevadas do que não-migrantes; os migrantes inter-regionais auferem rendas mais elevadas do que os migrantes intra-regionais, e os antigos migrantes recebem rendas médias mais elevadas do que novos migrantes.

A distribuição de rendimentos entre migrantes e não-migrantes é bastante similar no Brasil como um todo. Por conseguinte, pode-se argumentar que a migração urbana não contribui para aumentar a concentração de rendimentos pessoais no Brasil. Não obstante, cumpre destacar que os rendimentos são menos desigualmente distribuídos entre migrantes do que entre não-migrantes nas regiões mais desenvolvidas do País.

Os efeitos da migração urbana nas desigualdades regionais de renda não podem ser facilmente inferidos deste estudo. Não obstante, pode-se admitir que a migração inter-regional aumenta tais desigualdades, enquanto que a migração regional provavelmente as reduz em curto prazo, caso se admita que os migrantes teriam o mesmo padrão e nível de rendimentos que os não-migrantes

em suas áreas de origem. Finalmente, a diminuição das desigualdades na distribuição da renda urbana pessoal nas regiões mais desenvolvidas é bastante nítida, e um dos efeitos mais importantes das migrações urbanas.

5.2

Discussão das Conclusões

Os resultados deste trabalho sugerem que é bastante pessimista o ponto de vista de que a imigração urbana tem produzido somente efeitos negativos sobre o desenvolvimento urbano. Na verdade, a imigração urbana contribui para a modernização do País, o crescimento da economia total e a expansão geográfica do sistema urbano. De fato, as migrações implicam a redistribuição da força de trabalho das áreas rurais e, provavelmente, das áreas de economia estagnadas ou problemáticas para as áreas de produção para o mercado. Assim, pode-se dizer também que a migração interna contribui para a redução das pressões sociais nas áreas menos desenvolvidas do País.

A migração rural-urbana é um elemento contributivo do aumento da fecundidade nas áreas de destino, embora com um efeito depressivo na tendência nacional do fenômeno. Os efeitos de migração interna sobre o nível da mortalidade nacional não são tão nítidos, embora a análise indique que a imigração urbana aumenta a mortalidade nas áreas de destino.

Apoiado nos resultados deste trabalho, de que os migrantes urbanos não estão numa posição sócio-econômica desvantajosa, comparados com os não-migrantes, pode-se argumentar que a imigração está associada à formação da estrutura urbana

e econômica. Em outras palavras, parece que os imigrantes não entram numa estrutura já construída, mas contribuem para sua formação e desenvolvimento.

Do que foi dito, pode-se argumentar que qualquer política objetivando a interrupção da imigração urbana não se justifica de um ponto de vista macroeconômico. Os problemas urbanos (habitação, escola, emprego, etc.) nas áreas de destino migratório certamente são agravados pela migração interna, mas não resultam somente do processo migratório, mas, também, de problemas econômicos e de planejamento que afetam o País como um todo. Uma política de interrupção da imigração urbana somente poderá ser justificada numa perspectiva de planejamento de cidades individuais se admitirmos que o tamanho da população urbana afeta as condições de vida da comunidade.

Em resumo, uma política migratória não deve simplesmente objetivar a interrupção das migrações rural-urbana ou urbana-urbana, mas objetivar a reorientação de fluxos para núcleos urbanos selecionados. Esses núcleos devem ser escolhidos por um critério derivado de uma política urbana integrada no planejamento sócio-econômico global do País.

APÊNDICE

TABELAS

- A.1 — Taxas de Atividade Masculina, segundo os Grupos de Idade e Regiões, Migrantes e Não-Migrantes Urbanos — 1970
- A.2 — Taxas de Atividade Feminina, segundo os Grupos de Idade e Regiões, Migrantes e Não-Migrantes Urbanos — 1970
- A.3 — População Economicamente Ativa Urbana, segundo os Ramos de Atividade, Regiões e Grupos, Sexo Masculino — 1970
- A.4 — População Economicamente Ativa Urbana, segundo os Ramos de Atividade, Regiões e Grupos, Sexo Feminino — 1970

TABELA A.1

TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E REGIÕES,
MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS — 1970

(%)

Grupos de Idade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Brasil
Não-Migrantes											
10 — 14	3,75	5,40	6,19	5,11	6,83	2,42	8,10	7,46	5,50	5,22	5,91
15 — 19	35,57	31,64	38,69	37,36	49,22	33,94	54,62	53,78	43,61	44,26	44,07
20 — 24	78,28	72,26	75,61	76,15	80,34	78,81	84,00	84,24	80,01	82,21	79,78
25 — 54	94,39	93,21	91,62	92,57	92,33	90,86	92,92	93,82	89,53	93,93	92,02
55 — 59	86,39	83,22	80,87	82,09	77,53	64,07	68,33	73,60	65,43	80,97	73,42
Migrantes											
10 — 14	5,37	9,65	8,43	7,41	8,66	4,74	12,19	12,97	8,04	7,40	9,29
15 — 19	38,21	45,45	47,57	43,35	50,32	48,63	66,06	66,24	56,68	52,14	55,77
20 — 24	83,42	79,48	80,03	79,46	81,89	87,85	91,60	88,95	86,54	83,70	86,81
25 — 54	94,90	94,85	91,30	94,36	90,07	90,39	94,23	95,09	90,28	96,10	92,81
55 — 59	87,33	88,82	77,35	82,11	70,20	83,66	70,32	76,11	65,69	82,30	71,69
Novos Migrantes											
10 — 14	6,12	6,83	7,95	7,06	7,79	3,74	11,26	12,72	7,50	7,38	8,66
15 — 19	41,81	42,50	47,17	43,80	48,46	52,17	66,50	66,60	61,15	52,64	56,52
20 — 24	85,52	80,65	81,28	81,50	81,85	89,89	93,39	88,97	87,38	83,40	88,02
25 — 54	95,97	94,92	93,32	94,59	90,74	92,23	95,55	95,70	96,09	96,86	94,23
55 — 59	95,99	100,00	77,90	86,36	69,65	66,63	75,43	76,12	66,71	81,09	74,75
Migrantes Antigos											
10 — 14	—	22,87	10,76	9,23	13,14	7,75	16,37	14,57	10,32	7,54	12,27
15 — 19	30,16	51,90	48,38	42,21	53,71	43,94	65,11	65,40	48,47	50,43	54,28
20 — 24	79,61	76,88	78,24	75,92	81,96	84,48	88,01	88,92	84,81	84,60	84,44
25 — 54	94,04	94,78	89,63	94,17	89,38	89,23	93,10	94,37	89,41	94,69	91,56
55 — 59	83,35	84,52	77,13	80,04	73,35	62,78	68,52	76,10	65,25	83,42	70,43

TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E REGIÕES,
MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES URBANOS — 1970

(%)

Grupos de Idade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Brasil
Não-Migrantes											
10 — 14	2,43	2,31	3,45	2,71	5,26	2,82	7,12	6,55	4,20	3,89	4,54
15 — 19	10,97	14,07	18,33	17,66	12,75	21,25	37,86	31,57	27,48	20,63	25,32
20 — 24	26,04	29,64	29,43	27,90	34,89	36,17	41,82	34,60	38,43	28,16	34,78
25 — 54	20,37	24,82	25,59	27,66	22,71	26,54	25,01	23,90	26,16	20,19	25,03
55 — 59	6,98	21,58	15,79	21,51	12,82	16,80	12,53	19,91	14,98	8,80	15,09
Migrantes											
10 — 14	7,05	2,05	7,92	7,29	7,16	6,63	11,11	10,27	7,09	6,11	8,37
15 — 19	23,53	17,63	27,96	30,93	35,13	35,27	47,17	37,91	35,39	27,56	36,55
20 — 24	33,99	25,22	36,14	35,10	38,04	39,50	41,57	35,85	40,93	30,16	38,29
25 — 54	25,60	24,21	27,42	27,98	25,05	28,44	25,96	22,91	29,37	24,57	26,54
55 — 59	13,10	16,32	16,66	19,52	15,10	17,19	12,30	10,74	15,45	13,75	14,76
Novos Migrantes											
10 — 14	4,68	2,35	8,58	7,42	7,36	6,78	10,79	9,93	6,65	5,88	8,26
15 — 19	24,36	19,99	32,19	35,59	38,19	40,02	48,55	37,57	38,25	28,66	38,81
20 — 24	35,44	21,20	35,87	36,26	37,79	40,84	40,12	34,81	42,14	32,62	38,04
25 — 54	23,91	22,07	25,74	26,41	23,81	27,21	26,15	22,75	29,64	25,84	25,90
55 — 59	7,59	—	10,42	14,42	11,02	13,62	7,68	6,82	13,42	12,52	10,35
Migrantes Antigos											
10 — 14	27,25	—	4,29	6,48	6,03	6,13	12,49	11,53	8,77	8,13	8,89
15 — 19	20,58	10,58	16,56	17,18	28,00	27,31	44,18	38,34	29,42	23,20	31,22
20 — 24	30,99	31,64	36,65	32,31	38,51	37,21	45,11	37,94	38,67	20,70	38,79
25 — 54	26,98	26,30	28,65	29,17	26,13	29,09	25,80	22,95	29,20	22,32	27,02
55 — 59	15,18	20,33	18,75	21,55	16,18	18,18	14,07	13,15	16,21	15,10	16,47

Adm. Pública	14,41	5,42	12,12	8,29	8,66	12,24	5,90	6,85	11,46	13,87	9,05
Outros	5,41	3,72	4,38	4,00	6,01	7,04	7,35	6,89	6,21	5,71	6,41

Novos Migrantes

Agricultura	17,97	29,17	17,89	16,13	12,86	2,49	7,78	20,17	6,82	15,12	10,98
Indústria	26,78	24,71	27,02	34,56	34,92	39,64	49,41	25,55	58,73	26,37	38,35
Comércio	20,02	19,56	18,08	18,06	17,07	17,48	12,96	20,13	14,64	16,55	15,93
Serviços	4,13	4,80	7,95	10,01	6,99	9,41	6,95	9,37	7,97	8,13	7,80
Transportes	5,86	8,34	8,73	7,07	9,91	10,15	8,04	9,72	7,82	7,48	8,58
Social	3,68	4,28	3,83	3,01	3,06	3,87	2,50	2,47	3,71	4,84	3,22
Adm. Pública	14,60	5,04	12,50	6,47	8,60	10,68	5,21	5,79	13,88	15,36	8,77
Outros	6,95	4,09	4,00	4,70	6,58	6,28	7,16	6,80	6,43	6,15	6,37

Migrantes Antigos

Agricultura	17,30	34,68	16,25	15,56	14,91	1,79	8,46	15,11	7,72	22,33	10,50
Indústria	24,19	21,66	24,92	29,72	30,21	35,39	42,44	26,45	37,04	22,94	34,69
Comércio	18,19	18,13	20,34	20,56	18,45	15,09	14,85	18,46	17,57	18,39	16,77
Serviços	6,04	5,95	7,38	7,27	8,11	8,55	7,35	10,38	8,28	6,98	7,85
Transportes	10,98	6,31	10,01	8,82	9,87	12,12	9,44	11,20	10,09	10,38	10,18
Social	5,05	4,10	4,62	4,73	4,36	6,11	3,33	3,17	4,25	3,38	4,24
Adm. Pública	14,23	5,82	11,78	10,01	8,73	13,39	6,60	8,30	9,12	10,94	9,34
Outros	4,01	3,34	4,69	3,33	5,35	7,56	7,54	6,93	5,93	4,65	6,42

TABELA A.4

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA URBANA, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE, REGIÕES E GRUPOS, SEXO FEMININO — 1970

(%)

Ramos de Atividade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Brasil
Não-Migrantes											
Agricultura	2,62	6,94	8,41	6,80	3,05	0,21	3,06	2,08	1,74	0,90	3,58
Indústria	8,69	4,07	10,11	7,98	6,92	12,43	23,43	8,86	13,57	1,95	13,36
Comércio	13,23	8,60	8,43	10,14	6,57	10,58	10,57	12,00	12,65	9,47	9,92
Serviços	35,96	47,04	45,62	47,98	55,46	34,38	34,41	43,91	41,22	51,24	41,92
Transportes	1,22	0,67	1,12	1,07	1,20	3,05	1,40	1,25	0,70	0,71	1,42
Social	27,50	23,13	19,10	19,26	22,20	26,68	15,49	20,63	23,39	22,47	20,64
Adm. Pública	5,58	3,70	4,11	4,12	2,45	6,00	3,02	5,41	3,01	3,73	3,79
Outros	5,20	5,85	3,10	2,65	2,17	6,67	8,61	5,85	3,72	9,52	5,37
Migrantes											
Agricultura	2,24	7,33	4,67	3,28	2,22	0,10	2,39	3,07	0,69	0,54	2,12
Indústria	4,95	3,22	7,17	5,71	5,83	8,36	19,40	3,84	14,76	2,07	11,33
Comércio	12,51	10,45	8,68	11,79	8,35	9,01	7,84	13,09	12,12	8,82	9,25
Serviços	47,23	46,09	54,52	56,45	54,37	57,26	47,78	48,91	43,78	53,79	51,27
Transportes	0,76	0,76	0,62	0,52	1,57	1,61	0,97	0,43	1,09	0,70	1,05

Adm. Pública	5,84	4,52	3,89	3,71	3,00	4,33	2,29	3,16	3,23	6,13	3,37
Outros	3,33	8,48	4,35	2,82	3,39	4,11	5,22	5,56	3,60	7,03	4,59

Novos Migrantes

Agricultura	1,32	6,48	4,19	2,02	2,09	0,08	2,06	3,86	0,30	0,39	1,90
Indústria	4,09	1,39	5,40	4,89	4,58	6,56	17,87	3,60	13,37	1,91	9,85
Comércio	10,83	9,15	6,86	9,56	7,37	8,89	6,79	12,64	11,98	8,92	8,40
Serviços	61,14	51,41	65,50	66,04	60,55	66,45	54,28	51,89	48,93	56,37	58,09
Transportes	0,41	—	0,56	0,95	1,40	1,11	0,79	0,25	0,37	0,87	0,81
Social	14,97	17,70	11,66	11,28	18,95	10,66	12,42	20,90	20,52	18,64	14,62
Adm. Pública	4,01	4,33	2,47	2,21	1,90	2,20	1,09	1,91	1,83	5,70	2,07
Outros	3,22	9,54	3,36	3,04	3,15	4,05	4,69	4,94	2,70	7,19	4,25

Migrantes Antigos

Agricultura	3,31	8,31	5,21	4,75	2,38	0,11	2,78	1,83	1,12	0,94	2,39
Indústria	5,95	5,14	9,00	6,67	7,41	9,85	21,24	4,27	16,28	2,51	13,05
Comércio	14,46	11,93	10,59	14,42	9,60	9,12	9,09	13,93	12,28	8,59	10,24
Serviços	30,94	39,94	42,50	45,21	46,57	49,65	40,11	44,56	38,20	46,84	43,35
Transportes	1,18	0,53	0,81	0,14	1,77	2,03	1,19	0,71	1,87	0,24	1,33
Social	32,69	21,88	20,95	20,79	24,19	18,99	16,07	23,79	20,94	26,92	19,81
Adm. Pública	8,00	4,77	5,48	5,47	4,39	6,09	3,70	5,16	4,73	7,35	4,90
Outros	3,46	7,49	5,45	2,55	3,69	4,16	5,82	5,75	4,57	6,61	4,94

BIBLIOGRAFIA

- BOCK, E. e YUTAKA, S. "Rural-Urban Migration and Social Mobility in Latin America". *Rural Sociology*. Vol. 34. n.º 3 (1969).
- BRASS, W. *et al.* *Demography of Tropical Africa*. Princeton: Princeton University Press, 1968.
- BRASS, W. "On the Scale of Mortality". *Biological Aspects of Demography*, editado por W. Brass, Taylor e Francis Ltd. (London, 1971).
- BROWNING, H.L. e FEINDT, W. "Selectivity of Migrants to a Metropolis in a Developing Country: A Mexican Case Study". *Demography*. Vol. 6 (novembro de 1969).
- BURNIGHT, R.G., WHETTEN, N.L. e WAXMAN, B.D. "Differential Rural-Urban Fertility in Mexico". *American Sociological Review*. Vol. 21.
- CARLETON, R.O. "Fertility Trends and Differentials in Latin America". *Milbank Memorial Fund Quarterly* (outubro de 1964).

- CARVALHO, J.A.M. *Analysis of Regional Trends in Fertility, Mortality and Migration in Brazil, 1960-1970*, Ph. D. Thesis, London: London School of Economics, outubro de 1973.
- CARRIER, N. e HOBSCRAFT J. *Demographic Estimates for Developing Countries*. London: Population Investigation Committee, 1971.
- CATALDI, A. e COSTA, M.A. *Análise Demográfica Regional*. Rio de Janeiro: IPEA, 1969.
- COLLVER, O.A. *Birth Rates in Latin America, New Estimates of Historical Trends and Fluctuation*, Research Series. N.º 7. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1965.
- COMBS, J.B. e DAVIS, K. "Differential Fertility in Puerto Rico". *Population Studies*. Vol. V, n.º 2 (novembro de 1952).
- COSTA, M.A. *Aspectos Demográficos da População Economicamente Ativa*. Rio de Janeiro: IPEA, 1968.
- COSTA, R.V. da. *Estudo de Problemas Brasileiros, Problemas do Nordeste*. Rio de Janeiro: Forum de Ciência e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, maio de 1971.
- ELIZAGA, J.C. "The Demographic Aspects of Unemployment in Latin America". World Population Conference 1964, UN, E/CONF 4115.
- . "Demographic Aspects of Women's Labour Force in Latin America". International Population Conference, IUSSP (London, 1969).
- . "Internal Migration in Latin America: Components of Population Change in Latin America". *Milbank Memorial Fund Quarterly*. Vol. 43 (outubro de 1965).
- . "A Study of Migration to Greater Santiago (Chile)". *Demography*. Vol. 3 (1966).
- EPEA, *Demografia-Diagnóstico Preliminar, Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Rio de Janeiro: EPEA, agosto de 1966.

- FGV. "Contas Nacionais do Brasil, Atualização". *Conjuntura Econômica* (setembro de 1971).
- FIBGE. *Recenseamentos Gerais do Brasil*, Rio de Janeiro: FIBGE, 1940, 1950, 1960 e 1970.
- FREJKA, T. "Demographic Aspects of Women's Employment". International Population Conference, IUSSP (London, 1969).
- GEIGER, P. *et al.* "Concentração Urbana no Brasil: 1940-1970". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 2 (dezembro de 1972).
- . *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.
- . *Migrações Inter-Regionais e Intra-Regionais no Brasil*. Documento apresentado no Simpósio sobre Migrações Internacionais no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR, abril de 1972.
- GENDELL, M. "Fertility and Development in Brazil". *Demography*. Vol. 4 (1967).
- GLASS, D. "Some Indicators of Differences between Urban and Rural Mortality in England, Wales and Scotland". *Population Studies*. Vol. 17 (março de 1964).
- HEER, D.M. e TURNER, E.S. "Real Difference in Latin American Fertility". *Population Studies*. Vol. 18 (março de 1965).
- HUME, I.M. *Problems and Prospects in Employment and Incomes in Northeast Brazil, Population and Human Resources Division*. Washington: World Bank, 1972.
- IBGE. *Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- . *Estudos Demográficos*. N.ºs 5, 8, 28, 53, 56 e 62, Rio de Janeiro: IBGE, várias datas, 1950 em diante.
- JOHNSON, G. "Health Conditions in Rural and Urban Areas of Developing Countries". *Population Studies*. Vol. 17 (março de 1964).

- KENDALL, M.G. *Rank Correlation Methods*. Griffin Edition. London, 1970.
- KUSNETZ, Simon *et al.* *Population Redistribution and Economic Growth in the United States 1870-1950*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1957, 1960 e 1964.
- LEE, E.S. "A Theory of Migration". *Demography*. Vol. 3, n.º 1 (1966).
- LEITE, V. "Observações sobre a Declaração de Filhos Tidos". *Boletim Demográfico*. Vol. 3 (janeiro-março de 1973).
- MADEIRA, J.L. *Reformulação do Crescimento Demográfico da Guanabara no Período 1949-1960 em face dos Recenseamentos Gerais*. Centro Brasileiro de Estudos Demográficos. N.º 5. Rio de Janeiro: FIBGE, 1969.
- MATA, M. da *et al.* *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*. Coleção Relatórios de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. N.º 19.
- MIRÓ, C.A. "The Population of Latin America". *Demography*. Vol. 1 (março de 1964).
- MORTARA, G. *Estatística Demográfica*. N.º 25.
- . "A Fecundidade da Mulher e a Sobrevivência dos Filhos no Brasil, Segundo o Censo de 1950". *Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil*, FIBGE (Rio de Janeiro, 1970).
- MYRDAL, G. *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. London: Methuen and Co. Ltd., 1969.
- NICHOLLS, W.H. "The Agricultural Frontier in Modern Brazilian History: The State of Paraná 1920-1965". *Cultural Change in Brazil, Papers from the Midwest Association for Latin American Studies*. Ball State Teachers College, Muncie, Indiana (outubro de 1969).
- NOTESTEIN, F.W. *et al.* *Economic Problems of Population Change*. Proceedings of the Eighth International Confe-

rence of Agricultural Economists. London: Oxford University Press, 1963.

_____. *População Economicamente Ativa da Guanabara*. Série Monográfica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971. N.º 1.

RAVERSTEIN, E.G. "The Laws of Migration". *Journal of the Royal Statistical Society*. Vol. 48 (junho de 1885), e Vol. 52 (junho de 1889).

ROBINSON, W.C. "Urbanization and Fertility: The Non-Western Experience". *Milbank Memorial Fund Quarterly*. Vol. 71 (julho de 1963).

SANTOS, M. "Crescimento Urbano e Nova Rede Urbana. O Exemplo do Brasil." *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 2, n.º 4 (1967).

SAUNDERS, I.V.D. *Differential Fertility in Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958.

SGAASTAD, L.A. "The Costs and Returns of Human Migration". *Journal of Political Economy*. Vol. LXX (outubro de 1962).

SHULTZ, T.W. "Reflections on Investment on Men". *Journal of Political Economy*. Vol. LXX (outubro de 1962).

SILVA, L.M. *Pesquisa de Fluxos Migratórios para Belo Horizonte*. Documento apresentado no Simpósio sobre Migrações Internas no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR, abril, 1972.

SMOLKA, O. e LODDER, C.A. "Concentração, Tamanho Urbano e Estrutura Industrial". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 3, n.º 2 (junho de 1973).

STOUFFER, S.A. "Intervening Opportunities. A Theory Relating Mobility and Distance". *American Sociological Review*. Vol. 5 (1940).

STYCOS, J. "Culture and Differential Fertility in Peru". *Population Studies*. Vol. 16 (março de 1963).

TOLOSA, H.C. "Uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Uma Visão Econômica". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 2 (junho de 1972).

- UNITED NATIONS. *Demographic Aspects of Manpower, Report I: Sex and Age Patterns of Participation in Economic Activities*. New York: Department of Economic and Social Affairs, 1962.
- . *Manual IV. Methods of Estimating Basic Demographic Measures from Incomplete Data; Manual on Methods of Estimating Population*. New York: ST/SOA/ Series A/42, 1967.
- . *Manual VI. Method of Measuring Internal Migration*. New York: ST/SOA/Series A/47, 1967.
- . *Report on the World Situation*. New York: Bureau of Social Affairs, 1957.
- . *Report on the World Social Situation*. New York: Bureau of Social Affairs, 1958.
- YUTAKA, S. *The Process of Urbanization in Brazil in the Twentieth Century*. Gainesville: University of Florida, 1973. Mimeo.
- YUTAKA, S., BOCK, E. W. e BAINES, W. G. "Factors Affecting Fertility of Natives and Migrants in Urban Brazil." *Population Studies*. Vol. 25 (março de 1971).
- WELLER, R. H., MACISCO, J. J. e MARTINE, G. "The Relative Importance of the Components of Urban Growth in Latin America." *Demography*. Vol. 8 (maio de 1971).
- ZACHARIAH, K. C. "A Note on the Census Survival Ratio Method of Estimating Net Migration". *Journal of the American Statistical Association*. Vol. 27 (março de 1962).
- . "Bombay Migration Study: A Pilot Analysis of Migration to an Asian Metropolis". *Demography*. Vol. 3 (1966).
- . *Migration to Greater Bombay*. London: Asia Publishing House, 1968.
- ZARATE, A. O. "Some Factors Associated with the Urban-Rural Fertility Differential in Mexico". *Population Studies*. Vol. 21 (novembro de 1967).
- ZIPF, G. K. *Human Behaviour and the Principle of the Least Effort*. Cambridge, Mass.: Addison-Wesley Press, 1949.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO IPEA

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA URBANA, por Manoel Augusto Costa (Editor), João Lyra Madeira, Equipe SERFHAU: George Martine, José Carlos Peliano, Alzira Nunes Coelho, Thomas W. Merrick e Equipe do CBED. 1975. pp. 276.

Sumário: Introdução. I — A Qualidade da Vida Urbana: Um Problema do Passado, ou do Futuro? II — Urbanização e Migrações Urbanas no Brasil. III — As Migrações Internas no Sudeste. IV — Migração, Estrutura Ocupacional e Renda nas Áreas Metropolitanas. V — Migração e Crescimento Demográfico na Grande Belo Horizonte. VI — Grande Rio, Grande São Paulo: Um Cotejo através de Alguns Indicadores Sócio-Econômicos.

O IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS EMPRESAS, por Fernando Rezende (Editor), Celso L. Martone e Claudio R. Contador. 1975. pp. 156.

Sumário: Introdução. I — O Crescimento e a Estrutura da Receita e os Coeficientes de Carga Tributária. II — Efeitos Alocativos da Concessão de Incentivos Fiscais. III — Análise da Incidência. Bibliografia.

ESTRUTURA METROPOLITANA E SISTEMA DE TRANSPORTES: Estudo do Caso do Rio de Janeiro, por Josef Barat. 1975. pp. 320.

Sumário: I — Introdução Geral. II — Características Gerais do Transporte de Passageiros nas Áreas Metropolitanas. III — Aspectos Teóricos Relacionados ao Transporte de Passageiros nas Áreas Metropolitanas. IV — A Evolução dos Transportes na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. V — A Análise da Demanda pelos Serviços de Transporte na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. VI — Características Atuais da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. VII — A Competição Entre os Transportes Público e Individual de Passageiros pelo Uso das Vias na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. VIII — Conclusões. Bibliografia.